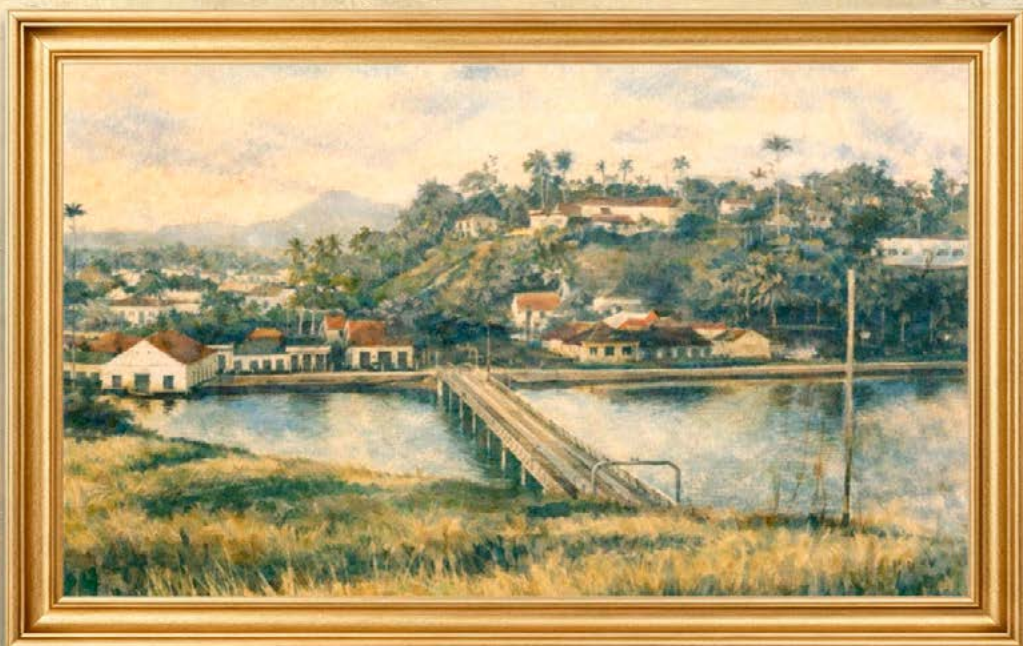


Ivan Petri Florentino
Márcia Moreira de Araújo

**ANCHIETA-ES,
CIDADE PATRIMÔNIO:
ROTEIRO ITINERANTE
COMO ESTRATÉGIA
PARA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL, HISTÓRIA
E CULTURA**



Ivan Petri Florentino
Márcia Moreira de Araújo

Anchieta-ES, cidade patrimônio: Roteiro itinerante como estratégia para educação patrimonial, história e cultura

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing

São Mateus

2026

Anchieta-ES, cidade patrimônio: Roteiro itinerante como estratégia para educação patrimonial, história e cultura © 2026, Ivan Petri Florentino e Márcia Moreira de Araújo.

Orientadora: Prof^a. Doutora Márcia Moreira de Araújo.

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Instituição: Centro Universitário Vale do Cricaré – UNIVC.

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira.

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing.

Diagramação: Ilvan Filho.

DOI: 10.29327/5844276

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F633a Florentino, Ivan Petri.
Anchieta-ES, cidade patrimônio: Roteiro itinerante como estratégia para educação patrimonial, história e cultura / Ivan Petri Florentino, Márcia Moreira de Araújo.

São Mateus, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2026.

204 p. : il. foto. color. ; 21 cm.

ISBN 978-65-6013-202-3

1. Historiografia. 2. Anchieta (ES). 3. Ensino de história.
4 Educação patrimonial. I. Araújo, Márcia Moreira de.
II. Título.

CDD – 907.2



Sumário

Apresentação	07
Introdução	11
Capítulo 1 - A Educação Patrimonial como Estratégia Pedagógica para a Formação da Identidade Histórica e Cultural em Anchieta-ES	16
Educação Patrimonial: Instrumento de Valorização e Preservação da Identidade cultural	20
A Importância da Escola na Educação Patrimonial	26
A Educação Patrimonial como Ferramenta de Transformação Social ...	33
Patrimônio Histórico-Cultural e os Instrumentos de Proteção: Fundamentos, Políticas e Práticas de Salvaguarda	34
Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Anchieta	38
O Patrimônio Histórico-Cultural de Anchieta: Características e Diversidade Patrimonial	46
A trajetória do patrimônio histórico no Brasil: da Semana de Arte Moderna à inauguração do busto do Venerável Padre José de Anchieta	62



Capítulo II - Anchieta-ES: Das Raízes Indígenas à Formação do Povo Anchietaense	68
A Missão de Nossa Senhora da Assunção de Rerigibá: cotidiano indígena, arquitetura jesuítica e processos de enculturação	73
Da Missão à Vila: A Formação da Vila Nova de Benevente da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção	85
Arquitetura e construção	108
A Vila Nova de Benevente no Século XIX: Visitas Ilustres e Registros Históricos	113
Da Vila à Cidade: A Consolidação Urbana de Anchieta-ES	127
Capítulo III - Roteiro itinerante como estratégia para educação patrimonial, história e cultura	162
Educação Patrimonial e a contribuição de Maria de Lourdes Horta ...	165
O conceito de roteiro educativo e sua importância	168
Fundamentação legal da Educação Patrimonial	170
O Roteiro Itinerante em Anchieta-ES	173



Apêndice	178
Hotel Anchieta: Centro Cultural Thiago Bezerra Leite	178
Casarios	180
Monumento da Imigração Italiana: ‘Piazza Degli Immigrant	182
Casa da Cultura Angelina Lopes Assad	184
Ladeira Jacinto Mattos	186
Capela de Nossa Senhora da Penha	188
Poço do Coimbra	190
Santuário Nacional de São José de Anchieta	192
Colégio Maria Mattos	194
Considerações finais	196
Referências	199
Os autores	202



Apresentação¹

A minha trajetória pessoal e profissional tem sido marcada, desde a adolescência, pelo envolvimento direto com o Patrimônio Histórico e Cultural do município de Anchieta, localizado no Espírito Santo. A história local e a diversidade de seus bens culturais e patrimoniais, determinaram a escolha na graduação em História, Pedagogia e Museologia, uma escolha peculiar de encaminhamento acadêmico, cujo objetivo era consolidar conhecimentos historiográficos acerca do processo histórico de constituição do município no propósito da educação patrimonial e da difusão das particularidades histórico-culturais da região.

A dedicação sistemática à pesquisa, à produção acadêmica e à publicação de estudos voltados à história do patrimônio histórico e cultural de Anchieta-ES, são marcas da trajetória como educador e pesquisador na academia. A experiência como professor de História há mais de duas décadas, consubstanciou as minhas observações acerca das dificuldades enfrentadas por outros professores em apresentar a história do município aos alunos em sala de aula. O distanciamento dos próprios moradores do lugar dos registros e dos indícios de memória e da história de Anchieta, justificam a dificuldade do ensino sobre a historiografia da cidade.

1 A Apresentação está na 1ª pessoa do singular por fazer referência ao pesquisador de mestrado que idealizou essa temática.



Compreendi que tais dificuldades estão, em grande medida, associadas à fragilidade do sentimento de pertencimento e à ausência de vínculos afetivos com o patrimônio histórico-cultural. Tal constatação levou-me a reconhecer a necessidade de promover o resgate da memória afetiva, da consciência histórica e da valorização do legado cultural da população anchietense. Por conta desse contexto, iniciei ações voltadas à Educação Patrimonial, abarcando professores e estudantes, por meio de visitas monitoradas ao sítio histórico da cidade de Anchieta-ES.

Tais atividades contemplaram visitas ao Santuário Nacional e ao Museu Nacional de São José de Anchieta (2003), bem como a bens patrimoniais de relevância municipal, como a Casa da Cultura Angelina Lopes Assad (2017). A iniciativa tinha o pressuposto de estabelecer uma dinâmica de interação entre estudantes, educadores e a comunidade, compreendendo o território como espaço educativo e o patrimônio cultural como mediador do processo de ensino-aprendizagem. As experiências configuraram-se como o início de um trabalho sistemático voltado à Educação Patrimonial, o qual passa a ser oficialmente reconhecido e legitimado no âmbito acadêmico a partir da sistematização apresentada nesta publicação. Considerando sua relevância histórica, cultural e educativa para a sociedade anchietense, as visitas monitoradas consolidaram-se, assim, como uma prática pedagógica capaz de articular teoria e vivência, fortalecendo os vínculos entre história, cultura e identidade local.

O E-book Anchieta-ES, Cidade Patrimônio: Roteiro Itinerante como Estratégia para Educação Patrimonial, História e Cultura configura-se como uma proposta educativa e investigativa direcionada à valorização da história, da cultura e do patrimônio do município de Anchieta, no Espírito Santo. O roteiro patrimonial e histórico-cultural apresentado fundamenta-se na utilização de fontes



materiais e imateriais, compreendidas como resultado de um processo histórico contínuo de construção social, por meio do qual os grupos humanos atribuem significados, valores e sentidos às suas experiências no tempo e no espaço.

Nesse contexto, o Roteiro Itinerante como Estratégia para a Educação Patrimonial, a História e a Cultura, constitui-se como um instrumento pedagógico de elevada relevância, na medida em que possibilita a estudantes e professores a vivência de um processo educativo dinâmico, investigativo e contextualizado. Tal proposta favorece a inserção ativa dos sujeitos no conhecimento histórico da cidade de Anchieta, bem como no reconhecimento, valorização e preservação de seus patrimônios culturais e históricos.

O roteiro contempla visitas de estudo previamente orientadas, oportunizando a apropriação do território como espaço de aprendizagem, articulando observação direta, reflexão crítica e construção do conhecimento histórico. Nesse percurso formativo, são apresentados e analisados os seguintes bens patrimoniais que integram o roteiro itinerante: o Centro Cultural Thiago Bezerra Leite; os casarios coloniais da cidade; a Praça dos Imigrantes; a Casa da Cultura Angelina Lopes Assad; a Ladeira Jacintho Mattos; a Capela da Penha; o Poço do Coimbra; o Santuário Nacional e o Museu Nacional de São José de Anchieta; e o Colégio Maria Mattos.

O percurso pelos diferentes pontos do sítio histórico do município, pretende reforçar, por meio da educação patrimonial e histórica, a relevância de se conhecer e compreender a diversidade dos bens culturais, os quais envolvem o ser humano como personagem ativo no desenrolar da história presente. A abordagem propicia o reconhecimento do patrimônio como expressão viva



da memória social regional, estimulando o desenvolvimento da consciência histórica, do sentimento de pertencimento e da responsabilidade coletiva pela preservação dos bens culturais.

O roteiro itinerante apresenta-se, portanto, como uma estratégia pedagógica e metodológica, voltada à educação patrimonial, mediante a proposição de práticas educativas integradas ao ambiente escolar, ao território e à comunidade. Nesse sentido, conforme destaca Maria de Lourdes Horta, a Educação Patrimonial constitui um processo educativo permanente, consolidado na utilização do patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, possibilitando aos sujeitos a leitura crítica de sua própria história e de seu contexto sociocultural, contribuindo, assim, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação da memória coletiva.

Nesse horizonte analítico, a Educação Patrimonial é concebida como um campo teórico-metodológico fundamental para a leitura crítica das heranças culturais. Ao articular educação, memória e território, a Educação Patrimonial possibilita o reconhecimento dos bens culturais como elementos estruturantes da identidade coletiva, promovendo o fortalecimento da consciência histórica e da responsabilidade social frente aos processos de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico-cultural de Anchieta, no Espírito Santo. A Figura 1 abaixo mostra uma ilustração com uso de Inteligência Artificial (IA), representando o autor do e-book, Ivan Petri Florentino, que é o idealizador, escritor e narrador do conteúdo dessa publicação.





Introdução

Ao longo da trajetória histórica da humanidade, observa-se um esforço contínuo dos grupos humanos em preservar suas vivências, saberes e experiências, inicialmente, por meio de manifestações simbólicas como as pinturas rupestres e a construção de abrigos, e, posteriormente, com o desenvolvimento da escrita, da música, dos registros documentais e da produção literária. Tais práticas de registro e de transmissão da memória constituem um dos fundamentos da existência humana, pois permitem a permanência simbólica das experiências coletivas no tempo, configurando-se como base para aquilo que contemporaneamente se reconhece como patrimônio cultural.

Desde as sociedades mais antigas, a necessidade de edificar moradias, esculpir monumentos e erguer construções simbólicas esteve associada à sobrevivência, tanto quanto, à expressão de gratidão, devoção, poder ou homenagem a figuras, divindades e acontecimentos relevantes. É nesse contexto que emergem os patrimônios históricos como marcas materiais e imateriais do passado, cujos vestígios dialogam com o presente e se projetam como referência cultural, educativa e de identidade. Conforme analisa Françoise Choay, na obra “A Alegoria do Patrimônio”, o patrimônio não é apenas herança passiva, mas uma construção histórica e simbólica, resultante de escolhas sociais e políticas, as quais atribuem sentido, valor e significado aos bens preservados (CHOAY, 2001).



A compreensão acerca do patrimônio histórico-cultural ultrapassa, portanto, a dimensão material, e envolve a memória social, os valores coletivos e os processos de identificação dos sujeitos com o território. Ao refletir sobre “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro” o filósofo Edgar Morin destaca a importância em se estabelecer a compreensão humana como um saber fundamental, ressaltando que educar para a memória e para a identidade implica reconhecer o ser humano em sua complexidade histórica, cultural e social, (MORIN, 2000). Desse modo a Educação Patrimonial insere-se como campo estratégico para o fortalecimento da consciência histórica, da empatia cultural e da responsabilidade coletiva frente à preservação da memória.

A presente fundamentação tem como temática central a pesquisa² intitulada “Anchieta-ES, Cidade Patrimônio: o roteiro itinerante como estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura”. A partir dessa perspectiva, busca-se promover o resgate da historicidade local e propor estratégias pedagógicas inovadoras que ampliem o acesso ao conhecimento histórico e qualifiquem o processo de ensino-aprendizagem. A proposta considera a formação cultural do povo anchietense e seu legado singular, objetivando a construção de um itinerário didático voltado ao ensino da história no contexto específico do município de Anchieta-ES.

A utilização do patrimônio histórico-cultural da cidade como recurso paradidático tem como finalidade aproximar estudantes, professores, cidadãos anchietenses, moradores e visitantes da história local por meio de práticas educa-

2 Pesquisa desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), vinculada à linha de pesquisa Educação e Inovação, com ênfase na investigação do Patrimônio Histórico e Cultural no ensino de História do município de Anchieta-ES.



tivas contextualizadas. Ao integrar o patrimônio ao processo pedagógico, mediante visitas monitoradas, ações interativas e metodologias participativas, busca-se fortalecer o ensino da história, promovendo o reconhecimento e a valorização dos bens culturais como elementos estruturantes da identidade coletiva. Tal abordagem justifica-se à medida que transforma o território em espaço educativo, despertando no indivíduo o sentimento de pertencimento e a responsabilidade pela preservação da memória social.

Nesse sentido, Marilena Chauí (2000, p. 62) compreende a cultura como “o conjunto das criações humanas, materiais e espirituais, que caracteriza o modo de vida de uma sociedade”. A partir dessa concepção, a Educação Patrimonial apresenta-se como instrumento de alfabetização cultural, capaz de reconhecer o sujeito como parte ativa de uma história coletiva, promovendo a valorização dos saberes locais e das experiências comunitárias.

Dessa forma, pretende-se possibilitar ao indivíduo a ampliação de sua compreensão sobre si mesmo, sua trajetória histórica e seu pertencimento sociocultural, contribuindo para a construção de vínculos afetivos com a comunidade e para a salvaguarda do patrimônio local. O presente e-book fundamenta-se em uma investigação de abordagem qualitativa, sustentada por pesquisa bibliográfica, documental de domínio público, oral e de campo, tendo como eixo estruturante a Educação Patrimonial e a sua contribuição para a valorização da história e da cultura de Anchieta, município do Espírito Santo.





Parte-se do pressuposto de que o patrimônio histórico-cultural anchietense³ constitui uma fonte privilegiada para o ensino da história, especialmente quando incorporado de forma sistemática às práticas pedagógicas contemporâneas. O eixo central da obra reside na utilização do patrimônio histórico do município de Anchieta-ES como recurso paradigmático no processo de ensino-aprendizagem da história. Por meio da proposição de roteiros itinerantes, visitas monitoradas e metodologias educativas inovadoras, busca-se qualificar o ensino histórico, promovendo a articulação entre escola, território e comunidade.

Para dar início ao roteiro itinerante como estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura, parte-se da conceituação da Educação Patrimonial como prática pedagógica voltada à formação da identidade histórica e cultural em Anchieta-ES. Em seguida, propõe-se uma imersão na história do município, tomando o ensino da história e da cultura local como eixo estruturante da proposta. O percurso culmina na descrição detalhada do roteiro itinerante e na apresentação da historiografia dos patrimônios históricos e culturais situados na sede da cidade de Anchieta-ES.

Nessa perspectiva, o território passa a ser compreendido como espaço educativo, no qual o patrimônio assume papel central no processo de ensino-aprendizagem. A proposta contempla itinerários educativos voltados ao ensino do patrimônio histórico-cultural de Anchieta-ES, incorporando o uso de tecnologias digitais aplicadas aos pontos históricos do município, como recursos interativos e QR codes. Tais estratégias ampliam as possibilidades de

3 Gentílico de quem mora em Anchieta, no Espírito Santo, é anchietense. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE).



interação entre estudantes, cidadãos e visitantes com o legado cultural local, contribuindo para a democratização do acesso à informação histórica e para o fortalecimento das práticas de Educação Patrimonial em um território reconhecido como espaço de memória, fé e cultura.

Ao integrar o patrimônio histórico-cultural ao processo educativo por meio de práticas pedagógicas contextualizadas, ações interativas e metodologias participativas, a obra contribui para o reconhecimento dos bens culturais como elementos estruturantes da identidade coletiva. Desse modo, o território é ressignificado como espaço de aprendizagem, estimulando o sentimento de pertencimento e a responsabilidade social compartilhada pela preservação da memória histórica e cultural.



Capítulo 1 - A Educação Patrimonial como Estratégia Pedagógica para a Formação da Identidade Histórica e Cultural em Anchieta-ES

A Educação Patrimonial compreende-se como uma prática pedagógica fundamental no processo de formação crítica e cidadã, voltada ao reconhecimento e à valorização dos bens culturais, os quais constituem a memória coletiva de uma sociedade. Trata-se de um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita aos sujeitos o desenvolvimento de uma consciência histórica acerca de seu entorno, promovendo o reconhecimento da diversidade cultural e o fortalecimento das identidades locais e nacionais. No âmbito educacional essa abordagem contribui de forma significativa para o ensino de História, ao estabelecer conexões entre os conteúdos escolares e o patrimônio material e imaterial presente nos territórios - bairros e comunidades – de uma dada região.

O conceito de patrimônio cultural abrange tanto os bens materiais, como edificações históricas, documentos, monumentos e objetos de valor simbólico, quanto os bens imateriais, como saberes tradicionais, práticas religiosas, festas populares e manifestações orais. Uma amplitude conceitual, a qual demanda políticas públicas e ações educativas, de modo a pro-



Figura 1 – Ilustração gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026, a partir de fotografia datada de 1956, no século XX. A imagem apresenta uma vista panorâmica do bairro Porto de Cima, onde se desenvolvia o porto da antiga Vila Nova de Benevente. Nessa década, pode-se observar a presença dos casarões do século XIX.



Fonte: Cultura Maratimba. Imagens antigas de Anchieta-ES. Disponível em: <http://culturamaratimba.blogspot.com/2009/08/imagens-antigas-de-anchieta-es.html>

mover a integração de diferentes agentes sociais, como escolas, universidades, instituições de preservação e as comunidades locais, em um esforço coletivo voltado à salvaguarda desses bens.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial assume papel estratégico ao fomentar o sentimento de pertencimento e a responsabilidade social pela preservação do patrimônio cultural. A atuação dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é fundamental para assegu-



rar a salvaguarda, a conservação e a proteção legal dos bens culturais, por meio da realização de vistorias, visitas técnicas e ações de acompanhamento, desenvolvidas sob orientação normativa e supervisão técnica do órgão.

Esses procedimentos visam garantir a integridade física e simbólica dos bens patrimoniais, bem como o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e pelos instrumentos de gestão do patrimônio cultural. Tais instituições elaboram diretrizes técnicas e legais para a restauração, conservação e requalificação de edificações e de espaços históricos, contribuindo para a valorização do patrimônio e para assegurar a sua integração ao cotidiano da população.

No Brasil, a institucionalização das políticas de preservação teve início durante o período do Estado Novo, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, no governo de Getúlio Vargas. A partir desse marco, o patrimônio passou a integrar as estratégias de construção da identidade nacional.

Importante destacar a influência do movimento modernista, especialmente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, que evidenciou a necessidade de reconhecer uma cultura brasileira autêntica, enraizada na pluralidade de suas manifestações populares. Intelectuais como Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade desempenharam papéis centrais na articulação entre cultura, memória e identidade, defendendo a preservação do patrimônio como meio de manter viva a relação entre passado, presente e futuro.

No município de Anchieta, localizado no litoral sul do Espírito Santo, o patrimônio histórico e religioso ocupa posição de destaque na constituição



da memória local. A figura do Padre José de Anchieta⁴, missionário jesuíta de origem espanhola, constitui-se como um dos principais símbolos culturais da cidade. A construção do monumento em sua homenagem, representado pelo busto, localizado no adro do Santuário Nacional de São José de Anchieta, obra datada da década de 1920, que evidencia o reconhecimento e a valorização do legado deixado pela atuação do missionário na região.

O sítio histórico de Anchieta-ES reúne um conjunto arquitetônico representativo dos diferentes períodos da história do Brasil: Colônia, Império e República, configurando-se como importante acervo da historiografia local e componente da formação do povo anchietense. Esse conjunto patrimonial constitui-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas de Educação Patrimonial voltadas à valorização do passado e à formação da consciência histórica dos cidadãos.

Dessa forma, a Educação Patrimonial, articulada às políticas de preservação cultural, consolida-se como ferramenta indispensável para o fortaleci-

4 José de Anchieta (1534–1597), missionário jesuíta de nacionalidade espanhola, nasceu em 19 de março de 1534, em San Cristóbal de La Laguna, na ilha de Tenerife (Ilhas Canárias, Espanha). Era filho de Juan López de Anchieta e de Mência Díaz de Clavijo y Larena. Destacou-se por sua atuação missionária, educativa e cultural no Brasil Colonial, especialmente na Capitania do Espírito Santo, onde fundou a aldeia de Rerigtibá, atual município de Anchieta-ES, em 15 de agosto de 1579. Profundo conhecedor das línguas latina, portuguesa e castelhana, dedicou-se ao aprendizado da língua tupi, tornando-se autor da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595), obra de grande relevância para a história linguística e cultural do país. Faleceu na aldeia de Reritiba, em 9 de junho de 1597, em decorrência de tuberculose óssea, sendo sepultado no Colégio de São Tiago, na Igreja de São Maurício.

Foi canonizado pela Igreja Católica Apostólica Romana pelo Papa Francisco, em 3 de abril de 2014, por meio da canonização equipolente, vinte e quatro anos após sua beatificação, realizada pelo Papa João Paulo II, em 1980. José de Anchieta é reconhecido como o “Apóstolo do Brasil” (LEITE, 2004, p. 172–210).



mento da identidade coletiva e para a transmissão do patrimônio histórico às futuras gerações. Ao incentivar a apropriação crítica dos bens culturais, promove-se uma educação comprometida com a cidadania, a memória e a valorização da diversidade cultural brasileira.

Educação Patrimonial: Instrumento de Valorização e Preservação da Identidade cultural

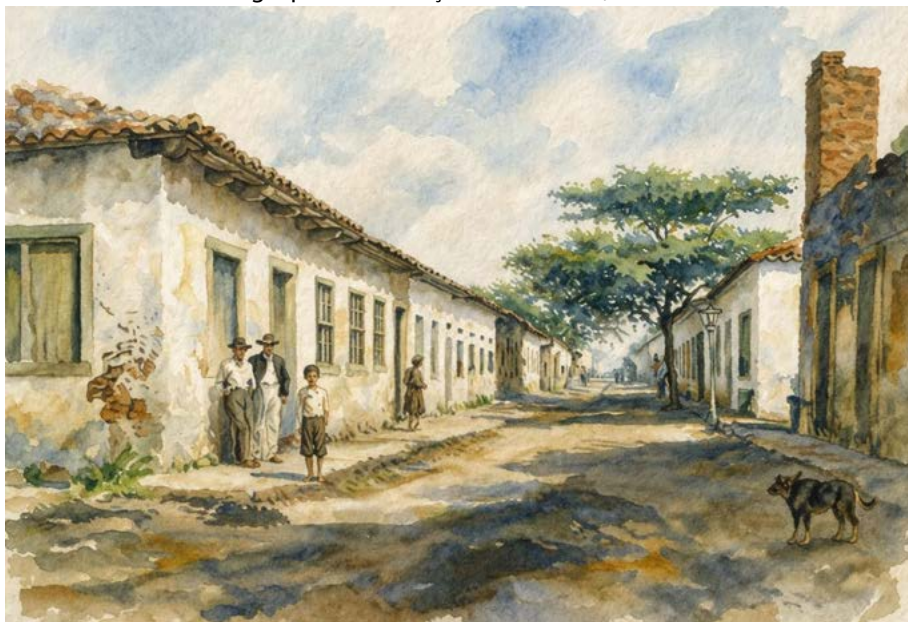
A Educação Patrimonial constitui um instrumento fundamental na construção do saber cultural e representa um relevante meio para a difusão do conhecimento histórico, além de contribuir para a formação crítica e cidadã dos indivíduos. Vivemos em uma sociedade cuja essência é permeada pela história de seus membros e por seus legados culturais. O patrimônio histórico e cultural representa heranças recebidas do passado, as quais permanecem vivas no presente por meio de vestígios materiais e simbólicos — como edificações, manifestações culturais e produções artísticas. Preservá-lo é um compromisso coletivo, uma vez que permite a transmissão, às gerações futuras, do sentimento de pertencimento a uma comunidade plural, constituída pela miscigenação desde a colonização do Brasil no século XVI⁵.

5 A colonização portuguesa no Brasil iniciou-se oficialmente em 1500, com a chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral. Contudo, foi a partir de 1530, com a implantação do modelo de colonização de povoamento, e, especialmente, em 1534, com a instituição das capitanias hereditárias e a consolidação de um sistema de colonização efetiva, que se intensificaram os processos de contato e miscigenação entre populações indígenas, europeias e, posteriormente, africanas escravizadas, configurando uma sociedade profundamente marcada pela diversidade étnico-cultural, aspecto amplamente analisado por Gilberto Freyre ao destacar a formação social brasileira a partir da convivência e do cruzamento entre essas matrizes culturais (FREYRE, 2006, p. 65).



A cultura constitui a base dessa abordagem pedagógica voltada para o patrimônio e suas dimensões socioculturais. Por meio dela, o indivíduo amadurece intelectualmente, refletindo criticamente sobre a relevância de preservar os bens culturais como expressão da memória coletiva e da identidade social.

Figura 2 – Ilustração gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026, a partir de fotografia da cidade de Anchieta-ES, datada de 1910. A imagem representa os conjuntos arquitetônicos que integravam a via urbana, especificamente a Rua Getúlio Vargas, um dos percursos do Roteiro Itinerante como estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura.



Fonte: acervo da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, localizada em Anchieta.



O município de Anchieta, no sul do Espírito Santo, a aproximadamente 79 km da capital, Vitória, destaca-se por sua relevância histórica e cultural, conservando uma rica trajetória histórica, marcada por expressivos elementos culturais, religiosos e sociais. Seu patrimônio material — exemplificado por edificações históricas e marcas da presença jesuítica — constitui um legado a ser resguardado e difundido. O Santuário Nacional de São José de Anchieta, por exemplo, é um ícone desse percurso histórico, simbolizando o processo de evangelização que moldou aspectos relevantes da cultura local.

O patrimônio imaterial manifesta-se nas festas populares, nas tradições orais e em práticas cotidianas que perpetuam a memória da coletividade. Essa diversidade cultural é essencial para a formação da identidade etnológica da população anchietense. Conforme o historiador Jacques Le Goff, a memória histórica constitui-se como uma construção social, permanentemente sujeita a processos de ressignificação, atuando como instrumento fundamental de interpretação do presente a partir da análise do passado (LE GOFF, 2003, p. 469–472). Nesse sentido, a Educação Patrimonial assume papel decisivo ao recuperar e problematizar essas memórias, tornando-as acessíveis às novas gerações, que, por sua vez, ampliam a compreensão acerca de suas origens, tradições e pertencimentos socioculturais.

A filósofa Marilena Chauí (2000), em “Convite à Filosofia”, define a cultura como a produção simbólica de uma sociedade, uma capacidade singular do ser humano de relacionar-se com o ausente por meio da linguagem, dos costumes e das práticas simbólicas. Para ela, a cultura é uma “segunda natureza” adquirida e moldada pela educação e pela vivência social.



A história do município de Anchieta remonta à época da colonização portuguesa⁶ no Brasil. A região era então ocupada, genuinamente, pelos povos originários, especialmente os Tupiniquins, de matriz linguística tupi, que habitavam o lugar de forma seminômade e se dedicavam à caça, à pesca, à coleta e ao uso de instrumentos líticos e de madeira. Organizados em aldeias sob a liderança de um morubixaba (cacique), esses grupos viviam em malocas de caráter coletivo. Em 1579, os jesuítas chegaram à aldeia de Rerigtibá — termo de origem tupi que significa “lugar de muitas ostras” — e fundaram a Missão de Nossa Senhora da Assunção. Com a edificação da igreja, do colégio, das residências e das oficinas, teve início o processo de catequização e de sedentarização dos povos indígenas.

A missão foi elevada à condição de freguesia em 1755 e, posteriormente, à categoria de Vila Nova de Benevente, fomentando o crescimento populacional, inicialmente impulsionado pelas atividades portuárias e, em momento posterior, pela imigração italiana. Esse fluxo migratório acrescentou significativa contribuição cultural e econômica à população local, somando-se aos grupos sociais já existentes. Então a vila foi elevada à categoria de cidade e, em 2 de dezembro de 1887, passou a ser denominada de Anchieta, em homenagem ao Padre José de Anchieta, fundador da missão e, atualmente, canonizado pela Igreja Católica.

6 A colonização portuguesa no Brasil iniciou-se oficialmente em 1500, com a chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral. Contudo, foi a partir de 1530, com a implantação do modelo de colonização de povoamento, e, especialmente, em 1534, com a instituição das capitanias hereditárias e a consolidação de um sistema de colonização efetiva, que se intensificaram os processos de contato e miscigenação entre populações indígenas, europeias e, posteriormente, africanas escravizadas, configurando uma sociedade profundamente marcada pela diversidade étnico-cultural, aspecto amplamente analisado por Gilberto Freyre ao destacar a formação social brasileira a partir da convivência e do cruzamento entre essas matrizes culturais (FREYRE, 2006, p. 65).



Nesse contexto etnológico, o município já reunia uma expressiva diversidade de grupos sociais, dentre indígenas, descendentes de portugueses, africanos, mestiços, sírios, libaneses, irlandeses, espanhóis e castelhanos, uma grande diversidade de culturas.

Desse legado social surgiu um significativo conjunto de bens históricos preservados no município de Anchieta, dentre os quais se destacam o Colégio Maria Mattos e o Grupo Escolar Coronel Gomes de Oliveira, o antigo Hotel Anchieta (atualmente Centro Cultural Thiago Bezerra Leite), os edifícios do bairro Porto de Cima, a antiga Câmara e a Prefeitura (hoje Casa da Cultura Angelina Lopes Assad), a Praça dos Imigrantes, o Santuário Nacional de São José de Anchieta, Capela de Nossa Senhora da Penha, as fontes da cacimba jesuítica (poços jesuíticos) e o Casarão de Quarentena, na antiga Fazenda São Martinho.

Esses patrimônios edificados encontram-se, atualmente, no núcleo populacional da sede do município de Anchieta, área onde já se verificava ocupação humana antes do século XVI e que, posteriormente, consolidou-se como núcleo urbano. Nesse cenário, o patrimônio cultural representa a identidade viva de uma sociedade em constante transformação. O conhecimento patrimonial visa à valorização dos elementos simbólicos, históricos e naturais que caracterizam a cidade de Anchieta, uma verdadeira relíquia cultural. Suas paisagens naturais, como os manguezais do rio Salinas, as praias, falésias, lagoas e nascentes, compõem um patrimônio ecológico e histórico de elevado valor, expressão do pertencimento e da memória coletiva dos anchietenses.



A gestão municipal, por meio de suas secretarias e gerências⁷, deve desempenhar papel fundamental na preservação do patrimônio cultural de Anchieta, uma vez que lhe compete, em articulação com a população, formular e executar políticas públicas voltadas à salvaguarda, valorização e difusão dos bens patrimonializados, promovendo a conscientização acerca da importância da identidade cultural como elemento constitutivo da memória social e do sentimento de pertencimento ao território.

Nesse processo, a participação da comunidade revela-se indispensável, pois o patrimônio cultural somente se mantém vivo quando reconhecido, apropriado e protegido coletivamente. Tal atribuição encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, que estabelece como dever do poder público, em todas as esferas, a proteção do patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e outras formas de acautelamento, garantindo sua preservação e transmissão às futuras gerações.

Em síntese, a Educação Patrimonial configura-se como um mecanismo de valorização e de resgate da história local, permitindo à comunidade a reconstrução de sua identidade por meio do conhecimento de suas raízes e ancestralidade. Ao compreendermos nossa trajetória e nosso patrimônio, fortalecemos o vínculo com a cultura e promovemos a continuidade do saber coletivo.

7 A Lei nº 1.631, de 30 de outubro de 2023, dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural do Município de Anchieta por meio do tombamento e do registro de bens culturais de natureza imaterial, conforme estabelecido em seu texto legal. Todavia, o Município de Anchieta é também constituído por bens culturais de natureza material e arqueológica, os quais integram o patrimônio histórico-cultural local e requerem, igualmente, instrumentos específicos de proteção, preservação e salvaguarda. <https://anchieta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L16312023.html?identificador=33003800340032003A004C00>



A Importância da Escola na Educação Patrimonial

A escola, representada por IA na Figura 4, abaixo, desempenha um papel fundamental na transmissão do conhecimento sobre o patrimônio histórico, cultural e natural, sendo um espaço privilegiado para a alfabetização e a construção da identidade local. Nesse contexto, teóricos como Edgar Morin, com sua teoria da complexidade, destacam a necessidade de um ensino que transcenda a fragmentação do saber, promovendo uma visão integrada e sistêmica das múltiplas dimensões do conhecimento.

Figura 3 – Grupo Escolar Coronel Gomes de Oliveira (1970). Aquarela elaborado sob a orientação do autor, utilizando inteligência artificial (IA), a partir de fotografia do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).



Fonte: APEES, adaptação do autor (2026).



A Educação Patrimonial deve ser concebida, desse modo, como instrumento colaborativo para a construção de uma percepção ampliada e interligada entre passado, presente e futuro. O docente, enquanto mediador do saber e agente de alfabetização cultural, proporciona aos educandos uma compreensão clara e objetiva acerca do patrimônio histórico e cultural, compreendido como expressão material e imaterial das memórias, identidades e práticas sociais construídas ao longo do tempo.

Ao problematizar a importância de sua preservação, o educador evidencia que esses bens constituem registros fundamentais da experiência humana, cuja salvaguarda assegura a continuidade da memória coletiva e o fortalecimento da cidadania.

Nesse sentido, o patrimônio revela-se elemento essencial para a compreensão dos processos históricos e da formação identitária de uma cidade, de um estado e da nação. A valorização da memória e do legado histórico-cultural é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade consciente de sua trajetória. Sem um projeto pedagógico voltado ao patrimônio, uma comunidade corre o risco de perder sua capacidade de autorreconhecimento.

Diversas são as estratégias de ensino que possibilitam a apreensão da própria história. Um exemplo eficaz são os projetos extracurriculares conduzidos por professores, com visitas técnicas e saídas pedagógicas, que se configuram como recursos metodológicos relevantes no processo educativo. Para que essa articulação entre escola, sociedade e estudantes ocorra de forma efetiva, é imprescindível que o corpo docente esteja alinhado às dire-



trizes institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e a Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação (SEME)⁸, bem como conte com suporte formativo voltado ao aprofundamento dos conhecimentos sobre a história, a cultura e o patrimônio da cidade. Atualmente, observa-se a carência dessas formações.

Lev Vygotsky⁹, por sua vez, destaca a relevância das interações sociais e do contexto cultural no processo de desenvolvimento infantil. Em sua concepção, a escola deve constituir-se como um espaço de construção coletiva do conhecimento, integrando comunidade, território e história local. Nessa perspectiva, a educação patrimonial configura-se como uma ferramenta potente para o fortalecimento dos vínculos identitários dos estudantes com sua cidade, proporcionando vivências significativas com o patrimônio histórico, cultural e ambiental.

Sob esse enfoque, a escola deve consolidar-se como um espaço privilegiado para a valorização das raízes culturais e ambientais locais. É fundamental que os estudantes tenham acesso a práticas educativas que envolvam o reco-

8 A Secretaria Municipal de Educação de Anchieta (SEME) dispõe de uma Proposta Curricular: Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Área de Ciências Humanas: Componente Curricular História. Anchieta: SEME, 2022.

9 Lev Semionovich Vygotsky (1896–1934) foi um psicólogo russo e um dos principais teóricos da perspectiva histórico-cultural da educação, cuja obra enfatiza o papel das interações sociais, da linguagem e do contexto histórico e cultural no desenvolvimento humano. Para o autor, a aprendizagem ocorre por meio da mediação social, sendo a escola um espaço privilegiado de construção coletiva do conhecimento, no qual os saberes individuais se articulam aos conhecimentos socialmente produzidos. Essa concepção fundamenta práticas pedagógicas que valorizam o território, a história local e a cultura como elementos constitutivos do processo educativo, dialogando diretamente com os pressupostos da educação patrimonial (VIGOTSKI, 2007).



nhecimento das construções jesuíticas, das expressões culturais populares e dos biomas naturais — como as praias e o Rio Benevente — promovendo, assim, uma formação cidadã crítica, consciente e comprometida com a preservação do legado histórico e ecológico.

A Constituição Federal, em seu Artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens materiais e imateriais que, tomados individualmente ou em conjunto, constituem referências à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Esse patrimônio abrange:

I: as formas de expressão;

II: os modos de criar, fazer e viver;

III: as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV: as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V: os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Essa concepção constitucional reforça a compreensão de que a salvaguarda do patrimônio é uma responsabilidade coletiva, essencial à formação da identidade nacional. A metodologia de ensino voltada à Educação Patrimonial, segundo Maria de Lourdes Pereira Horta (1999), orienta o planejamento pedagógico para além da abordagem tecnicista tradicional, promovendo o contato direto dos alunos com fontes primárias e manifestações culturais locais. Essa proposta metodológica pode ser aplicada em museus, arquivos, sítios históricos, espaços culturais, bem como em outros contextos formais e informais de aprendizagem.



Na cidade de Anchieta, assim como em diversas localidades brasileiras, a educação patrimonial revela-se um instrumento fundamental para a valorização da história e da identidade local. O conhecimento do patrimônio cultural constitui-se, portanto, em um recurso essencial para a construção do sentimento de pertencimento e para o desenvolvimento da consciência histórica dos cidadãos. Cabe ao poder público fomentar políticas educacionais que incluam a educação patrimonial como eixo estruturante da formação cidadã. Ao integrar o estudo do patrimônio ao currículo escolar, promovem-se a consciência crítica e a responsabilidade com a preservação da memória coletiva.

A escola tem papel insubstituível nesse processo, sendo o espaço onde se inicia a formação da consciência histórica e cultural. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o ensino de História deve ser contextualizado, valorizando a diversidade cultural e as múltiplas narrativas que compõem a identidade brasileira. Os PCNs (1997) defendem que os alunos compreendam “a multiplicidade das histórias e culturas presentes no Brasil”, promovendo uma “consciência crítica sobre o patrimônio material e imaterial”.

Nesse contexto, as escolas devem adotar metodologias que aproximem os discentes dos bens culturais de sua localidade, como monumentos, relatos orais e tradições, reforçando a noção de que o patrimônio é um bem coletivo a ser preservado. A educação patrimonial, ao ser incorporada ao cotidiano escolar, torna-se instrumento de valorização e fortalecimento da cultura, promovendo a formação de sujeitos históricos ativos.

Compreender o legado patrimonial, tanto material quanto imaterial, é essencial para interpretar o conjunto histórico de uma sociedade. É necessário



lançar as bases para a transição do simples desejo de saber para uma compreensão aprofundada da história. Esse processo de valorização envolve o reconhecimento da miscigenação e dos traços étnico-culturais herdados, reafirmando a importância da identidade local como expressão da continuidade histórica.

No caso da cidade de Anchieta é essencial fomentar, entre os estudantes, o interesse pelo estudo de sua gênese e trajetória histórica, que totalizou, em 2024, aproximadamente 445 anos, aproximando-se de seu jubileu de 450 anos de fundação, ocorrida em 2029. Essa contagem, contudo, não considera o período pré-histórico da região, cuja relevância também deve ser reconhecida na construção da memória coletiva e na valorização do processo de elevação à categoria de cidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental inovam ao introduzirem os “Temas Transversais”, que devem ser explorados por todas as áreas do conhecimento. Entre esses temas, destacam-se o meio ambiente e a diversidade cultural, ambos diretamente relacionados ao estudo e à valorização do patrimônio. A proposta endereçada aos professores demanda que possam explorar, prioritariamente, a história local, permitindo que os alunos desenvolvam a capacidade de observar criticamente seu entorno e compreendam as relações sociais de seu tempo.

A Educação Patrimonial utiliza-se de espaços e suportes de memória — museus, monumentos, arquivos, bibliotecas, sítios arqueológicos e históricos, entre outros — e insere-se como elemento estruturante do processo educativo, despertando uma consciência crítica e uma atitude responsável frente à preservação do patrimônio e do meio ambiente.



Figura 4 – Acervo museológico da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad. Ilustração em técnica mista (aquarela e óleo sobre tela), gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Fotografia de Ivan Petri Florentino (2026).

Por fim, a Educação Patrimonial deve ser identificada como uma maneira de “alfabetização cultural”, permitindo ao indivíduo interpretar o mundo à sua volta, reconhecendo a sua inserção sociocultural e compreender a trajetória histórica coletiva. Trata-se, portanto, de uma proposta interdisciplinar que articula os saberes e promove o respeito à diversidade e ao patrimônio cultural da nação.



A Educação Patrimonial como Ferramenta de Transformação Social

A Educação Patrimonial constitui uma metodologia de ensino-aprendizagem voltada à valorização do patrimônio cultural, promovendo sua compreensão e preservação pela comunidade. Mais do que um conteúdo escolar, ela deve envolver instituições locais, famílias, organizações civis e o poder público. Ao fomentar o pertencimento e a memória coletiva, a Educação Patrimonial contribui para a formação cidadã e o reconhecimento da diversidade cultural brasileira¹⁰.

Segundo Horta (1999), referência na área de museologia aplicada à educação, a análise de objetos patrimoniais segue uma metodologia própria com as seguintes etapas:

Observação: identificação inicial do objeto ou bem cultural e estímulo à reflexão crítica sobre sua presença e significado;

Registro: expressão do que foi observado, por meio da oralidade, escrita ou representação visual;

10 A diversidade cultural do Estado do Espírito Santo resulta de um processo histórico marcado pela presença e interação de povos indígenas originários, colonizadores portugueses, populações africanas escravizadas e, posteriormente, grupos de imigrantes europeus que se estabeleceram no território capixaba, sobretudo a partir do século XIX. Conforme analisa José Teixeira de Oliveira, a formação social e cultural do estado foi construída a partir dessas múltiplas matrizes, que, ao longo do tempo, produziram um conjunto plural de práticas culturais, religiosas, festivas e simbólicas, configurando uma identidade marcada pela heterogeneidade e pela dinâmica das relações sociais. Tal diversidade manifesta-se como um patrimônio cultural vivo, continuamente ressignificado pelas comunidades locais e fundamental para a compreensão da identidade histórica e cultural capixaba (OLIVEIRA, 2008, p. 37–39).



Pesquisa: aprofundamento do conhecimento através da investigação bibliográfica, entrevistas e outras fontes de informação.

Esse processo visa despertar a memória afetiva e o senso de pertencimento dos indivíduos, promovendo uma compreensão mais profunda da história e da cultura de sua comunidade.

Patrimônio Histórico-Cultural e os Instrumentos de Proteção: Fundamentos, Políticas e Práticas de Salvaguarda

Figura 5 – Paleografia da ata de elevação da cidade de Anchieta, datada de 02 de dezembro de 1887. Fotografia representativa do pesquisador Ivan Petri Florentino durante a realização do trabalho paleográfico do referido documento.

Ilustração elaborada com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, a partir de fotografia, 2026.



Fonte: Acervo do autor (2026).



A preservação do patrimônio cultural no Brasil é uma atribuição que envolve diferentes esferas do poder público. No âmbito federal, a principal entidade responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fundado em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, inicialmente sob a denominação de SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde sua criação, o IPHAN atua na formulação e execução de políticas voltadas à proteção, valorização e conservação de bens culturais materiais e imateriais que representam a identidade nacional.

Complementarmente, os estados e os municípios também desempenham papel fundamental nesse processo, por meio de secretarias, conselhos e órgãos vinculados à cultura e ao patrimônio histórico. Essas instâncias têm como missão desenvolver ações que assegurem a continuidade da memória coletiva, elemento central na construção da identidade sociocultural das comunidades. Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 216, estabelece que a preservação do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre o Estado e a sociedade, permitindo, inclusive, o acionamento de instituições como o Ministério Público e de conselhos especializados, quando há ameaça, omissão ou descaso em relação a esses bens.

Entre os mecanismos de salvaguarda do patrimônio cultural, destaca-se o TOMBAMENTO¹¹, entendido como um instrumento jurídico-administrativo destinado ao reconhecimento e à proteção de bens portadores de relevante valor histórico, cultural e simbólico, assegurando a preservação de suas características essenciais e a integridade de sua autenticidade. No en-

¹¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.*



tanto, para que o tombamento alcance efetividade social, torna-se imprescindível a participação ativa da comunidade local, especialmente, por meio de ações educativas, como palestras, oficinas e práticas formativas no campo da Educação Patrimonial, que promovem o entendimento coletivo acerca do significado do bem e estimulam o resgate da memória afetiva a ele associada.

Esse processo participativo deve ocorrer de forma articulada com a atuação dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais de Cultura, bem como com o Ministério Público e outros órgãos de proteção e controle, que exercem papel estratégico na mediação entre o poder público e a sociedade civil, na fiscalização do cumprimento da legislação patrimonial e na defesa do interesse coletivo. A integração entre essas instâncias institucionais contribui para que o tombamento não se configure apenas como um ato administrativo formal, mas como uma política pública legitimada socialmente e sustentada pela participação cidadã.

Nesse contexto, ressaltam-se instrumentos complementares fundamentais à gestão e à proteção do patrimônio cultural, como o inventário de bens culturais, que possibilita o levantamento, a identificação e o reconhecimento sistemático dos bens materiais e imateriais existentes no território; o zoneamento urbano, enquanto ferramenta de ordenamento do uso e de ocupação do solo, capaz de compatibilizar o desenvolvimento urbano com a preservação da paisagem cultural e da ambiência histórica; e o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto na legislação urbanística, que permite avaliar previamente os impactos de empreendimentos e intervenções sobre o patrimônio cultural, a infraestrutura urbana, a mobilidade, a paisagem e a qualidade de vida da população.



A articulação entre esses instrumentos fortalece a política de preservação do patrimônio cultural, assegurando que a proteção não se limite a medidas pontuais ou emergenciais, mas se consolide como um processo contínuo, integrado e participativo, vinculado às políticas públicas de planejamento urbano, cultural e educacional. Dessa forma, o tombamento passa a desempenhar não apenas uma função normativa, mas também pedagógica e social, contribuindo para a valorização da memória coletiva, do fortalecimento da identidade territorial e da promoção de uma cultura de preservação compartilhada.

O tombamento provisório, por sua vez, ocorre a partir da abertura do processo administrativo de tombamento, momento em que o bem passa a gozar de proteção legal temporária, equiparada aos efeitos do tombamento definitivo, até a conclusão da análise técnica e da decisão final do órgão responsável. Tal medida visa evitar danos, descaracterizações ou demolições durante a tramitação do processo, assegurando a integridade do bem enquanto se avalia o seu valor cultural.

Ressalte-se, por fim, que o tombamento não se confunde com a desapropriação. Enquanto o tombamento preserva a propriedade do bem ao seu titular, impondo-lhe deveres de conservação e limitações de uso em razão do interesse coletivo, a desapropriação implica a transferência compulsória da propriedade para o Poder Público, mediante prévia e justa indenização, conforme previsto na legislação constitucional e infraconstitucional. Assim, o tombamento busca compatibilizar o direito de propriedade com a função social e cultural do bem, ao passo que a desapropriação extingue o domínio privado, incorporando o bem ao patrimônio estatal.



Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Anchieta

A Lei nº 1.631, sancionada em 30 de outubro de 2023, dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Anchieta. A referida legislação estabelece diretrizes para o tombamento e o registro de bens culturais de natureza material, imaterial, arqueológica e natural, com vistas a garantir a proteção, a conservação e a valorização desses elementos fundamentais para a memória coletiva e para a identidade local.

Como instrumento complementar de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural do município, destaca-se o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Anchieta (COMCULT), órgão de caráter consultivo e deliberativo, cuja atuação assegura a participação social e o acompanhamento das políticas públicas voltadas à preservação cultural, fortalecendo os mecanismos institucionais de gestão e proteção do patrimônio local.

Conforme definido no Capítulo I da lei, compõem o patrimônio histórico e cultural do município o conjunto de bens móveis e imóveis situados em seu território, cuja relevância esteja associada aos fatos memoráveis do passado, a acontecimentos contemporâneos significativos ou, ainda, ao seu valor sociocultural, arqueológico, histórico, científico, artístico, estético ou turístico. A norma reconhece o interesse público na salvaguarda desses bens, reafirmando o compromisso do poder público municipal com a preservação de sua herança cultural.

A aprovação da Lei nº 1.631 reforça o papel do município de Anchieta na proteção de seus bens culturais, promovendo políticas de valorização da história local e assegurando que gerações futuras tenham acesso à riqueza material



e imaterial que fazem parte do legado cultural da cidade. O município de Anchieta, no Espírito Santo, abriga importantes exemplos de bens tombados, que ilustram a aplicação prática desse instrumento de proteção. Entre eles:

O **Santuário Nacional de São José de Anchieta**, antigo complexo jesuítico, foi reconhecido como patrimônio nacional em 1943 e incluído no Livro do Tombo Histórico pelo IPHAN;

Figura 6 – Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Religioso- Santuário Nacional de São José de Anchieta. Foto. Gerência Municipal de Comunicação Social - Prefeitura Municipal de Anchieta-ES. 2025.Tomabado pelo IPHAN.1943.

Ilustração elaborada sob orientação do autor, a partir de fotografia, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.





As **Ruínas Históricas** da cidade foram tombadas como bem de valor histórico e cultural estadual pela Resolução do Conselho Estadual de Cultura-CEC nº 004/2013, da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT-ES), encontra-se tombado na esfera estadual de proteção do patrimônio cultural, inscrito no Livro do Tombo Histórico.

Figura 7 – Patrimônio histórico e Cultural – As Ruínas Históricas do Rio Salinas.
Foto: Gerência Municipal de Comunicação Social - Prefeitura Municipal de Anchieta-ES.2023.

Ilustração elaborada sob orientação do autor, a partir de fotografia, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.





A **Casa da Cultura Angelina Lopes Assad**, por sua vez, recebeu o tombamento municipal por meio do Decreto nº 6.582, datado de 4 de novembro de 2024. No ano de 2022, a Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, passa a ser reconhecida pelo Cadastro Nacional de Museus, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo, por meio do Instituto Brasileiro de Museus, código: 6.45.13.1601. Nº SNIIC: SP-16238, Lei nº. 11.904, de 14 e janeiro 2009. (museus.cultura.gov.br).

Figura 8 – Patrimônio Histórico e Cultural: Casa da Cultura Angelina Lopes Assad.

Fonte: Foto: Ivan Petri Florentino (2025).

Ilustração elaborada sob orientação do autor, a partir de fotografia, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.





O **Centro Cultural Thiago Bezerra Leite**, recebeu o tombamento municipal pelo decreto N°. 6.726, de 07 de janeiro de 2026, homologado pela Resolução n°. 01, datado em 14 de novembro de 2025, do Conselho de Políticas Culturais de Anchieta (COMCULT), que aprovou o tombamento definitivo do imóvel publico Centro Cultural Thiago Bezerra Leite.

Figura 9 – Centro Cultural Thiago Bezerra Leite, patrimônio histórico e cultural.

Fotografia de Ivan Petri Florentino, 2025.

Ilustração elaborada sob orientação do autor, a partir de fotografia, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.



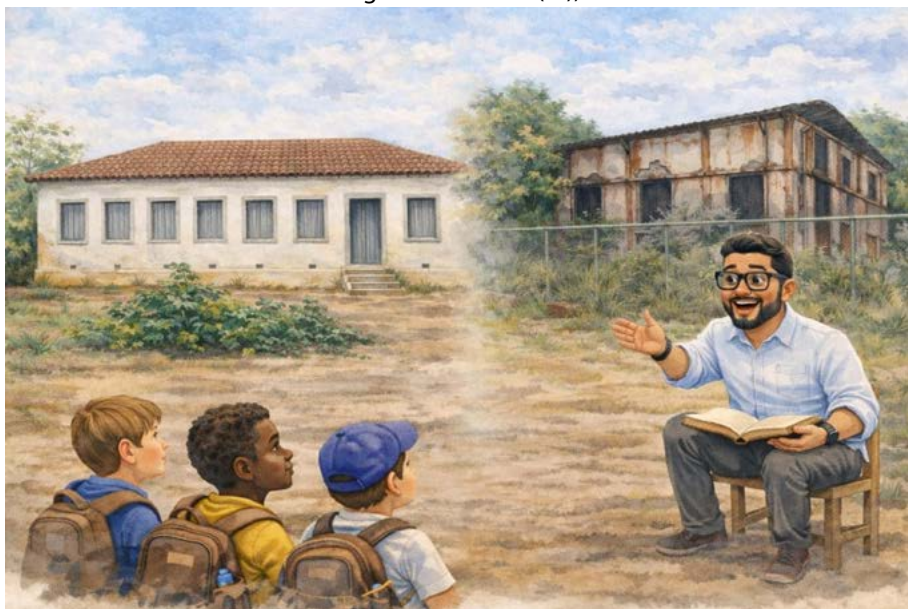


O **Casarão de Hospedaria dos Imigrantes Italianos**, conhecido como Casa de Quarentena, localizado no município de Anchieta, encontra-se tombado na esfera estadual de proteção do patrimônio cultural, conforme a Resolução do Conselho Estadual de Cultura- CEC nº CEC nº 001/2012, estando inscrito no Livro do Tombo Histórico.

Figura 10 – Casarão da Hospedaria dos Imigrantes, patrimônio histórico e cultural.

Foto da atualidade de Ivan Petri Florentino, 2024.

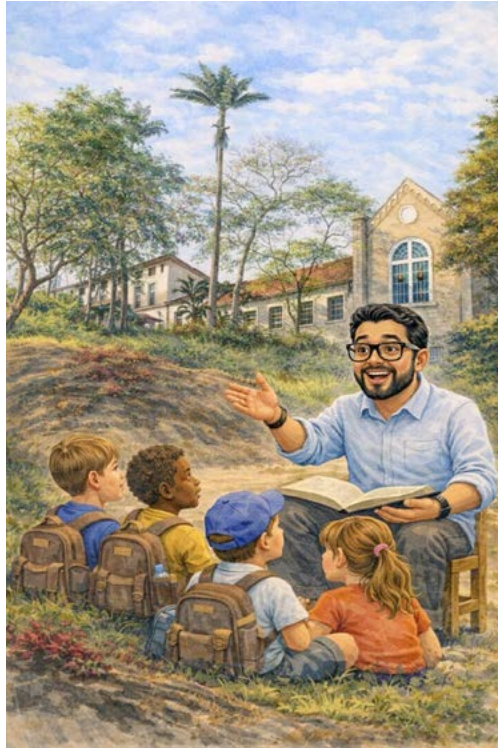
Ilustração elaborada sob orientação do autor, a partir de fotografia, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.





O **Colégio Maria Mattos** passou a integrar o patrimônio da municipalidade por meio do processo de desapropriação do imóvel. Conforme consta na edição de 6 de fevereiro de 2023, na página 11, coluna Anchieta – Termos, foi publicado o Extrato do Termo de Desapropriação Consensual, celebrado entre o Município de Anchieta e a Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência.

Figura 11 – Patrimônio histórico, cultural e artístico – Colégio Maria Mattos. Fonte: Hora AGHA. Disponível em: <https://www.horaagha.com.br/anchieta-municipio-tera-posse-definitiva-do-tradicional-colegio-maria-mattos/>. Ilustração elaborada pelo autor, a partir de fotografia, com auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.





O referido instrumento jurídico dispõe sobre a desapropriação consensual de parte de um imóvel urbano, com área total de 11.151,60 m², localizado na Rua Tito Pompermayer, nº 50, Centro, Anchieta-ES, conforme descrição perimétrica constante no laudo técnico que instrui o Processo Administrativo nº 6069/2022.

O imóvel encontra-se devidamente registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Anchieta, sob a matrícula nº 10.097, livro 2, abrangendo, inclusive, as benfeitorias existentes.

O bem expropriado foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação por meio do Decreto Municipal nº 6.347, de 10 de janeiro de 2023, atendendo ao interesse público e às diretrizes de preservação do patrimônio histórico-cultural do município.

Posteriormente, por meio do Memorando nº 83, foi encaminhada ao Conselho Municipal de Cultura de Anchieta (COMCULT) a solicitação de tombamento do Complexo Arquitetônico do Colégio Maria Mattos, incluindo o Salão de Festas “Senador Lindeberg”, em anexo.

O processo encontra-se em tramitação para fins de tombamento, conforme solicitação formal protocolada em 24 de junho de 2025, junto ao COMCULT – Conselho Municipal de Cultura.

Tais monumentos são fundamentais para o entendimento da trajetória histórica e das manifestações culturais do povo anchietense, representando a conexão entre o passado e o presente.



O Patrimônio Histórico-Cultural de Anchieta: Características e Diversidade Patrimonial

Patrimônio Material

Figura 12 – Casa de Hospedaria dos Imigrantes Italianos (Casa de Quarentena).
Fazenda São Martinho, Anchieta-ES



Fonte: Gonçalves, Aureliano (1995). Imagem retirada do site do Museu Virtual de Alto Pongal. Ilustração elaborada sob orientação do autor, a partir de fotografia, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.

O patrimônio material corresponde à produção cultural tangível, construída pelas sociedades ao longo do tempo, abrangendo bens que podem ser fisicamente observados, tocados e preservados, como edificações, objetos e utensílios. No município de Anchieta, destacam-se como exemplos desse patrimônio a Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, o Centro Cultural Thiago Bezerra Leite (antigo Hotel Anchieta), o Casarão de Quarentena (antiga Hospedaria dos Imigrantes), o Santuário Nacional de São



José de Anchieta, a Capela de Nossa Senhora da Penha, os poços jesuíticos, além de esculturas, vestimentas tradicionais e instrumentos vinculados às manifestações culturais locais.

Integram ainda esse conjunto os bens associados à cultura caiçara, como as artes de pesca — a exemplo do jereré, das redes e do puçá —, as redes artesanais, as panelas de barro e as embarcações típicas, que expressam saberes tradicionais e modos de vida historicamente construídos na região.

Patrimônio Imaterial

Figura 13 – Jaraguá, manifestação folclórica do patrimônio cultural e histórico da cidade de Anchieta-ES.



Fonte: Acervo da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad. Fotografia de Ivan Petri Florentino. Ilustração elaborada a partir de fotografia, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.



O patrimônio imaterial refere-se ao conjunto de saberes, práticas e expressões, que são transmitidos oralmente, ou por meio de vivências e de tradições, representando a herança simbólica e cultural de um povo. Inclui manifestações como o teatro popular, crenças religiosas, a capoeira, e expressões folclóricas como os Brandarinos, o Bloco Folclórico Jaraguá e o Grupo de Danças Folclóricas Italianas Nonna Adélia, além do Grupo de Dança Folclórica da Folia do Divino Espírito Santo de Jabaquara. Também compõem essa categoria a culinária local, com destaque para a Moqueca Capixaba e a Torta Capixaba da Semana Santa.

Patrimônio Artístico

Figura 14 – A construção da Igreja. Quadro de Ronaldo Moreira (in memoriam).



Fonte: Acervo da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad. Ilustração elaborada a partir de obra pictórica, com o auxílio de inteligência artificial (IA), 2026.



Refere-se às expressões estéticas, as quais revelam o talento e a criatividade de um povo, composto por obras de arte, técnicas construtivas e manifestações visuais. Em Anchieta, esse patrimônio se expressa na técnica tradicional dos poços jesuíticos, nos afrescos do Santuário Nacional de São José de Anchieta e da Capela de Nossa Senhora da Penha, bem como nas produções do artista Ronaldo Moreira (in memoriam)¹², atualmente sob tutela da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad.

Patrimônio Ambiental

O patrimônio ambiental ou natural compreende todos os elementos da natureza que não foram modificados diretamente pela ação humana. São exemplos: a fauna e a flora locais, nascentes, rios, montanhas, praias e manguezais. O estuário do Rio Benevente é um dos mais bem preservados do Estado do Espírito Santo, com cerca de 4,6 km² de área.

É habitat de ampla diversidade biológica, constituindo-se em patrimônio natural e atrativo turístico significativo para a região. Do ponto de vista his-

12 Ronaldo Pinto Moreira (1947–2000), natural de Alegre, município do Espírito Santo, foi artista plástico e intelectual poliglota, com atuação autodidata nas artes visuais, no teatro e na música clássica. Conhecido como Ronaldinho, dedicou grande parte de sua produção artística à história e à memória cultural do município de Anchieta, especialmente do balneário de Ubu, onde viveu seus últimos anos. Sua obra, marcada por uma linguagem expressiva e naturalista, retrata o cotidiano da antiga Aldeia de Rerigtibá, a presença dos padres jesuítas, bem como elementos da fauna e da flora locais. Classificado como artista naïf, destacou-se pelos traços delicados, cores intensas e riqueza de detalhes, características que conferem vitalidade às suas pinturas. Atualmente, suas obras estão sob a salvaguarda da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, integrando o patrimônio artístico e cultural de Anchieta. Fonte: Acervo documental da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad.



tórico, o Rio Benevente foi inicialmente território de circulação e subsistência dos povos ancestrais, sobretudo dos grupos tupiniquins que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores.

Para essas populações originárias, o rio era fonte de água potável, espaço de pesca e via de mobilidade natural, além de elemento simbólico, associado à espiritualidade e à cosmologia indígena. Em suas margens eram abrigados aldeamentos, roçados e áreas de coleta, configurando-se como ambiente de intensa dinâmica ecológica e humana.

Figura 15 – Vista aérea do Rio Benevente, evidenciando a configuração de seus biomas associados, especialmente os manguezais e as formações de restinga que compõem a zona costeira de Anchieta. Fotografia: Ivan Petri Florentino, Anchieta-ES, 2018. Adaptação: composição em moldura e quadro, realizada com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do próprio autor, 2026.





Com o advento da colonização portuguesa e a instalação da Missão de Nossa Senhora da Assunção da aldeia de Rerigtibá, no século XVI, sob forte influência da atuação jesuítica, o rio passou a desempenhar uma função estratégica na comunicação entre aldeias, povoados e o litoral. As embarcações de pequeno porte navegavam por seus trechos mais calmos, facilitando o deslocamento de missionários, a circulação de mantimentos e o contato entre diferentes núcleos populacionais.

O Rio Benevente serviu como referência geográfica para a delimitação territorial da então Capitania do Espírito Santo. Entre os séculos XVII e XIX, o Benevente era navegável por embarcações, como brigues, que atracavam na Vila Portuária de Benevente, localizada na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, onde eram desembarcados produtos e especiarias. Além disso, o local foi cenário do desembarque de imigrantes italianos entre os anos de 1875 e 1894.

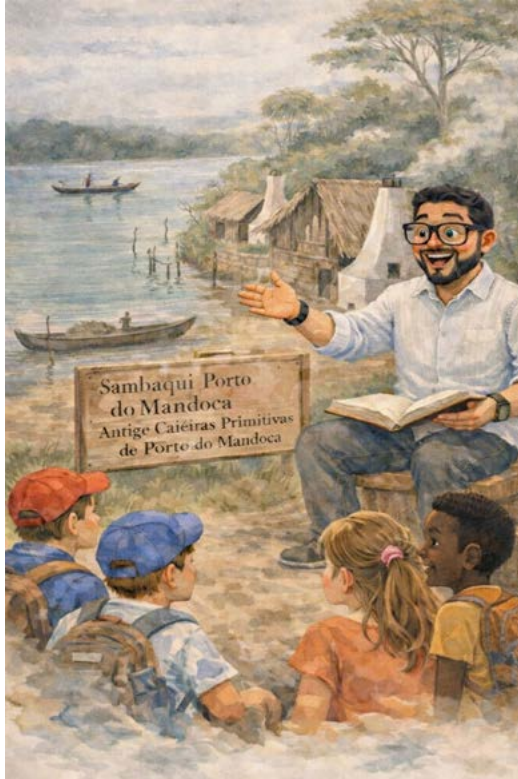
Patrimônio Arqueológico

Refere-se aos vestígios materiais de sociedades humanas do passado, identificados em sítios arqueológicos que evidenciam a ocupação territorial e os modos de vida de povos ancestrais. No município de Anchieta há diversos sítios arqueológicos reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dentre os quais se destaca o Sítio Arqueológico de Reritiba, localizado no pátio interno da antiga residência dos padres jesuítas, onde atualmente funciona o Museu Nacional de São José de Anchieta.



Figura 15- Ilustração Sambaqui do Porto do Mandoca - Antiga Caieiras Primitivas do Porto do Mandoca.

Adaptação: composição em moldura e quadro, realizada com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do próprio autor, 2026.



Fonte: gravura de Álvaro Conte, 1939. Coleção Cartões, Convites e Postais.
Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

As escavações arqueológicas realizadas entre os anos de 1994 e 1997 revelaram estruturas arquitetônicas datadas do século XVI, além de objetos e fragmentos associados, possivelmente, a ocupações do período pré-histórico, anteriores à chegada dos portugueses e dos missionários jesuítas, bem como a contextos históricos compreendidos entre os séculos XVI e XXI.



Os sítios arqueológicos Rio Una I e Rio Una II, localizados entre os bairros Benevente e Nova Jerusalém, foram investigados por meio de um programa de resgate arqueológico desenvolvido pela Fundação Aroeira, no período de 2024 a 2025, contratado pela Prefeitura Municipal de Anchieta, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os resultados dessas pesquisas reafirmam a existência de assentamentos de povos ancestrais datados entre os anos de 1625 e 1675, correspondentes ao século XVII, tendo sido utilizado o método da Luminescência como técnica de análise para a determinação cronológica dos materiais.

Outro sítio arqueológico de relevância é o Sambaqui Porto do Mandoca, cadastrado por meio do Processo SEI nº 01409.000459/2023-88, no qual se identificam sambaquis, conchas e vestígios históricos em sua área de abrangência.

As evidências indicam ocupações e intervenções, possivelmente ocorridas no período pré-colonial, estendendo-se até a segunda década do século XX, conforme demonstram os documentos históricos, ilustrados na Figura X – Ilustração do Sambaqui do Porto do Mandoca – Antigas Caieiras Primitivas do Porto do Mandoca, de autoria do artista Álvaro Conde. Uma das hipóteses apresentadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em visita técnica de fiscalização, descreve, no laudo de vistoria, realizado em 27 de setembro de 2025, a denominação do sítio em evidência como “Sambaqui do Porto do Mandoca”, reforçando tal identificação em seu parecer técnico.

“(…) É importante salientar que, desde nosso caminho, do ponto onde era o suposto “Porto do Mandoca” até o descampado, onde está o sambaqui, encontramos muitos acúmulos conchíferos nas beiras do rio Benevente. Estes poderiam ser locais onde os in-



dígenas desembarcavam de suas embarcações, trazendo toda a pesca coletada no mar, consumiam o que era possível e descartavam o material, levando consigo o resto para onde se encontra o ponto central do sambaqui.” (Laudo de vistoria realizado em 27/09/2025- IPHAN)

Registros históricos apontam que, nas proximidades das margens do rio Benevente, existiu uma caieira destinada à produção artesanal de cal a partir de conchas, insumo fundamental para as construções locais e para as técnicas de edificação colonial, utilizadas desde o período da Missão de Nossa Senhora da Assunção da Aldeia de Reritiba.

No cartão postal produzido pelo artista Álvaro Conde, em 1939, é possível observar o dinamismo da paisagem local, com a presença humana, residências de características nativistas e um forno que funcionava como caieira, evidenciando a relação entre trabalho, território e práticas construtivas tradicionais.

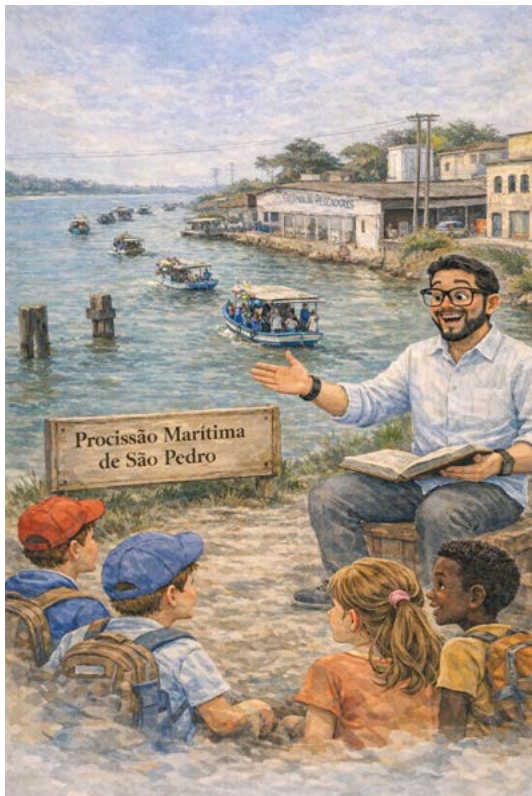
Patrimônio Religioso

O patrimônio religioso constitui um conjunto de bens materiais e simbólicos associados às formas de crença, às práticas de fé e às expressões espirituais historicamente construídas pelas comunidades.

Inserido também no âmbito da cultura imaterial, esse patrimônio compreende rituais, devoções, celebrações, saberes e tradições transmitidos entre gerações, os quais conferem sentido, pertencimento e identidade aos grupos sociais.



Figura 16 – Procissão Marítima de São Pedro, 2024, realizada na cidade de Anchieta-ES. Fotografia: Ivan Petri Florentino. Adaptação: composição artística elaborada a partir da fotografia original, realizada com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do próprio autor, 2026.



Para além de sua dimensão confessional e de rito espiritual, o patrimônio religioso apresenta relevante valor histórico, cultural e identitário, uma vez que reflete processos de ocupação do território, dinâmicas sociais, formas de sociabilidade e manifestações artísticas, configurando-se como importante referência para a compreensão da história e da diversidade cultural de uma localidade.



Essa característica manifesta-se, por exemplo, na Procissão Marítima de São Pedro que, desde 1928, conforme registros documentais, constitui-se como uma tradição da cultura popular do município de Anchieta, na qual os pescadores ornamentam suas embarcações em sinal de agradecimento e devoção ao padroeiro dos pescadores. Trata-se de uma prática que se mantém há quase um século como expressão da devoção popular anchietense.

Patrimônio Arquitetônico

Figura 17 – Inauguração da Ponte Cônego Barros, da cidade de Anchieta-ES.
Adaptação: Composição artística elaborada a partir da fotografia original, realizada com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do próprio autor, 2026.



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).



Trata-se de um recorte do patrimônio material, que evidencia os modos de construir e de habitar ao longo da história. Em Anchieta se destacam as edificações e estruturas urbanas, com traços arquitetônicos distintos, como a primeira ponte da cidade, a Ponte Cônego Barros¹³, inaugurada em 16 de novembro de 1952. Bem como o edifício que a abriga: o atual Centro Administrativo Edival José Petri (in memoriam)¹⁴, sede da Prefeitura Municipal de Anchieta, marcado por características da arquitetura modernista dos anos 1990.

13 Cônego Raymundo Pereira de Barros foi padre secular, ligado à então Diocese do Espírito Santo, atualmente elevada à condição de Arquidiocese. Atuou de forma significativa tanto no campo religioso quanto nas esferas educacional e administrativa do município de Anchieta-ES. Exerceu o cargo de décimo oitavo (18º) prefeito municipal entre os anos de 1948 e 1950, destacando-se pelo incentivo à educação local e pela direção do Ginásio Anchieta, que funcionava no edifício onde atualmente se localiza o Hospital de Anchieta, hoje denominado Hospital Padre Humberto, sob administração do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). A instituição foi fundada em 1951. Por nomeação de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, assumiu a direção do educandário onde funcionava o curso primário até o final de 1949, sendo implantado, em 1950, o curso ginásial com a 1ª série. As informações constam na Ata da Fundação do Instituto Anchieta, datada de 15 de outubro de 1948, pertencente ao Acervo Documental da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, sob guarda do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

14 Em 24 de março de 1995, durante a gestão do então prefeito Edival José Petri (in memoriam), foi inaugurada a nova sede da Prefeitura Municipal de Anchieta, localizada no bairro Vila Samarco, às margens da Rodovia do Sol, km 21,5, nº 1.620. O edifício passou a abrigar, em seu pavimento térreo, tanto a Câmara Municipal de Anchieta quanto os espaços destinados ao atendimento dos vereadores à população, configurando-se como um ambiente de integração entre as funções administrativas e legislativas do município. Posteriormente, em março de 2017, na gestão do prefeito Fabrício Petri, filho do ex-prefeito homenageado (in memoriam), a sede do Poder Executivo Municipal passou a ser oficialmente denominada Centro Administrativo Edival José Petri, em reconhecimento à sua trajetória pública e à sua contribuição para o fortalecimento institucional e o desenvolvimento do município.



A antiga Ponte Cônego Barros foi originalmente construída em madeira, com colunas em alvenaria e arcos, que ligavam uma margem à outra. O parapeito, igualmente em madeira, funcionava como elemento de segurança e seguia o estilo de guarda-corpo treliçado.

Tal estrutura constituiu-se em um importante marco da infraestrutura urbana e da memória coletiva local, remontadas, sobretudo, pela história oral, nas rememorações de fatos históricos.

Com o passar das décadas, a estrutura passou a demandar constantes reparos, em razão do desgaste natural dos materiais e do aumento do fluxo de veículos.

Registros orais e memórias locais indicam que, durante a travessia de automóveis e de ônibus, a ponte apresentava instabilidade, sendo frequente a necessidade de os passageiros desembarcarem e atravessarem a pé, enquanto o veículo realizava a travessia apenas com o motorista, como medida de segurança.

Esse contexto evidenciou a necessidade de construção de uma nova ponte, capaz de assegurar a ligação entre municípios vizinhos e a fim de atender às demandas de mobilidade regional, considerando a centralidade de Anchieta como eixo de passagem intermunicipal.

Foi então na gestão do prefeito Moacyr Carone Assad, com o apoio do então governador do Estado do Espírito Santo, Max Mauro, que se deu a inauguração da nova ponte, em 14 de abril de 1989, mantendo-se, como forma de reconhecimento histórico e simbólico, a denominação “Cônego Raymundo Pereira de Barros”.



Mas, afinal, o que é Educação Patrimonial?

A Educação Patrimonial pode ser compreendida como um instrumento de “alfabetização cultural”, pois permite ao indivíduo interpretar criticamente o mundo ao seu redor. Essa prática possibilita a compreensão do contexto socio-cultural e da trajetória histórica na qual está inserido, promovendo, assim, o fortalecimento da autoestima individual e coletiva e a valorização da diversidade cultural brasileira¹⁵.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial assume o papel de valorizar os elementos que caracterizam a sociedade e o território onde uma comunidade se estabelece. As especificidades que compõem a memória coletiva e a trajetória histórica tornam-se marcas identitárias. Desse modo essa abordagem busca identificar, reconhecer e revitalizar valores, hábitos, expressões culturais, lendas, manifestações da cultura material e as particularidades ambientais, promovendo o acesso coletivo a esses saberes.

Sua metodologia pode ser aplicada a qualquer evidência material ou imaterial da cultura, seja um objeto, um conjunto de bens, um monumento, sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, parque, a uma área de proteção ambiental, centro histórico e cultural urbano ou comunidade rural. Também abrange manifestações populares de natureza folclórica ou ritual, processos de produção artesanal ou industrial, conhecimentos tradicionais e demais expressões resultantes da interação entre o ser humano e seu ambiente.

¹⁵ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.



Figura 18 – Ilustração temática sobre educação patrimonial, realizada com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do próprio autor, 2026.



A Educação Patrimonial constitui um processo contínuo e sistemático de formação, tendo o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e de enriquecimento pessoal e coletivo. A partir dessa perspectiva, o trabalho educativo busca engajar estudantes — crianças, adolescentes e jovens — bem como visitantes e turistas, em um processo ativo de valorização de sua herança cultural.

O patrimônio histórico, por sua vez, é um bem cultural que integra a produção humana em diferentes períodos históricos, sendo a expressão da identidade cultural de um povo.



A compreensão desse legado é essencial para a valorização da história como parte constitutiva da memória coletiva, seja ela material ou imaterial. É necessário, portanto, estabelecer uma base sólida de conhecimento que transcenda a simples curiosidade e promova a compreensão crítica da trajetória histórica.

Nessa perspectiva, essa modalidade educativa assume papel central no processo de alfabetização cultural, promovendo o diálogo entre história e memória por meio do patrimônio, seja por via escrita, oral ou visual. Essas dimensões convergem para o entendimento da Educação Patrimonial como um processo formativo que permite a alunos, professores, gestores públicos e religiosos reconhecerem o patrimônio como parte integrante de sua própria história. A Educação Patrimonial visa ainda criar situações de aprendizagem, as quais estimulem a reflexão sobre os processos culturais e suas manifestações, despertando nos educandos o interesse por resolver questões significativas para suas próprias realidades.

A preservação do patrimônio histórico-cultural depende da consciência de seu valor histórico, artístico, científico ou afetivo. A manutenção preventiva de bens patrimoniais — tombados ou não — é fundamental, devendo ocorrer em constante articulação com os órgãos responsáveis pela salvaguarda, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que atua na supervisão e orientação das ações emergenciais relativas à preservação do patrimônio, seja ele de natureza artística, arqueológica ou ambiental.

Nesse contexto, é possível diferenciar os seguintes conceitos:

Restauração: processo de recuperação de um bem cultural que busca preservar suas características originais;



Readequação: adaptação do patrimônio para novos usos, sem que se perca sua essência histórica e integridade estrutural;

Demolição: destruição total de um bem, com perda definitiva de sua memória, muitas vezes motivada por interesses políticos ou pela ausência de uma consciência coletiva de pertencimento;

Descaracterização: alterações que comprometem a identidade do patrimônio, distorcendo sua função e seu significado originais. Retirar.

A trajetória do patrimônio histórico no Brasil: da Semana de Arte Moderna à inauguração do busto do Venerável Padre José de Anchieta

A institucionalização da preservação do patrimônio histórico no Brasil adquiriu contornos mais definidos durante o governo de Getúlio Vargas (1930–1945), especialmente com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Antes desse marco, a abordagem nacional em relação ao patrimônio cultural era predominantemente funcionalista, vinculada a políticas de saneamento urbano e saúde pública. Essa perspectiva, fortemente influenciada por correntes europeias de urbanismo, desconsiderava o valor simbólico e histórico dos bens culturais, priorizando padrões de higiene e organização urbana.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda já apontava, em 1936, que a modernização das cidades brasileiras ocorria muitas vezes em detrimento da preservação de suas referências históricas. Para ele, o modelo de desenvolvi-



mento urbano priorizava a estética funcional, deixando em segundo plano a construção de uma memória coletiva nacional.

Foi apenas a partir da década de 1930 que a cultura começou a ser reconhecida como patrimônio digno de proteção, assumindo papel fundamental na edificação da identidade nacional. A criação do SPHAN representou um marco institucional decisivo, ao estabelecer uma política pública voltada à salvaguarda dos bens culturais brasileiros. Sob a liderança de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o SPHAN promoveu a valorização do patrimônio como instrumento de afirmação cultural. Conforme analisa Pierre Bourdieu¹⁶, o patrimônio não é apenas a herança de um passado, mas uma construção social orientada por interesses políticos e simbólicos do presente.

Andrade concebia o patrimônio como um elo entre passado e presente, essencial à consolidação da identidade coletiva. Sua atuação defendia o tombamento de monumentos e sítios históricos como medida fundamental à preservação da memória nacional. Ele afirmava que “o patrimônio é o elo que conecta o passado com o presente e que possibilita a construção de uma identidade coletiva”.

16 Para Pierre Bourdieu, as práticas de consagração cultural — entre elas a definição do que se reconhece como patrimônio — estão diretamente relacionadas às disputas simbólicas travadas no interior dos campos sociais. O patrimônio, nessa perspectiva, não deve ser compreendido como um legado neutro ou natural do passado, mas como resultado de processos históricos de seleção, legitimação e institucionalização, nos quais determinados bens, memórias e narrativas são elevados à condição de representativos do coletivo, enquanto outros são silenciados ou marginalizados. Tais escolhas refletem relações de poder e interesses políticos e simbólicos vigentes no presente, operando como instrumentos de reprodução ou contestação das hierarquias sociais. Essa abordagem permite compreender o patrimônio como uma construção social dinâmica, permanentemente ressignificada de acordo com os contextos históricos e as disputas de sentido. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 7–15.



Figura 18 – Busto monumental em espaço público do município de Anchieta-ES. Adaptação: Composição artística elaborada a partir da fotografia original, realizada com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do próprio autor (2026).



Fonte: Foto de Ivan Petri Florentino (2022).

Antes do fortalecimento das políticas de preservação patrimonial, as intervenções urbanas no Brasil estavam orientadas pela lógica da modernização, sustentadas por um discurso de progresso, racionalidade e salubridade urbana. Nesse contexto, práticas de demolição e remodelação dos espaços urbanos eram compreendidas como sinônimos de desenvolvimento. Todavia, o movimento modernista, especialmente a partir da Semana de Arte Moderna, realizada entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, promoveu uma ruptura



significativa com esse paradigma ao propor uma concepção estética e cultural comprometida com a valorização de uma identidade genuinamente brasileira, desvinculada dos modelos artísticos europeus. O evento, ocorrido na cidade de São Paulo, reuniu importantes intelectuais e artistas, dentre os quais se destacam Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Menotti Del Picchia, Victor Brecheret, além do compositor Heitor Villa-Lobos e do intelectual Graça Aranha. A Semana de 1922 consolidou-se, assim, como um marco na construção de um pensamento cultural voltado para a afirmação das especificidades históricas, sociais e simbólicas do Brasil.

O movimento modernista, em articulação com os ideais do SPHAN, contribuiu para a redefinição do conceito de patrimônio. Mário de Andrade, um dos principais articuladores do modernismo e também servidor do SPHAN, defendia que a arte e a cultura deveriam ser compreendidas como expressões coletivas de um povo.

Dentro desse contexto histórico-cultural, destaca-se a atuação de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, que promoveu, em 1921, uma campanha voltada à construção de um monumento em homenagem ao Venerável Padre José de Anchieta, na cidade de Anchieta, antiga Rerigtibá ou Reritiba. Em 1922 — ano do centenário da Independência do Brasil e da realização da Semana de Arte Moderna — foi inaugurado o busto do Venerável na praça do atual Santuário Nacional de São José de Anchieta, simbolizando a valorização da memória histórico-cultural e religiosa, bem como o reconhecimento de seu legado para a formação histórica do país. Nesse mesmo ano, Dom Helvécio Gomes de Oliveira foi sagrado episcopalmente como arcebispo da Arquidiocese de Mariana (MG).



Ainda em 1921, foi organizada a primeira romaria à cela onde faleceu o então Venerável Padre José de Anchieta, realizada em 20 de setembro, na cidade de Anchieta, antiga aldeia de Rerigtibá. A romaria foi conduzida por Dom Helvécio e por seu irmão, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, reunindo fiéis e devotos em um significativo gesto de fé, memória e devoção à trajetória espiritual e histórica do missionário jesuíta.

Ambos nasceram na Vila Nova de Benevente, freguesia de Nossa Senhora da Assunção, atual município de Anchieta, sendo filhos do Tenente-Coronel José Gomes de Oliveira e de D. Maria Mattos. A iniciativa contou com o apoio do Touring Club do Brasil e com a presença de autoridades estaduais e locais.

No ano seguinte, Dom Benedito Alves de Souza, bispo diocesano do Estado do Espírito Santo, manifestou apoio à proposta dos irmãos para a edificação de um monumento no local da morte do padre jesuíta. Para viabilizar a obra, foram realizadas coletas de donativos em diversas localidades do estado. O busto foi esculpido por José Rosada, artista oriundo de Campinas (SP), e acompanhado pela fundição de três sinos de bronze destinados à matriz local. Ademais, as listas de arrecadação possibilitaram também a aquisição de instrumentos musicais para a reorganização da tradicional Banda “José de Anchieta”, contribuindo para o fortalecimento da cultura local.

Nesse período, a cultura, anteriormente associada a discursos higienistas e à lógica urbanística, passou a ser compreendida como um bem simbólico fundamental à constituição da memória nacional. A Semana de Arte Moderna de 1922 também desempenhou papel relevante nesse processo, ao propor uma estética autenticamente brasileira e reafirmar a diversidade cultural como



elemento indissociável da construção da identidade nacional. No âmbito local, Dom Helvécio Gomes de Oliveira destacou-se como importante benemérito e empreendedor em Anchieta, sendo responsável pelo estabelecimento de limites e pela demarcação territorial do município. Sua atuação foi marcada pela constante preocupação com a educação, a saúde e a infraestrutura urbana, assim como pela preservação do legado cultural e histórico local, com especial atenção à memória devocional de São José de Anchieta¹⁷, reconhecido como o Apóstolo do Brasil.

17 A santidade de vida do Padre José de Anchieta foi oficialmente reconhecida pela Igreja Católica Apostólica Romana em 10 de agosto de 1736, quando o papa Clemente XII aprovou e determinou a lavratura do Decreto das Virtudes em Grau Heroico praticadas pelo Venerável Servo de Deus Padre José de Anchieta, sacerdote professo da Companhia de Jesus. Tal reconhecimento atestava, à luz do Direito Canônico então vigente, a vivência das virtudes teologais e cardeais em grau heroico, conferindo-lhe o título de Venerável. Nessa etapa do processo canônico, encontrava-se ausente apenas a comprovação de milagres atribuídos à sua intercessão, sendo exigida a aprovação de dois milagres para a beatificação e, posteriormente, mais dois milagres para a canonização, conforme as normas canônicas em vigor. Desse modo, no ano de 1922, apesar de ainda não beatificado ou canonizado, o reconhecimento oficial de sua santidade já se encontrava consolidado pela Igreja, sustentando a ampla devoção popular e o empenho institucional em favor da causa. Sobre esse processo, ver Moutinho (1980, p. 23–29), que detalha as etapas da causa de beatificação e canonização de Anchieta no âmbito da Santa Sé. MOUTINHO, Murillo. Anchieta: o Apóstolo do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1980.



Capítulo II - Anchieta-ES: Das Raízes Indígenas à Formação do Povo Anchietense

Os primeiros habitantes da região atualmente denominada Anchieta, no estado do Espírito Santo, pertenciam aos povos indígenas do tronco linguístico Tupi-Guarani, amplamente distribuídos ao longo do litoral brasileiro. Estima-se que esses grupos ocuparam a região há aproximadamente 12 mil anos, sendo reconhecidos como os primeiros a estabelecerem contato direto com os colonizadores portugueses no contexto da expansão europeia do século XVI. Por volta de seis mil anos do tempo presente já se encontravam estabelecidos na área que posteriormente seria conhecida como aldeia de Rerigtibá.

Na aldeia de Rerigtibá, os Tupiniquins organizavam-se segundo um modo de vida seminômade, fundamentado em práticas tradicionais de subsistência, como a pesca, a caça e a coleta de frutos, sementes e mariscos. Demonstravam amplo domínio técnico na fabricação de instrumentos e utensílios de uso cotidiano, utilizando matérias-primas como ossos, pedras e madeira, cuidadosamente trabalhadas e polidas para a produção de ferramentas e armas.

A estrutura sociopolítica dessas comunidades baseava-se na organização coletiva. Diversas famílias viviam agrupadas em grandes malocas, sob a liderança do morubixaba (cacique), autoridade política do grupo, além da presença



fundamental do pajé, líder espiritual e detentor dos saberes cosmológicos tradicionais. A territorialidade indígena abrangia tanto as áreas costeiras, quanto as regiões interioranas; evidenciando profundo conhecimento dos ecossistemas locais e uma relação simbólica e espiritual com o território de Rerigitiba.

Figura 19 – Selo de Anchieta (releitura digital). MOREIRA, Ronaldo (in memoriam), 1995. Óleo sobre tela, estilo naïf. Releitura em aquarela, gerada por inteligência artificial (IA), pelo autor, 2026. Representa a aldeia de Reritiba, dos povos originários tupiniquins, com sua fauna e flora.



Fonte: Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, 2026.



As mulheres exerciam papel central na dinâmica da aldeia, sendo responsáveis pela organização doméstica e social. Cuidavam da criação dos filhos, do preparo da alimentação cotidiana e das bebidas rituais, como o cauim, produzido a partir da mandioca fermentada. Participavam ativamente da coleta de recursos litorâneos, como moluscos e mariscos, e dedicavam-se também ao cultivo agrícola. Destacavam-se na produção de cerâmica, no trançado de fibras vegetais e na pintura corporal, expressão estética vinculada à identidade cultural. Desempenhavam, portanto, funções essenciais para a manutenção da vida coletiva e da continuidade cultural do grupo.

As crianças, denominadas curumins, eram inseridas desde cedo nas atividades dos adultos como parte do processo de aprendizagem social e de construção identitária. Participavam das tarefas cotidianas por meio da observação e da imitação dos mais velhos, desenvolvendo habilidades práticas, aprendendo o manuseio de instrumentos e compreendendo a divisão social do trabalho, frequentemente organizada por gênero. Brincavam com artefatos lúdicos, como figuras esculpidas de animais, que também desempenhavam função pedagógica, preparando-os para o futuro exercício da caça, da guerra e da defesa do aldeamento.

Os povos indígenas que habitavam a aldeia de Rerigtibá antes da fundação da missão jesuítica praticavam a poligamia, sendo comum que um homem mantivesse relações conjugais com mais de uma mulher, formando estruturas familiares ampliadas. Realizavam rituais funerários que celebravam a passagem dos entes falecidos por meio de cerimônias e sepultamentos. As inumações ocorriam em covas rasas, em espaços definidos coletivamente como sagrados. Registros etno-históricos indicam também a prática da antropofagia



ritual, geralmente associada a prisioneiros de guerra e inimigos externos ao grupo. Sua cosmologia era de caráter politeísta, contemplando entidades como Tupã, associado ao trovão e às forças benéficas, e Anhangá, relacionado às forças espirituais adversas. O pajé exercia papel mediador entre o mundo terreno e o plano espiritual, realizando rituais e pajelanças, utilizando o cachimbo como instrumento simbólico de comunicação com as divindades.

Na antiga aldeia de Rerigtibá — atual município de Anchieta — foram identificados diversos sítios arqueológicos que registram tais práticas fúnebres. Entre eles, destaca-se o sítio arqueológico de Reritiba, localizado no pátio interno e no entorno do atual Santuário Nacional de São José de Anchieta. Escavações arqueológicas revelaram enterramentos antigos, cujos vestígios - ossadas humanas e objetos associados - integram atualmente o acervo museológico local. Tais evidências comprovam a continuidade dos sepultamentos em um mesmo espaço ao longo do tempo, reforçando a relação de ancestralidade e de memória com o território.

Entre os grupos pré-históricos que habitaram a região, destacam-se os denominados povos sambaquieiros¹⁸, reconhecidos pela construção de sambaquis

18 BENTIVOGLIO, Júlio (org.). *Coleção História dos Povos Indígenas no Espírito Santo. v. 1: Os Puri*. Vitória: Milfontes, 2017, p. 37. *Acervo do Centro de Documentação Pe. Murillo Moutinho, S.J.*

*A palavra sambaqui é de origem tupi e significa “tambá” (concha) e “ki” (depósito). São encontrados em quase toda a costa brasileira e caracterizam-se como pequenas elevações formadas, sobretudo, por restos alimentares de animais, tais como conchas de moluscos, restos de crustáceos e fragmentos ósseos de aves, répteis, peixes e mamíferos, mais raramente de vegetais, além de esqueletos humanos, artefatos de pedra, de osso, de concha e de cerâmica, vestígios de fogueiras e outras evidências da ação humana. Os sambaquis são constituídos por camadas arqueológicas superpostas, que representam sucessivas ocupações humanas. Cf. KNEIP, Lina Maria; PALLESTRINI, Luciana. *Brasil antes do descobrimento*. Curitiba: EDUCA, 1991, p. 25-26.*



— sítios arqueológicos compostos por conchas, ossos e utensílios diversos — que constituem importantes vestígios da ocupação humana primitiva. Esses grupos dominavam técnicas de produção cerâmica, especialmente de panelas e vasilhames em argila decorados com engobo vermelho e motivos ornamentais, utilizados tanto no preparo e armazenamento de alimentos quanto em práticas rituais.

Além dos grupos estabelecidos no litoral, como os sambaqueiros, existiam povos do interior, frequentemente identificados como Tapuias ou Aimorés. Esses grupos ocupavam territórios que abrangiam áreas da Mata Atlântica e regiões que se estendiam em direção ao leste-sudeste, com limites aproximados entre o vale do Salitre, na Bahia, e o Rio Doce, no Espírito Santo. Os chamados botocudos pertenciam ao tronco linguístico Macro-Jê, organizando-se em pequenos grupos seminômades, com economia baseada na caça e na coleta e sistema religioso centrado nos espíritos dos mortos. Conflitos interétnicos marcaram suas relações com outros grupos indígenas, como os Tupi, bem como com os colonizadores. Ao longo dos séculos XVI ao XIX, muitos colonos atribuíram-lhes fama de violentos, associando-os a ataques a lavouras e propriedades, o que contribuiu para a construção de estigmas históricos.

A expressão estética manifestava-se por meio de adornos corporais confeccionados com penas, conchas, folhas e flores, além de pinturas realizadas com pigmentos naturais como urucum, jenipapo, carvão e argilas coloridas, extraídos da paisagem local de Rerigtibá. Tais práticas estavam vinculadas a contextos cerimoniais, festivos e bélicos. Os povos Tupiniquins da região eram reconhecidos por sua habilidade como arqueiros e guerreiros, utilizando arcos, flechas e lanças tanto na caça quanto na defesa do território, o que evidencia estratégias de resistência e preservação sociocultural.



A Missão de Nossa Senhora da Assunção de Rerigtibá: cotidiano indígena, arquitetura jesuítica e processos de inculturação

A Missão de Nossa Senhora da Assunção foi fundada em 15 de agosto de 1579, durante o provincialado do padre José de Anchieta, S.J., no território então conhecido como Rerigtibá ou Reritiba, topônimo de origem tupi que significa “lugar de muitas ostras”. Situada no litoral sul da Capitania do Espírito Santo, a missão consolidou-se como um dos mais relevantes núcleos religiosos, educativos e culturais do Brasil colonial, estando diretamente associada ao processo de formação histórica da atual cidade de Anchieta (ES).

Figura 20 – A construção da igreja (releitura digital). MOREIRA, Ronaldo (in memoriam), 1997. Óleo sobre tela, estilo naïf. Releitura em aquarela, gerada por inteligência artificial (IA), pelo autor, 2026.



Fonte: Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, Anchieta-ES, 2026.



A implantação da missão ocorreu com a autorização do donatário Vasco Fernandes Coutinho, mas, sobretudo, mediante o consentimento do morubixaba local, que permitiu a utilização de um terreiro indígena de caráter sagrado, tradicionalmente destinado a sepultamentos e práticas espirituais dos Tupiniquins. Esse dado evidencia que a fundação da missão não se deu de forma impositiva, mas inserida em um contexto de negociação intercultural. Destaca-se, ainda, o fato de a edificação missionária ter sido implantada em área estratégica, sobrepondo-se à dinâmica cotidiana indígena, entre os espaços de trabalho ligados à pesca, caça e as malocas situadas no Morro da Penha, o que reforça o valor simbólico e territorial da ocupação.

No interior da missão, a vida cotidiana dos indígenas aldeados articulava trabalho, espiritualidade, educação e sociabilidade. As atividades diárias organizavam-se em torno da pesca, da agricultura, da carpintaria e da construção, associadas à instrução religiosa e linguística e às práticas comunitárias coletivas. A missão funcionava como um complexo integrado, composto por igreja, residência dos padres, enfermaria, colégio e oficinas, configurando-se como um espaço de reorganização da vida indígena a partir de novos referenciais socioculturais, sem que isso implicasse, necessariamente, a completa supressão dos saberes tradicionais.

A arquitetura jesuítica implantada nas missões do período colonial brasileiro caracterizou-se pela adaptação dos modelos construtivos europeus¹⁹ às condições ambientais, aos recursos naturais disponíveis e aos conhecimentos

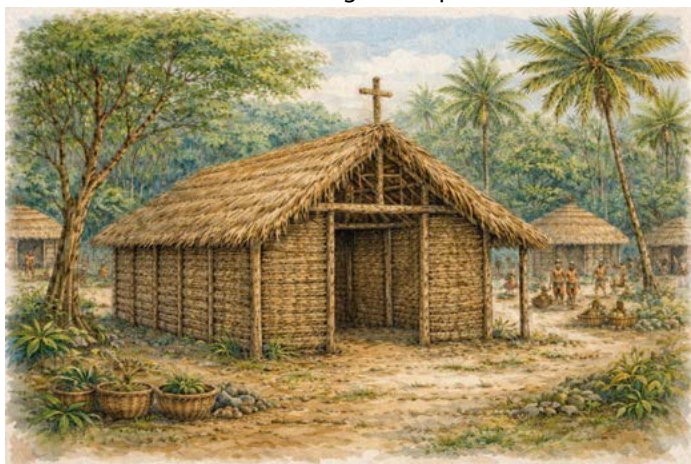
19 NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. *Construtores de igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.



técnicos locais. No caso da Missão de Nossa Senhora da Assunção, observa-se um processo construtivo gradual, que reflete tanto a precariedade inicial das instalações quanto a posterior consolidação do projeto missionário.

As primeiras edificações consistiam em construções provisórias, simples e funcionais, erguidas com madeira, taipa de pilão ou pau-a-pique e cobertas com palha, frequentemente denominadas “igrejas de palha”. Esse sistema construtivo, amplamente empregado no século XVI, baseava-se em tramas de madeira preenchidas com barro, associadas à cobertura vegetal, correspondendo ao domínio técnico dos povos indígenas da região. Além de atender às exigências imediatas de funcionalidade e rapidez, tais construções dialogavam com o clima e a paisagem locais, evidenciando a incorporação dos saberes construtivos indígenas no estágio inicial da ocupação missionária.

Figura 21 – Reconstituição ilustrativa de uma capela colonial construída em pau-a-pique e coberta com palha, tipologia conhecida como “igreja de palha”, inserida no contexto de uma aldeia indígena do período missionário.



Fonte: Ilustração gerada por Inteligência Artificial IA sob orientação do autor, elaborada a partir da descrição histórica apresentada no texto da pesquisa (2026).



Com o avanço do processo de aldeamento e a estabilização da presença jesuítica, essas estruturas provisórias foram progressivamente substituídas por edificações mais duráveis, segundo o modelo arquitetônico conhecido como pedra e cal, característico da arquitetura colonial portuguesa. Para a execução dessas obras, empregaram-se blocos pétreos (pedras de recife) extraídos de recifes fluviais e marinhos, bem como cal produzida a partir da queima de conchas de ostras em fornalhas rudimentares, posteriormente moídas até a obtenção de um material pulverulento adequado à composição das argamassas.

O assentamento das alvenarias era realizado com argamassa composta por cal e óleo de baleia, recurso amplamente utilizado na engenharia colonial portuguesa em razão de suas propriedades aglutinantes e impermeabilizantes, conferindo maior resistência e durabilidade às edificações. O uso desses materiais revela a combinação de técnicas construtivas europeias com recursos naturais locais, resultando em uma arquitetura híbrida, típica das missões jesuíticas do litoral brasileiro.

As edificações seguiam o padrão da arquitetura colonial barroca jesuítica, com influências maneiristas, perceptíveis na organização espacial, pela sobriedade das fachadas e pela hierarquização dos ambientes internos. No conjunto arquitetônico das aldeias missionárias, a igreja ocupava posição central, constituindo-se como o principal elemento organizador do espaço missionário.

Para além de sua função litúrgica, o edifício desempenhava papel estruturante na vida social da missão, abrigando diferentes práticas vinculadas ao cotidiano do aldeamento. No espaço organizavam-se, inicialmente, os dormitórios e a cozinha, destinados aos padres e irmãos jesuítas, além de se realiza-



rem práticas de catequese e de ensino, bem como o atendimento aos enfermos e os trabalhos relacionados aos ofícios manuais, como a carpintaria.

Somente após a construção da residência missionária, em forma de quadra, é que os ambientes passaram ter uma disposição diferente dos cômodos, organizados, a partir de então, de acordo com as necessidades e funções específicas de cada ocupação. Dessa forma, a igreja não se configurava apenas como espaço destinado às celebrações religiosas, mas também como núcleo articulador das dimensões espirituais, educativas e assistenciais presentes na organização da missão. Nesse sentido, a arquitetura missionária ultrapassava a sua dimensão estritamente material, constituindo-se igualmente como instrumento pedagógico e catequético. Integrada ao cotidiano das populações indígenas, essa estrutura participava do processo de evangelização e do projeto de inculturação desenvolvidos pela Companhia de Jesus.

A implantação da missão obedecia ainda a um planejamento espacial estratégico, inspirado nos modelos da arquitetura portuguesa, conhecida como arquitetura de pedra e cal¹⁸. As edificações eram geralmente localizadas em elevações, voltadas para o oceano ou para as bacias hidrográficas, com os fundos direcionados aos rios, o que facilitava o deslocamento fluvial, a comunicação e o controle territorial. Essa lógica espacial atendia simultaneamente a critérios funcionais, defensivos e simbólicos, conferindo visibilidade e centralidade à igreja missionária.

A inculturação constituiu-se como um dos pilares da ação jesuítica em Rerigtibá. Mais do que uma estratégia pedagógica, consubstanciava-se em um processo comunicacional entre a fé cristã e as culturas indígenas. A utilização da língua tupi, base da chamada língua geral, foi fundamental nesse contexto,



tornando-se o principal instrumento de catequese, ensino e de comunicação. Inspirados pelos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, os missionários buscavam estabelecer pontes entre o sagrado cristão e a sabedoria dos povos originários, Tupiniquins.

O ambiente era de intensa produção cultural. O Padre José de Anchieta, S.J. escreveu grande parte de suas obras teatrais na região, consolidando a missão como espaço de formação de padres e de irmãos jesuítas recém-chegados, que ali aprendiam a língua nativa e passavam pelo processo de inculturação antes de serem enviados a outras regiões. Por essa razão, Rerigibá, atual cidade de Anchieta, localizada no Espírito Santo, é reconhecida como um dos berços do teatro no Brasil, especialmente em virtude dos autos catequéticos escritos e encenados em língua Tupi no contexto das práticas missionárias jesuítas.

A construção da igreja missionária, conhecida como Tupãoca (“Casa de Tupã”) ²⁰, estendeu-se por aproximadamente onze anos (1579–1590) e utilizou materiais locais, como pedra, cal de ostra, óleo de baleia e pigmentos extraídos da terra, articulando técnicas construtivas jesuítas e saberes indígenas. A Tupãoca assumiu um papel simbólico central, funcionando como espaço de transição entre o mundo terreno e o espiritual, identificado na cosmologia indígena como Ybaka (céu), expressando de forma emblemática o diálogo entre cosmovisões distintas.

20 CARDOSO, Armando. Teatro de Anchieta. São Paulo: Edições Loyola, 1977. A obra constitui referência fundamental para a compreensão da produção teatral do Padre José de Anchieta no contexto da catequese jesuítica no Brasil colonial. O autor analisa as peças dramáticas como instrumentos pedagógicos e evangelizadores, evidenciando sua dimensão linguística, religiosa e cultural no processo de contato entre europeus e povos originários. Nesse contexto, o espaço da Tupãoca (“Casa de Tupã”) é compreendido como lugar de catequese, no qual a teatralidade assumia função didática na transmissão da fé cristã e na mediação intercultural promovida pelos jesuítas.



Por ocasião da inauguração da igreja, o padre José de Anchieta, S.J. compôs o Auto da Assunção, peça teatral escrita em tupi e encenada pelos próprios indígenas cristianizados. A obra integrava música, canto, gestualidade e elementos da devoção mariana, sendo considerada um exemplo singular de inculturação religiosa. Segundo a tradição, a imagem central do auto representava a Virgem Maria Indígena, denominada pelo Padre José de Anchieta, S.J., aos povos originários de Reritiba como Maria Tupansy (Mãe de Deus) (SORIANO, 2022), recepcionada no porto da aldeia por coros de curumins e, no adro da igreja, por chefes morubixabas, que ofereciam frutos da fauna e da flora locais. No dia 15 de agosto de 1590, a apresentação do auto marcou a dedicação da Missão de Nossa Senhora da Assunção.

Do ponto de vista administrativo, registros indicam que, por volta de 1581, existiam cerca de dez aldeias no Espírito Santo, sendo duas sob administração direta dos jesuítas e outras oito distribuídas ao norte e ao sul da Vila de Vitória, estrategicamente localizadas nas embocaduras dos rios (LEITE, 1938, p. 230). Essas aldeias organizavam-se em dois modelos principais, aldeias de missão e aldeias de visitação —, conforme apontam Cunha (2015) e Vasconcelos (1943).

A Missão de Rerigibá articulava um conjunto de pequenas aldeias, casas de apoio e um núcleo central estável, habitado por até quatro jesuítas. Encontravam-se vinculadas a essa missão cerca de sete pequenas aldeias. A igreja e a pequena residência dos padres, sede da Missão de Nossa Senhora da Assunção da Aldeia de Rerigibá, que contava com as aldeias de Quatinga, Jabaquara, Araquara, Monte-Urubu, Salinas, Ubú e Iriri, foram concluídas pelo Santo Missionário em 1587²¹.

21 Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção da antiga Vila Nova de Benevente (atual município de Itapemirim), manuscrito do século XIX, redigido pelo padre Manoel Pires Martins, à época vigário responsável pela administração e registro eclesiástico da referida freguesia.



Figura 22 – Representação cartográfica da Missão de Nossa Senhora da Assunção e das aldeias indígenas da região de Reiritiba (1587).



Fonte: Ilustração gerada por Inteligência Artificial (IA), sob orientação do autor (2026), elaborada a partir da descrição histórica registrada no Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção da antiga Vila Nova de Benevente (atual município de Itapemirim-ES), manuscrito do século XIX, redigido pelo padre Manoel Pires Martins, então vigário responsável pela administração e pelos registros eclesiais da referida freguesia.

Estimativas indicam que a missão chegou a abrigar cerca de três mil indígenas, majoritariamente tupiniquins, além de grupos oriundos dos chamados “descimentos” dos sertões e vilas, incluindo tupinambás e tamoios já catequizados. Essa diversidade étnica conferiu à missão um caráter singular e reforçou a atuação jesuítica como mediadora entre os povos indígenas e o projeto colonial português (CARDIM, 1925, p. 349).



Assim, a fundação da cidade de Anchieta-ES, em 15 de agosto de 1579, ultrapassa a dimensão territorial e administrativa, configurando-se como um dos mais expressivos núcleos de espiritualidade, educação, arquitetura e produção cultural do Brasil colonial. A obra linguística elaborada pelo Padre José de Anchieta, S.J., em 1555, especialmente a *Arte da Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, publicada em Lisboa em 1595, consolidou-se como um dos mais significativos legados do empreendimento missionário, reafirmando a centralidade da língua e do processo de inculturação no encontro entre universos culturais distintos, sob a máxima inaciana de “em tudo amar e servir”.

O projeto de catequese desenvolvido pela Companhia de Jesus nas missões coloniais encontrou resistências por parte da Coroa Portuguesa, sobretudo por contrariar interesses fundamentais do modelo colonial do século XVIII. Ao promoverem os descimentos indígenas e organizarem aldeamentos missionários — também conhecidos como reduções —, os jesuítas buscavam proteger os povos originários da exploração direta. Contudo, essa prática dificultava o acesso à mão de obra indígena e interferia nos circuitos de escravidão e nas atividades econômicas informais, frequentemente admitidas por setores coloniais.

Esse cenário entrou em conflito com as diretrizes políticas do reinado de Dom José I, marcado pela centralização do poder e pelo fortalecimento da autoridade régia sobre os territórios coloniais. Nesse contexto, as reformas conduzidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, procuraram limitar a influência das ordens religiosas e submeter suas atividades ao controle do Estado.



As políticas pombalinas assumiram um caráter claramente refratário às ordens jesuíticas, e buscou reduzir o papel da Companhia de Jesus nos campos da educação, da administração das aldeias e da organização social indígena. A atuação dos jesuítas passou a ser percebida como excessivamente autônoma, contribuindo para sua progressiva deslegitimação. Nesse contexto, o alvará de 3 de setembro de 1759 determinou a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses.

Como consequência, igrejas, colégios, residências, oficinas e demais estruturas missionárias foram confiscadas pela Coroa Portuguesa e passaram a ser administrados pelo sistema colonial, no âmbito das capitâncias hereditárias, sob responsabilidade dos donatários. Em muitos casos, tais patrimônios foram demolidos, modificados ou descaracterizados. Na aldeia de Reritiba, a expulsão dos jesuítas foi efetivada no ano de 1761.

A ausência dos jesuítas provocou impactos significativos, sobretudo no campo educacional, uma vez que a Companhia de Jesus desempenhava papel central na organização do ensino nas missões. Com sua expulsão, houve uma descontinuidade nas práticas educativas e uma desestruturação das comunidades indígenas. Em Reritiba, após a expulsão dos jesuítas, muitos indígenas foram deslocados para outras regiões da Capitania do Espírito Santo, resultando na dispersão da aldeia e na consequente fragilização da organização socio-cultural local, uma vez que a ausência dos jesuítas comprometeu a estrutura de organização ali estabelecida. Aos membros da Companhia de Jesus restou partir em condições precárias, sendo-lhes permitido levar apenas as vestes que trajavam, antes de serem deportados.



A repressão à Companhia de Jesus não ocorreu de maneira homogênea em todos os territórios europeus. Destaca-se o caso da Rússia, onde a imperatriz Catarina II recusou-se a cumprir a determinação de supressão da ordem, permitindo a permanência dos jesuítas em seu território. Tal decisão esteve relacionada ao reconhecimento de sua excelência no campo educacional, sendo considerados professores altamente qualificados.

A ofensiva contra a Companhia de Jesus ultrapassou o âmbito do Império Português. Em 1773, o papa Clemente XIV promulgou o breve *Dominus ac Redemptor*, que oficializou a supressão da ordem em escala global, extinguindo suas atividades institucionais e educativas.

No plano local, a missão de Nossa Senhora da Assunção, na aldeia de Rerigtiba, refletia esse contexto de tensões. A missão enfrentava constantes ameaças externas, sendo alvo de contratadores de escravos, corsários e grupos indígenas inimigos. Entre estes, destacavam-se os chamados tapuia, termo utilizado pelos povos de língua Tupi para designar grupos considerados estrangeiros ou adversários, geralmente pertencentes a outras matrizes culturais do interior. Ao mesmo tempo, a missão apresentava certo nível de organização, uma vez que os indígenas já dominavam diferentes ofícios e estavam inseridos no processo de catequese.

No século XVIII, essas tensões tornaram-se mais evidentes. Em 29 de setembro de 1742, durante a celebração da festa de São Miguel, ocorreu um episódio de conflito na aldeia. Após a procissão, instaurou-se um clima de agitação entre os indígenas. O fato teve início quando o minorista Manuel Alves repreendeu o indígena Fernando Silva por comportamento considerado ina-



dequado durante a cerimônia. Em resposta, houve agressão, e o religioso, ao se defender, acabou ferindo o indígena com um pedaço de madeira.

O episódio desencadeou um movimento de insatisfação mais amplo entre os indígenas de Rerigtiba, resultando em tensões com os jesuítas. Parte do grupo rompeu com a missão e fundou a aldeia de Orobó, evidenciando fragilidades no processo de catequese. Diante da gravidade dos acontecimentos, foi instaurada uma devassa para apuração dos fatos, revelando a complexidade das relações entre religiosos e populações nativas.

Figura 23 – Imagem de Nossa Senhora da Assunção, século XVIII, em estilo artístico barroco-rococó, localizada no Santuário Nacional de São José de Anchieta, padroeira da cidade de Anchieta-ES. Fotografia de Ivan Petri Florentino (2022), com ilustração em aquarela gerada por inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.

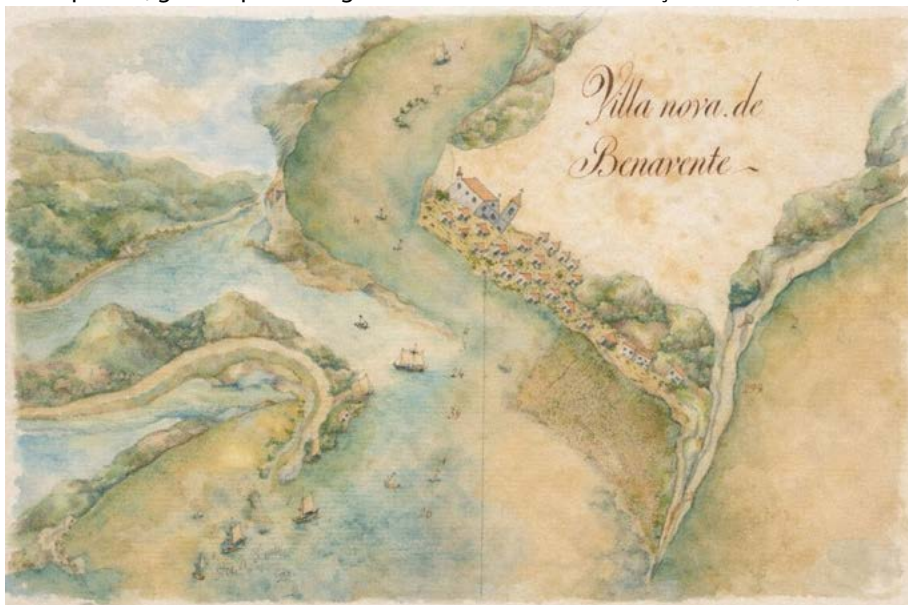


Fonte: Autor, 2022, Anchieta-ES.

Da Missão à Vila: A Formação da Vila Nova de Benevente da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção

Com o alvará de 3 de setembro de 1759, a missão atravessava um período de significativa instabilidade institucional, em decorrência do decreto expedido por Marquês de Pombal, que determinava a expulsão da Companhia de Jesus de todos os domínios portugueses, inclusive do território da América portuguesa. Tal medida representou uma ruptura profunda na organização administrativa, religiosa e social das aldeias missionárias, alterando substancialmente a estrutura que até então orientava a vida política e espiritual da localidade.

Figura 24 – Mapa da Vila Nova de Benevente, 1790. Releitura ilustrada em aquarela, gerada por inteligência artificial sob a orientação do autor, 2026.



Fonte: Coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Ultramarino.



Nesse contexto de transição, coube ainda aos jesuítas organizar os encaminhamentos necessários à transformação do antigo núcleo missionário em vila civil, conferindo à estrutura eclesiástica uma nova configuração institucional. A missão, que exercia função predominantemente apostólica e catequética, passou a assumir caráter paroquial, inserindo-se no sistema administrativo régio e submetendo-se à jurisdição secular.

A missão de Nossa Senhora da Assunção, estabelecida na aldeia de Reritiba, foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Nova de Benevente, por força do alvará de 8 de maio de 1755²², cuja execução oficial ocorreu em 14 de fevereiro de 1761, já após a retirada dos padres e irmãos da Companhia de Jesus. A elevação jurídica não apenas redefiniu o estatuto político da localidade, mas também consolidou a transição do regime missionário para a organização civil própria das vilas coloniais portuguesas.

22 A elevação da antiga aldeia de Reritiba à condição de vila encontra-se registrada no Livro de Ouro da Cidade de Anchieta-ES, documento cuja transcrição foi realizada em 12 de março de 1912. No registro consta a determinação régia atribuída ao reinado de Dom José I: “Por ordem da Majestade Fidelíssima criar em Vila com o nome de Vila Nova de Benevente esta Aldeia intitulada Iiritiba, com força da lei de 8 de maio de 1755, tornar vassallos os índios (...) estabelecer nelas algumas vilas elegendo de entre os ditos índios seus habitantes os mais capazes para ocuparem os empregos oficiais e de justiça (...) elegendo a votos do povo um dos moradores para juiz dela, que será também juiz de órfãos, três vereadores e um procurador do conselho (...) e um alcaide e seu escrivão (...) estabeleci uma casa para câmara e audiência do juiz, casa de habitação para o pároco e ergueri o pelourinho na praça (...) nas terras que forem demarcadas para os índios não consentirei que fiquem conservados arrendatários alguns.” Esse documento revela elementos característicos da política indigenista pombalina do século XVIII, especialmente a transformação de aldeamentos missionários em vilas civis administradas segundo o modelo municipal português, com câmara, pelourinho e oficiais de justiça. Tal política estava associada às reformas promovidas durante o governo do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, que buscavam integrar juridicamente os indígenas à condição de vassallos da Coroa portuguesa e reorganizar a administração colonial nas antigas aldeias missionárias.



A igreja local foi declarada paróquia em 1758 e, posteriormente, elevada à condição de matriz no ano de 1795, passando à responsabilidade da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Tal reestruturação inseriu definitivamente a antiga missão no sistema eclesiástico diocesano, desvinculando-a do modelo missionário jesuítico.

O complexo arquitetônico jesuítico, após o confisco dos bens da Companhia, foi incorporado ao patrimônio da Coroa portuguesa, ficando sob a jurisdição das autoridades régias da Capitania do Espírito Santo. Nesse espaço instalaram-se as instituições administrativas da nova vila. O antigo cruzeiro missionário foi substituído pelo pelourinho, símbolo da autoridade régia e da autonomia municipal, elemento característico do ordenamento urbano das vilas portuguesas. A paróquia passou a ocupar o lugar institucional da missão, enquanto a antiga residência dos religiosos foi adaptada para sediar a sala de sessões do tribunal e o aposento destinado ao juiz quando este se encontrava em Benevente.

As transformações administrativas implicaram também mudanças na estrutura fundiária. Os antigos habitantes de Reritiba passaram a receber terras em regime de sesmarias, concedidas em nome de D. José I, monarca português. Essas concessões pressupunham a obrigatoriedade de povoamento e cultivo, integrando a população local à lógica produtiva colonial e reforçando o projeto régio de ocupação e exploração territorial.

A passagem de aldeia missionária à condição de vila pode ser compreendida como parte do processo mais amplo de institucionalização do poder régio no espaço colonial. Conforme descreve Mário Aristides Freire, ao analisar a elevação da Vila Nova de Benevente:



“(...) de uma primitiva aldeia, como Reritiba, em vila:- “Levanta-se o pelourinho como sinal de Jurisdição, designando-se o lugar para casa da Câmara e cadeia, com a presença de índios e os oficiais que os governam, para em alternativo júbilo confessarem obediência ao fidelíssimo monarca (...). (FREIRE, A Capitania do Espírito Santo, p. 195).

A instalação do pelourinho, portanto, não representou apenas uma alteração simbólica do espaço urbano, mas a materialização do poder régio e da nova ordem administrativa. A antiga aldeia missionária de Reritiba transformava-se, assim, em Vila Nova de Benevente, incorporando-se definitivamente ao sistema político-administrativo da monarquia portuguesa e inaugurando uma nova etapa em sua trajetória histórica.

Com o avanço do processo colonizador e as transformações político-administrativas implementadas pela Coroa portuguesa, a antiga missão foi elevada, em 1755, à categoria de Vila Nova de Benevente, vinculada à Freguesia de Nossa Senhora da Assunção. A oficialização efetiva dessa condição ocorreu em 1761, já no contexto posterior à expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. A elevação à categoria de vila representou não apenas uma mudança de status jurídico, mas a incorporação definitiva do antigo núcleo missionário à estrutura administrativa régia, inserindo-o no ordenamento institucional típico das vilas coloniais portuguesas.

A denominação “Benavente” ou “Benevente” remonta à vila homônima situada em Portugal, evidenciando a prática recorrente, no contexto da expansão ultramarina, de transposição toponímica da metrópole para os territórios



coloniais. A atribuição de nomes portugueses a novos núcleos urbanos funcionava como instrumento simbólico de afirmação da soberania régia e de reafirmação dos vínculos políticos e culturais com o Reino.

Entretanto, no âmbito da memória coletiva local, registra-se interpretação distinta acerca da origem do topônimo. Ao percorrer fontes orais preservadas entre moradores da atual cidade de Anchieta, observa-se a recorrência da narrativa segundo a qual o nome “Benevente” estaria relacionado à expressão italiana “Bona Vento” — traduzida como “bons ventos” — supostamente trazida pelos imigrantes italianos que chegaram à região em meados do século XIX. Tal explicação, embora relevante como manifestação da memória social e da construção identitária ítalo-brasileira, não se sustenta do ponto de vista da crítica documental.

Uma análise histórica fundamentada na cronologia demonstra que, quando os imigrantes italianos, assim como outros grupos europeus, aportaram na Vila Nova de Benevente, a localidade já possuía essa designação desde 1755. Portanto, a nomenclatura antecede em aproximadamente um século o início do processo migratório. O porto local, atualmente conhecido como Porto de Cima, já integrava a dinâmica administrativa e econômica da vila sob o nome oficialmente estabelecido pela Coroa portuguesa. Essa constatação permite distinguir, metodologicamente, entre tradição oral e documentação histórica, reconhecendo a importância de ambas, mas situando-as em planos analíticos distintos.

Com a reorganização institucional promovida pelo poder régio, o complexo arquitetônico anteriormente vinculado à missão passou a abrigar a sede administrativa da vila. Nesse espaço instalaram-se a Câmara, a Cadeia, a Sala do Júri, o posto de cavalaria e o campo-santo (cemitério), configurando uma re-



estruturação funcional que simbolizava a substituição da centralidade missionária pela centralidade civil e jurídica. Tal reorganização expressa o movimento de secularização administrativa característico das reformas pombalinas.

Figura 25 – Complexo arquitetônico jesuítico e suas intervenções ao longo da história do patrimônio edificado. Igreja de Nossa Senhora da Assunção e antiga residência anexa, que também serviu Câmara, sala do júri, cadeia e cemitério, durante o processo de elevação da aldeia de Reritiba à condição de Vila Nova de Benevente. Ilustração gerada por inteligência artificial sob a orientação do autor, 2026, em técnica de aquarela.



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Arquivo Cultural do IPHAN.

A população da Vila Nova de Benevente era inicialmente composta por indígenas e portugueses, constituindo, ao longo do tempo, uma sociedade marcada pela miscigenação. Após a expulsão dos padres e irmãos jesuítas, intensificaram-se os processos de reorganização social e produtiva, ampliando-se as interações entre diferentes grupos étnicos. De acordo com Gilberto



Freyre (2003)²³, especialmente no que concerne à formação da sociedade colonial brasileira, pode-se compreender essa configuração como parte de um processo mais amplo de mestiçagem estrutural, no qual indígenas, europeus e, posteriormente, africanos contribuíram para a constituição de uma população heterogênea, frequentemente identificada nas fontes como cabocla.

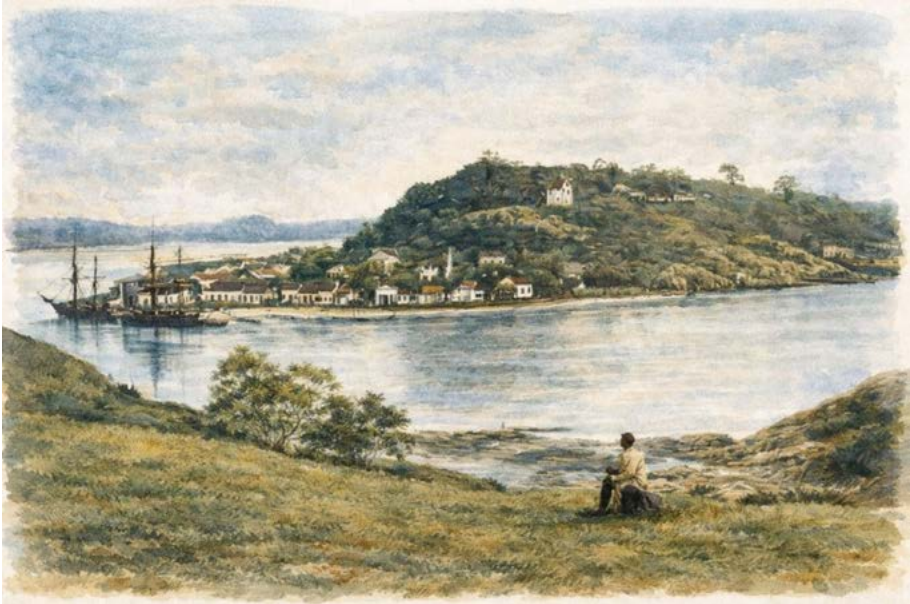
A economia local fundamentava-se, predominantemente, na agricultura, desenvolvida em bases tradicionais, articulada à pesca, à caça de animais silvestres, à coleta de produtos vegetais e ao comércio portuário. O porto desempenhava papel estratégico na circulação de mercadorias e na integração da vila às redes econômicas da Capitania do Espírito Santo, consolidando Benevente como espaço de articulação entre práticas de subsistência e atividades comerciais inseridas na lógica do sistema colonial.

O panorama sociopolítico da Vila Nova de Benevente evidenciava-se pelo dinamismo de sua configuração geográfica e histórica, especialmente na área conhecida como Porto de Cima, núcleo mais antigo da atual cidade de Anchieta. Entre os séculos XVIII e XIX, essa região consolidou-se como espaço estratégico de circulação de pessoas, de mercadorias e de intercâmbios culturais, assumindo relevância regional no contexto da Capitania do Espírito Santo. A função portuária conferiu à vila posição de destaque, tornando-a, em determinados períodos, a segunda mais populosa da capitania.

23 A interpretação de Gilberto Freyre acerca da formação social brasileira destaca a miscigenação como elemento estruturante da sociedade colonial. Em Casa-Grande & Senzala, o autor sustenta que a escassez de mulheres brancas na América portuguesa favoreceu o estabelecimento de relações entre colonizadores portugueses e mulheres indígenas, contribuindo para a constituição precoce de uma população mestiça (FREYRE, 2003, p. 161). Para Freyre, tal dinâmica integrou-se ao modelo patriarcal e à lógica de ocupação territorial característica do período colonial.



Figura 26 – Panorâmica do porto da Vila Nova de Benevente, 1874. Releitura em aquarela gerada por inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Foto de Albert Richard Dietze. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/1/browse?value=Dietze%2C+Albert+Richard%2C+fl.+1869&type=author>. Acesso em 02 de março de 2026.

Os dados demográficos confirmam essa centralidade. Em 1724, o censo registrava aproximadamente 3.119 habitantes - entre indígenas, pardos e cativos. Em 1784, a população era de 3.017 habitantes, mantendo Benevente como a segunda vila mais populosa da capitania, atrás apenas da Vila de Vitória (OLIVEIRA, 2008). Tais números indicam não apenas densidade populacional expressiva, mas também a consolidação de um núcleo urbano articulado em torno das atividades administrativas, agrícolas e portuárias.

A população caracterizava-se por marcada heterogeneidade étnica: indígenas, portugueses e africanos (estes, majoritariamente submetidos ao regime



escravista). A sociedade era miscigenada e frequentemente identificada por categorias como caboclos, mulatos e cafuzos, constituindo a base demográfica da vila.

José Teixeira de Oliveira (1951)²⁴, em sua obra “História do Estado do Espírito Santo”, registra que, no ano de 1824, a vila contabilizava uma população de 2.007 almas e 477 fogos, distribuídos entre brancos, índios, pardos livres e cativos, bem como pretos livres e cativos. Verifica-se, nesse período, uma redução populacional em relação aos levantamentos anteriores, o que pode estar relacionado a deslocamentos internos ou a transformações econômicas ocorridas no período.

No ano de 1833, a Vila Nova de Benevente foi palco de um episódio de grande tensão social e política, marcado pelo assassinato do capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva, ocorrido no mês de fevereiro. O crime foi cometido por um grupo composto por mais de cem homens, em sua maioria índios, revelando conflitos latentes na organização social da vila naquele período.

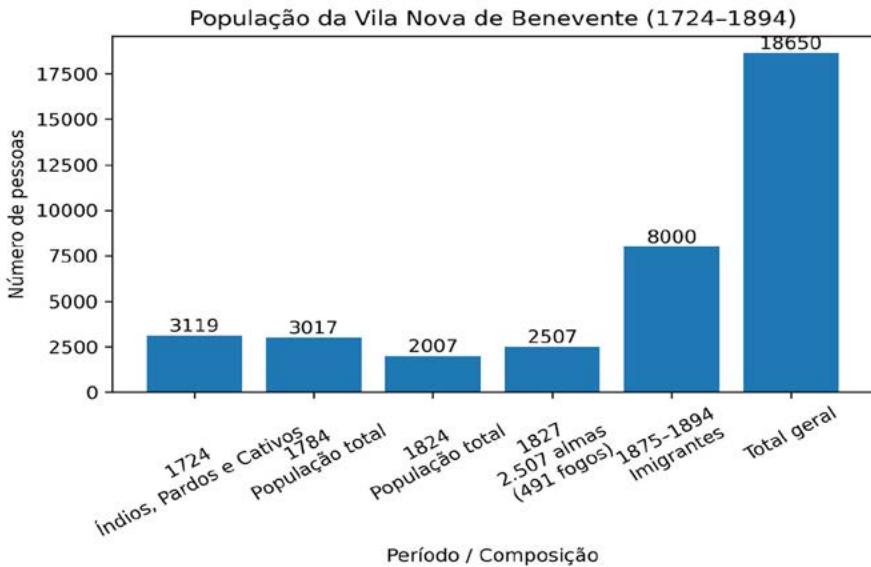
Retomando o contexto demográfico anterior, no ano de 1827, a Vila Nova de Benevente encontrava-se registrada no Mapa da População da Província do Espírito Santo, documento que discriminava o quantitativo de habitantes, segundo categorias étnico-sociais e de condição jurídica. Conforme os dados

24 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1951, p. 312. O autor faz referência ao mapa da população étnico-social da Província do Espírito Santo relativo ao ano de 1824, elaborado a partir de solicitação constante em ofício de 23 de abril de 1824, encaminhado pelo presidente da província, Acioli de Vasconcelos, ao ministro Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. Posteriormente, em 9 de novembro de 1827, o mesmo Acioli de Vasconcelos, em ofício dirigido ao então Conde de Valença, apresentou o resumo da população livre das vilas da província, registrando os seguintes dados: Cidade de Vitória – 9.693 habitantes; Vila do Espírito Santo – 1.113; Vila de Nova Almeida (aldeamento indígena) – 3.534; Vila de Guarapari – 1.515; Vila de Benevente – 542; Vila de Itapemirim – 991; Vila de São Mateus – 2.430. Manuscrito existente na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



apresentados, a população estava assim distribuída: brancos (244 homens e 266 mulheres); indígenas (374 homens e 460 mulheres); pardos livres (224 homens e 306 mulheres); pardos cativos (14 homens e 31 mulheres); pretos livres (13 homens e 31 mulheres); e pretos cativos (305 homens e 239 mulheres). O total geral contabilizava 2.507 almas e 491 fogos.

Figura 27 – Evolução demográfica da Vila Nova de Benevente entre os séculos XVIII e XIX, incluindo o fluxo imigratório ocorrido entre 1875 e 1894 e o total acumulado da população registrada nos diferentes períodos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026) com base em registros demográficos históricos da antiga Vila Nova de Benevente, Capitania do Espírito Santo.

No decorrer do século XIX, intensificou-se a presença africana na localidade. Muitos indivíduos escravizados desembarcaram no Porto da Vila Nova de Benevente, parte deles provenientes do Rio de Janeiro, para onde chegavam por meio do comércio ilegal de africanos, frequentemente realizado de forma



clandestina em navios negreiros, conhecidos como tumbeiros. Além de outros portos relevantes utilizados para o desembarque ilegal de africanos após a proibição oficial do tráfico, a região de Paraty (RJ) também desempenhou papel significativo, especialmente como ponto estratégico de recepção clandestina ao longo do século XVII-XIX

Cumprе destacar que, em período anterior, parcela significativa da população africana escravizada havia sido destinada às atividades mineradoras em Minas Gerais, especialmente após a descoberta das jazidas auríferas na região de Vila Rica, atual Ouro Preto (MG). A exploração do ouro, intensificada a partir do final do século XVII e ao longo do XVIII, demandou grande contingente de mão de obra cativa. Com o progressivo declínio da produção aurífera, muitos desses indivíduos foram redirecionados para outras regiões da colônia, sendo incorporados às atividades agrícolas e urbanas, inclusive nas áreas correspondentes ao atual território do Espírito Santo.

Após o desembarque e os processos de redistribuição interna, esses indivíduos eram destinados a diversas atividades laborais, tanto no espaço urbano, como nas grandes propriedades rurais, sobretudo, as voltadas à produção de cana-de-açúcar e de café, atividades predominantes na economia oitocentista. O trabalho escravizado constituía a base estrutural desse sistema produtivo, sustentando a dinâmica agrícola e a mercantil da Vila Nova de Benevente.

Entre as propriedades de maior relevância, destaca-se a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, cuja trajetória histórica encontra-se vinculada à formação de um núcleo populacional afrodescendente que, posteriormente,



daria origem à atual comunidade de São Mateus²⁵, situada no município de Anchieta. A permanência territorial e cultural de descendentes desses grupos evidência a continuidade histórica das populações afro-brasileiras na região, bem como sua contribuição decisiva para a formação socioeconômica.

A estrutura ocupacional da população escravizada era diversificada. Havia os chamados negros de ganho, que exerciam atividades comerciais e ambulantes; os negros de eito, destinados ao trabalho agrícola nas lavouras; os negros domésticos, responsáveis pelos serviços internos das residências senhoriais; e os ladinos, valorizados por dominarem a língua portuguesa ou possuírem habilidades específicas. No espaço urbano, registrava-se ainda a presença dos “tigres”²⁶, encarregados da coleta e transporte de dejetos humanos, atividade essencial à manutenção sanitária das vilas coloniais.

25 Informações sobre a origem da Comunidade de São Mateus, referentes à organização social, práticas culturais, religiosidade, tradição do jongo, memória oral e dados demográficos, constam do acervo documental da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad. A comunidade é atualmente composta por aproximadamente 71 famílias, totalizando 217 indivíduos (dados de 2025), arquivado na Caixa nº 12, CEDOC-CCALA, 2024, Anchieta-ES. Trata-se de documentação primária composta por registros históricos e relatos orais, fundamental para a análise do patrimônio cultural afrodescendente local.

*26 DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Ao descrever os costumes e as condições urbanas da capital e das vilas da província no século XIX, o autor registra práticas relacionadas à organização sanitária e ao cotidiano urbano. Os chamados “escravos tigres” eram os indivíduos escravizados encarregados da coleta e do transporte de dejetos humanos — urina e fezes — acondicionados em barris ou tonéis, cujo conteúdo frequentemente escorria durante o trajeto pelas vias públicas. A denominação “tigres” difundiu-se em razão das manchas deixadas por esses resíduos em seus corpos e vestimentas, que, segundo a tradição, lembrariam listras, evidenciando a precariedade das condições sanitárias e a violência social associada a essa função.*



Ainda no século XIX, a população negra escravizada buscava diferentes formas de alcançar a liberdade diante dos trabalhos forçados e da estrutura do sistema escravocrata. Entretanto, a ordem social era mantida por meio de severos mecanismos de controle e de punição. Castigos exemplares eram frequentemente aplicados e, em muitas residências da Vila Nova de Benevente, existiam espaços destinados à punição dos escravizados, conhecidos como “sala do tronco” ou mesmo nos terreiros das propriedades, onde eram submetidos a castigos físicos como forma de disciplina e de coerção.

De acordo com Cleber Maciel, a população da Vila Nova de Benevente, no ano de 1871, era composta por 2.977 indivíduos livres e 796 pessoas escravizadas, evidenciando a continuidade estrutural do sistema escravista na dinâmica econômica local às vésperas de seu declínio (MACIEL, 2016, p. 73). Nesse contexto, o autor também destaca que os africanos introduzidos no território correspondente ao atual Espírito Santo eram, em sua maioria, provenientes da África Centro-Occidental, especialmente das regiões do Congo e de Angola, integrando grupos de matriz banto, amplamente empregados nas atividades agrícolas e na consolidação da economia colonial.

No ano de 1873, registrou-se o falecimento de Maria da Conceição, ocorrido em 12 de março, na então Vila de Benevente. Segundo registros da época, ela teria alcançado a impressionante idade de 130 anos, sendo considerada uma das pessoas mais longevas da região. Não se conhece com precisão o local de seu nascimento, o que há narrado, é que foi escravizada pelos jesuítas, em determinado momento de sua vida, e que foi



vendida, posteriormente, a um indivíduo de sobrenome Brandão. Após a morte deste, Maria da Conceição permaneceu vinculada à família de seus herdeiros, sendo transferida depois, por sucessão, para Inácio Rodrigues de Sena, que acabou por conceder-lhe a carta de liberdade.

Naquele período, estimava-se que seus descendentes na Vila Nova de Benevente somavam cerca de setenta e dois indivíduos, dos quais trinta e nove já haviam falecido, além de um número significativo de familiares, os quais residiam em outras localidades da província, especialmente na Vila de Guarapari e em áreas vizinhas.

Figura 28 - Escrava Maria da Conceição.



Fonte: Ilustração gerada por inteligência artificial a partir da interpretação de documento histórico, em 19 de agosto de 2025, sob orientação do historiador e museólogo Ivan Petri Florentino.



Maria da Conceição era conhecida por relatar acontecimentos do passado com notável clareza, pois manteve as suas faculdades mentais preservadas, mesmo em idade avançada, o que lhe rendeu a titulação de “memória viva das antigas histórias da província”. A população local recorria a ela para rememoração de fatos e de informações acerca da memória histórica regional. Ela representava o registro de história oral, transmitido aos que lhe procuravam em busca de reminiscências e de recordações.

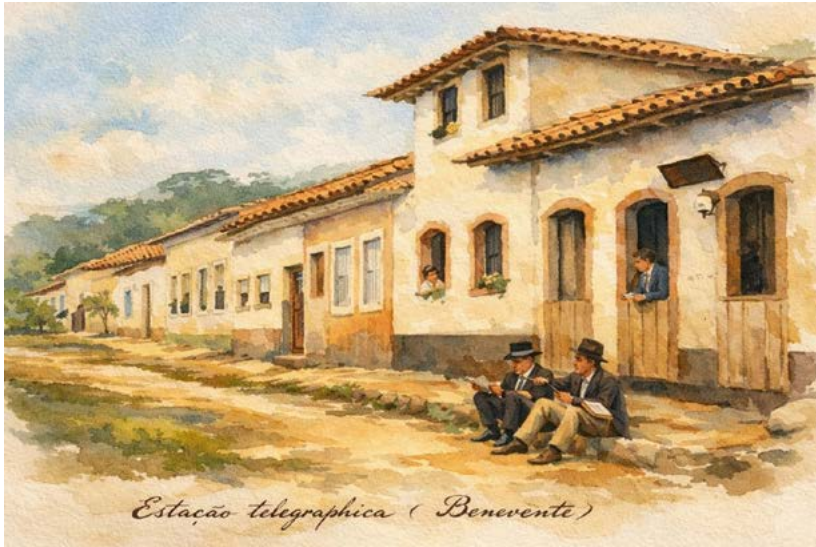
Paralelamente a esse cenário, a partir da segunda metade do século XIX, a vila passou a integrar o fluxo migratório europeu direcionado à Província do Espírito Santo. Entre 1875 e 1894, aproximadamente 8.000 imigrantes italianos chegaram à região da Vila Nova de Benevente, conforme dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES, 2025). Esse contingente populacional alterou de maneira significativa a composição demográfica e cultural do núcleo urbano, introduzindo novos padrões produtivos, práticas religiosas, costumes familiares e formas de organização comunitária, os quais, gradativamente, passaram a compor o tecido social já estabelecido.

Em 1874, a Vila Nova de Benevente contava com uma rede telegráfica, elemento que favorecia a circulação de informações e contribuía para sua inserção nos circuitos administrativos e comerciais da província. A existência de acessos específicos destinados aos acendedores de lâmpadas, profissionais responsáveis pela manutenção da iluminação pública, evidencia a organização funcional dos serviços urbanos no contexto histórico analisado.



Inicialmente, a iluminação pública era realizada por meio de lampiões a querosene, acesos manualmente por funcionários que percorriam as vias ao entardecer; posteriormente, esse sistema foi substituído pela iluminação elétrica, gerada por motor, implementada entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930. Tal estrutura demonstra, não apenas iniciativas de ordenamento urbano, mas também indícios de modernização dos serviços públicos, revelando que a vila se encontrava progressivamente integrada às dinâmicas técnicas e administrativas do período imperial.

Figura 29 - Estação Telegráfica da Vila Nova de Benevente -1874. Releitura em aquarela gerada por inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Foto de Albert Richard Dietze.

Disponível em <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/89>

A economia da vila sustentava-se predominantemente na agricultura, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar, algodão, milho, arroz, mandioca e café. Utilizava-se com frequência o sistema de coivara, técnica baseada na



queima da vegetação para o preparo do solo, prática amplamente difundida na agricultura colonial. Os instrumentos empregados eram rudimentares, como enxadas, foices e machados, revelando técnicas produtivas de base tradicional.

Além da agricultura, destacavam-se a pesca, a extração de madeiras de lei — como jacarandá e pau-brasil, e a coleta de ervas, frutos e animais silvestres. O sistema de transporte articulava vias terrestres, fluviais e marítimas, empregando carros de tração animal, bem como embarcações como pirogas, sumacas e batelões, fundamentais para a circulação de mercadorias pelo rio Benevente e pelo litoral.

Assim, entre os séculos XVIII e XIX, a Vila Nova de Benevente consolidou-se como espaço de intensa articulação entre a economia agrícola, o trabalho escravizado, a atividade portuária e as sucessivas ondas migratórias, configurando uma formação social plural e historicamente complexa.

Figura 30 - Desembarque dos Imigrantes Italianos na Vila Nova de Benevente 1875-1894.



Fonte: Dietze (1874); ilustração interpretativa produzida com auxílio de inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026.



O porto da Vila Nova de Benevente recebeu imigrantes entre os anos de 1875 e o final do século XIX, por volta de 1894. Por esse porto desembarcavam, principalmente, imigrantes de origem italiana, que permaneciam inicialmente em período de quarentena no chamado Casarão de Quarentena. Esse isolamento durava, em média, cerca de quarenta dias; contudo, em diversas situações, restringia-se a apenas alguns dias, destinados à recuperação das longas viagens marítimas e das enfermidades trazidas dos navios.

Nesse período, a sociedade da Vila Nova de Benevente já se constituía como um núcleo populacional formado por diferentes grupos de imigrantes, entre os quais portugueses, sírios, libaneses, espanhóis — especialmente da região de Castela — e alemães, além dos primeiros habitantes pertencentes aos grupos étnicos originários da região.

Após o período de quarentena, os imigrantes eram encaminhados pelos administradores das colônias para diferentes regiões do território, dando continuidade ao processo de colonização e de ocupação das terras. Muitos seguiam por vias fluviais em direção ao interior e às regiões montanhosas, utilizando antigos caminhos indígenas, os quais já estruturavam parte da circulação pelo território.

A imigração italiana para o Espírito Santo, especialmente para a antiga Vila Nova de Benevente, insere-se em um contexto social e econômico de profundas dificuldades enfrentadas pelas populações do norte da Itália, sobretudo nas regiões de Trento e de Gênova. Nessas localidades, no século XIX, as condições de vida eram marcadas pela pobreza, pelo excesso popu-



lacional, pela fragmentação das terras agrícolas e pela instabilidade política. Muitos camponeses viviam em regime de subsistência, enfrentando crises de fome e econômicas; bem como guerras, desemprego e a imposição do pagamento de pesados impostos. A busca por melhores condições de vida, aliada ao incentivo do Governo do Brasil em atrair mão de obra para substituir o trabalho escravizado nas lavouras de café, após a Abolição da Escravidão no Brasil, em 1888. Essa demanda de trabalho para substituir os escravos foi determinante para o deslocamento em massa de imigrantes, bem como para inseri-los na colonização do povoamento.

No Espírito Santo, os italianos contribuíram de forma expressiva para a formação cultural e social, trazendo consigo costumes, saberes agrícolas, práticas religiosas e tradições que marcaram a identidade local. Entre os principais hábitos que se perpetuaram destacam-se a culinária baseada em massas, pães e vinhos; bem como as festas comunitárias, as cantorias e a valorização da vida familiar e em comunidade. Tais manifestações, ao longo do tempo, incorporaram-se à cultura capixaba, formando uma identidade híbrida ítalo-brasileira.

O processo migratório, entretanto, foi marcado por enormes desafios. A travessia atlântica, realizada em navios de longo curso, era frequentemente precária: superlotação, falta de higiene, alimentação insuficiente e propagação de doenças tornavam o ambiente insalubre. Muitos não resistiam e, em caso de óbito, os corpos eram lançados ao mar, o que conferia à viagem um caráter de sofrimento e incerteza. Ao chegarem ao Espírito Santo, os imigrantes desembarcavam em portos como o da Vila Nova de Benevente, da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, também



conhecido como Porto de Cima, onde eram supervisionados pelo agente de imigração²⁷.

Registros indicam que a chegada dos imigrantes italianos encontrava apoio dos padres locais. Adelpho Poli Monjardim, em sua obra “Os Imigrantes” (1980, p. 32), narra: “os imigrantes italianos encontravam apoio dos padres locais, que disponibilizavam um barracão ou galpão para hospedagem, alimentação e os primeiros cuidados com a saúde”. Não permaneciam, contudo, os tradicionais quarenta dias de quarentena no casarão, destinado a esse fim; mas apenas o tempo necessário para a recuperação da longa viagem. Em seguida, seguiam rio acima por meio de pirogas (batelões), sumacas, brigues ou canoas até determinado percurso, localizado na Vila de Jabaquara, prosseguindo a pé até os territórios destinados à colonização, como Dois Irmãos, Alto Joeba, Alto Pongal, Itaperoroma Baixa, Córrego da Prata, Baixo e Serra das Graças. Em alguns casos, o agente de imigração alugava carros de boi para facilitar o deslocamento.

27 O Alferes Manoel dos Passos Martins destacou-se na recepção e encaminhamento de imigrantes na então Vila Nova de Benevente (atual Anchieta-ES), atuando como agente da imigração na localidade. Ex-seminarista, possuía conhecimento da língua italiana e exercia importante papel de mediação entre os colonos recém-chegados e as autoridades locais. Misturando expressões em italiano e latim, costumava entoar canções que amenizavam o cansaço dos imigrantes após a longa travessia marítima. Vendeu ao governo provincial sua residência, situada às margens do rio Benevente, para servir como hospedaria destinada ao acolhimento dos colonos recém-chegados, conhecida como Casa de Quarentena. Em 1875, quando os imigrantes desembarcaram na Vila Nova de Benevente, foram recebidos por Martins, então vinculado ao serviço de imigração local. No mesmo ano promoveu reparos na cela do Padre José de Anchieta, localizada no antigo conjunto jesuítico da vila. Proprietário da Fazenda São Martinho, exerceu também funções públicas relevantes: juiz de paz (1885), deputado provincial (1886–1887), Presidente do Paço da Câmara Municipal da Vila Nova de Benevente (1887–1889) e promotor público interino (1890), além de integrar a Guarda Nacional. Presidiu ainda a sessão solene de 2 de dezembro de 1887, ocasião em que a Vila Nova de Benevente foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Anchieta.



As primeiras habitações erguidas por esses colonos revelavam a precariedade e, ao mesmo tempo, a capacidade criativa diante do ambiente desconhecido: barracões de madeira improvisados, abrigos entre árvores, pequenas grutas adaptadas e casas de pau a pique. Essa arquitetura inicial, marcada pela rusticidade, conferiu às comunidades uma característica colonial imigratória que, com o tempo, evoluiu para construções mais duradouras, em pedra e cal, tijolos e paredes de estuque, algumas ainda preservadas no interior do município de Anchieta–ES, áreas que receberam significativa ocupação italiana.

Um exemplo marcante desse processo foi a chegada do navio *Ádria*, procedente de Gênova, que aportou em Vitória em 27 de dezembro de 1888, trazendo 268 imigrantes italianos, parte deles com destino certo a Benevente. A imigração italiana para o Espírito Santo, especialmente para a antiga Vila Nova de Benevente — freguesia de Nossa Senhora da Assunção —, insere-se em um contexto social e econômico de profundas dificuldades, enfrentadas pelas populações do norte da Itália, particularmente nas regiões de Trento e de Gênova.

Com o avanço da economia e do processo de urbanização da então recente cidade de Anchieta, impulsionada pela ocupação imigratória italiana e, no início do século XX, pela chegada de migrantes de outras regiões do Brasil, como os nordestinos, tornou possível a instalação de uma usina de cana-de-açúcar, destinada à produção de açúcar e de aguardente, em Jabaquara, atualmente distrito de Anchieta.

A área, caracterizada por terras férteis e alagadiças, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da agroindústria local, possibilitando o surgimento de infraestrutura para o transporte das mercadorias até o porto.



Com a implantação da linha férrea, consolidou-se a estrada de rodagem estadual Anchieta X Jabaquara (atualmente), ligando o vilarejo de Jabaquara à Vila Nova de Benevente, destinada ao transporte de mercadorias e de pessoas. A Vila de Jabaquara, como era denominada, apresentava intensa movimentação. Em 1895, era comum os colonos descerem até a sede, Benevente, transportando nas costas ou no lombo de animais produtos como farinha de mandioca, carne suína, galinhas, fubá de milho, arroz pilado e feijão, que eram vendidos ao pequeno comércio local ou trocados com outros mercadores.

Os imigrantes que chegavam à antiga Vila Nova de Benevente eram frequentemente encaminhados para diferentes localidades do município, de acordo com as demandas de trabalho existentes na região. O mestre de ofícios da colônia, Antônio Mies, era o responsável pela recepção e pelo encaminhamento dos recém-chegados. Ele que direcionava parte desses trabalhadores para a localidade de Jabaquara, onde atuavam em atividades relacionadas à construção e ao desenvolvimento de empreendimentos industriais.

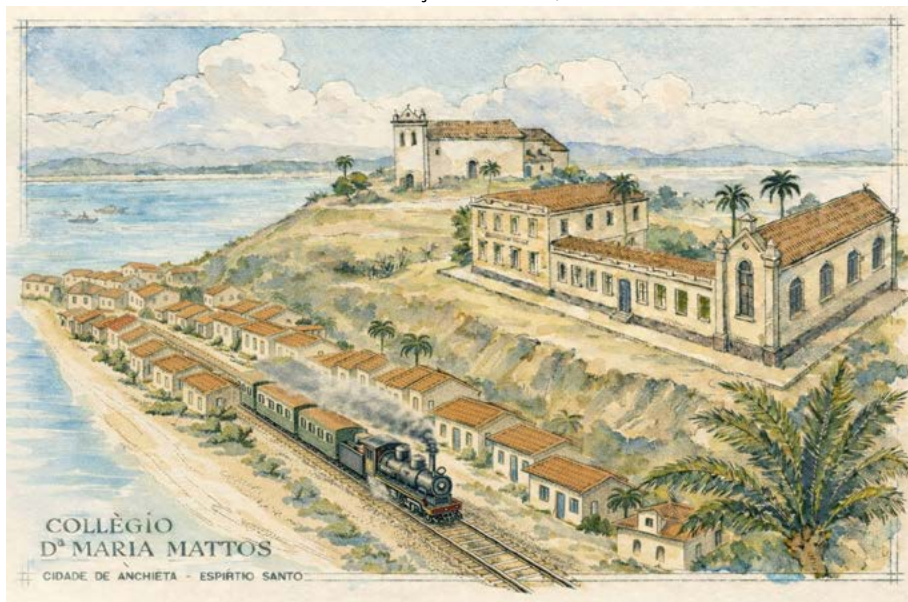
Entre essas iniciativas, destacou-se a Usina Jabaquara, empreendimento voltado à produção de açúcar e cachaça, fundado na década de 1920 pelo imigrante libanês Pedro José Aboudib, que tinha como sócio seu irmão, Paulo José Aboudib. Juntos, estabeleceram a firma Pedro José & Cia., no município de Anchieta, Espírito Santo, consolidando uma importante atividade industrial na região.

A indústria dispunha de significativa infraestrutura para a época, incluindo lanchas utilizadas no transporte de café, mercadorias e correspondências ao longo do Rio Benevente. Tais embarcações, denominadas Anchieta e Pejodibe, desempenhavam papel relevante na circulação de produtos e na integração



econômica regional. Destaca-se que a lancha Pejodibe, que constitui uma homenagem direta aos irmãos fundadores, uma vez que seu nome resulta de um processo de aglutinação onomástica, o qual combina elementos de seus nomes próprios - “Pe”, de Pedro, e “Jo”, de José - com uma adaptação do sobrenome Aboudib, configurando, assim, uma designação de caráter identitário, associada ao pertencimento familiar e à representação empresarial no contexto regional. Por meio desse sistema de transporte fluvial, as cargas eram encaminhadas aos armazéns e destinatários, localizados no Porto de Cima da antiga Vila Nova de Benevente, importante ponto de comercialização e de escoamento da produção local (Gonçalves, 1996, p. 56).

Figura 31 - Cartão postal de Anchieta (ES), datado da primeira metade do século XX. Releitura imagética elaborada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Acervo Municipal de Anchieta.



Além do transporte fluvial, a usina contava ainda com uma locomotiva a vapor, conhecida como “Maria-Fumaça”, utilizada no escoamento da produção e no deslocamento de cargas. Tal estrutura contribuiu para o desenvolvimento econômico de Anchieta, possibilitando que os produtos fossem encaminhados aos armazéns localizados no Porto de Cima, onde eram posteriormente comercializados.

Nesse contexto, Jabaquara consolidou-se como um importante ponto de parada para os imigrantes que subiam o Rio Benevente em direção às áreas destinadas ao povoamento. Muitos desses trabalhadores exerciam ofícios como carpinteiros, mestres de obras, construtores e auxiliares na edificação de obras públicas e privadas, colaborando para a expansão urbana e econômica do município.

Entretanto, com a crise econômica mundial de 1929, que provocou a forte queda dos preços do café no mercado internacional, a economia regional foi duramente impactada. Esse cenário também afetou a Usina Jabaquara e suas atividades industriais, impactando os negócios e acarretando aos seus proprietários o enfrentamento de graves dificuldades financeiras, que culminaram na declaração de falência do empreendimento.

Arquitetura e construção

Ao longo do século XIX, a antiga Vila Nova de Benevente, atual Anchieta, desenvolveu um repertório arquitetônico marcado pela fusão de tradições construtivas indígenas, europeias e de outros imigrantes. Além da influência portuguesa, que consolidou a matriz luso-colonial, o território recebeu contribuições de sírios, libaneses, espanhóis, castelhanos, irlandeses, alemães e italianos. Cada um desses grupos contribuiu, em diferentes níveis, para a adaptação



das técnicas construtivas, seja pelo emprego de novos materiais, seja pela incorporação de práticas culturais relacionadas à organização do espaço doméstico.

As casas eram frequentemente erguidas pela técnica de pedra sobre pedra, unidas por argamassa de cal e produzida a partir da queima de conchas de ostras, com reforço dado pelo óleo de baleia. Os blocos de barro, conhecidos como batingas, eram retirados das margens do Rio Benevente, de seus afluentes e de áreas litorâneas ricas em argila. O interior das residências apresentava divisões em paredes de pau a pique ou de tábuas, garantindo compartimentação e melhor circulação de ar.

Nas casas de dois pavimentos predominava o assoalho de madeira corrida, enquanto, nas construções mais modestas, o chão batido ou as pedras assentadas compunham o piso. Os quintais e terreiros constituíam espaços fundamentais para a vida cotidiana, onde se encontravam fornos de barro — reminiscências das antigas caieiras — utilizados no preparo dos alimentos.

As coberturas variavam entre o uso de palha, nas habitações mais simples, e telhas de barro artesanal nas edificações mais elaboradas. Elementos de madeira talhada nos beirais e nas fachadas evidenciavam a herança estética portuguesa, ao passo que as técnicas construtivas indígenas e as adaptações introduzidas pelos imigrantes revelavam a pluralidade cultural que caracterizou Benevente no século XIX.

Nas residências senhoriais, com dois pavimentos, era comum a existência da chamada “sala do tronco”, geralmente situada no pátio interno das casas. Tal espaço estava associado aos mecanismos de disciplina e de punição da população escravizada, consolidando vestígios da presença da mão de



obra negra escravizada na Vila Nova de Benevente, como dito anteriormente. E reiterando os indícios das práticas de controle social, as quais estruturavam a vida cotidiana nas sociedades coloniais e oitocentistas, conforme analisado por Gilberto Freyre²⁸.

O acabamento era realizado por meio da técnica do sopapo, baseada em rebocos de barro, terracota e argila, aplicados com movimentos firmes que reforçavam a solidez das paredes. As superfícies recebiam pinturas produzidas com pigmentos naturais extraídos da geografia local - carvão mineral, folhas, jenipapo, urucum, sumo de frutas, além das tonalidades próprias da terracota e das batingas - conferindo identidade estética singular às habitações.

Ao longo do século XIX, o Brasil enfrentou recorrentes surtos epidêmicos, os quais revelaram as fragilidades estruturais do Império no campo da saúde pública. A ausência de políticas sanitárias sistemáticas, a limitação dos conhecimentos médicos, então disponíveis, e as precárias condições de higiene urbana, tudo isso, contribuiu para a disseminação de enfermidades como febre amarela, cólera e varíola, responsáveis por elevados índices de mortalidade em diversas províncias.

Na Província do Espírito Santo, tais problemas assumiram contornos ainda mais sensíveis, sobretudo em núcleos urbanos de menor porte, onde a assistência médica era escassa e inexistiam estruturas permanentes de saneamento. A circulação de pessoas pelos portos e a insuficiência de medidas preventivas favoreceram a propagação de doenças infectocontagiosas, impactando significativamente a dinâmica demográfica e social da região.

²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003, p. 39-47.



Figura 32 - Representação de uma casa de dois pavimentos da antiga Vila Nova de Benevente, datada do século XIX, localizada na região do Porto de Benevente.



Fonte: Acervo da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad; ilustração em aquarela elaborada a partir de fotografia histórica da Vila Nova de Benevente, adaptação e interpretação do autor com auxílio de inteligência artificial, 2026.

Nesse contexto provincial insere-se a realidade da antiga Vila Nova de Benevente, que, ao longo do século XIX, atravessou sucessivos episódios de elevada vulnerabilidade sanitária. Em 1853, a febre amarela ocasionou expressivo número de óbitos. Nos anos de 1854 e 1856, a cólera voltou a acometer a localidade, resultando na morte de 133 moradores, um contingente significativo em relação à população existente. Em 1857, registrou-se novo surto de febre amarela e, em 1859, a varíola disseminou-se pela vila, ampliando o quadro de mortalidade e intensificando o temor coletivo. As famílias, desprovidas de recursos terapêuticos eficazes e de assistência médica regular, encontravam-se em situação de profunda fragilidade diante das enfermidades que se propagaram com rapidez.



Esse cenário social, marcado pela recorrência de epidemias, pela vulnerabilidade e sensação de insegurança cotidiana, fez com que se procurasse, pela tradição local, uma conexão com a espiritualidade. Foi quando se buscou a construção da Capela em honra e à invocação de Nossa Senhora da Penha, entre os anos de 1873-1883. Segundo a memória preservada pela comunidade, a edificação foi determinada por Manuel Passos Martins, proprietário de expressiva posição socioeconômica, como cumprimento de promessa formulada em face ao grave estado de saúde de sua filha, acometida por febre palustre (malária). Tal iniciativa insere-se no universo das práticas votivas oitocentistas, nas quais fé, doença e esperança de cura configuravam dimensões indissociáveis da experiência social.

Já no decorrer do século XX, conforme registra Gonçalves (1996), a varíola, popularmente conhecida como “doença da bexiga”, voltou a propagar-se na cidade, ocasionando elevado número de mortes em um contexto ainda marcado pela precariedade das condições de higiene e pela insuficiência dos serviços médicos. Diante da gravidade do quadro sanitário que assolava a então Vila Nova de Benevente, atual Anchieta, as autoridades provinciais adotaram medidas emergenciais de intervenção.

Nesse contexto, a partir da cidade de Vitória, capital da província do Espírito Santo, foram enviados agentes, insumos e orientações médico-sanitárias, com vistas à contenção das epidemias e à mitigação de seus impactos sobre a população local, como o médico Américo Coelho, que passou a atender os enfermos em uma residência, adaptada para isolamento, situada na subida do Coimbra. Tal medida revela as estratégias emergenciais de contenção adotadas antes da consolidação de políticas públicas estruturadas de saúde, especialmente, na segunda metade do século XX.



Em correspondência datada de 6 de junho de 1934, encaminhada ao Revmo. Provincial, o Pe. Luiz Roumanie, S.J.²⁹, registrou-se a ocorrência de grave quadro epidêmico na cidade de Anchieta. Segundo o religioso, após o período carnavalesco, nos fins da Quaresma, iniciou-se um surto de sarampo, o qual atingiu, intensamente, a população infantil, resultando na morte de diversas crianças, inclusive não batizadas, sendo raro o caso de menores que não tenham contraído a enfermidade.

A Vila Nova de Benevente no Século XIX: Visitas Ilustres e Registros Históricos

Vila Nova de Benevente, da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, já era considerada uma das vilas portuárias mais importantes desde a Capitania do Espírito Santo até o período provincial. Dela desembarcaram visitantes que contribuíram com registros em seus diários de bordo, os quais, na atualidade, constituem instrumentos de pesquisa e de resgate da memória, bem como da construção da História de Anchieta.

O século XIX corresponde, em parte, ao período do Brasil Império, marcado por grandes transformações sociais e intelectuais para a sociedade brasi-


29 COMPANHIA DE JESUS. Apontamento histórico sobre epidemia na cidade de Anchieta-ES. Correspondência do Pe. Luiz Roumanie, S.J., ao Revmo. Provincial, Anchieta, 6 jun. 1934. Manuscrito pertencente ao arquivo da Companhia de Jesus. O documento relata a ocorrência de epidemias de sarampo e de febres palustres (impaludismo) na cidade, mencionando a atuação da Comissão Rockefeller e a instalação provisória de posto profilático. Registra, ainda, as dificuldades de acesso a medicamentos pela população local e a assistência prestada pelos religiosos residentes na missão naquele ano, quando se comemorava no Brasil o IV Centenário do nascimento do Venerável Pe. José de Anchieta.



leira, impulsionadas pela iniciativa do governo imperial. Assim, no início do século XIX, a Vila Nova de Benevente recebeu diversas visitas que marcaram a população, como, em 1812, a do Bispo Capelão – Dom José Caetano da Silva Coutinho³⁰, que narrou:

“(...) A Vila Nova de Benevente da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, situada na margem setentrional muito alegre, coroadada pelo edifício da igreja e hospício (residência) dos jesuítas (...) mais este está parte usurpado pela Câmara e cadeia, que era junto ao meu quarto. (...) Uma freguesia mista de muitos brancos no distrito dos índios; mas pareceu ter mais casas e mais gentes(...)

30 Dom José Caetano da Silva Coutinho (1767–1833), oitavo bispo do Rio de Janeiro, nasceu em Caldas da Rainha, Portugal, em 13 de fevereiro de 1767, e faleceu no Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1833. Clérigo de expressiva atuação no contexto luso-brasileiro, chegou ao Brasil em 25 de abril de 1808, em decorrência da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, motivada pela invasão napoleônica em Portugal. Na condição de capelão-mor, abençoou as núpcias do então Príncipe Real Dom Pedro, presidiu a coroação de Dom Pedro I e realizou o batismo de seus filhos, Dona Maria da Glória e Dom Pedro II. Esteve presente, ainda, nos momentos finais da Rainha Dona Maria I e da Imperatriz Dona Leopoldina. Exerceu também relevante papel político, tornando-se o primeiro presidente da Câmara dos Deputados do Brasil. No âmbito eclesiástico, realizou visitas pastorais à Capitania do Espírito Santo, registrando apontamentos em seus diários nos anos de 1812 e 1819, nos quais descreveu aspectos religiosos, administrativos e sociais das freguesias visitadas. Na então Vila Nova de Benevente, freguesia de Nossa Senhora da Assunção, destacou elementos do cotidiano local, das práticas devocionais e da organização urbana, mencionando o edifício que atualmente abriga o Santuário Nacional de São José de Anchieta, o qual, naquele período, exercia funções civis como sede da intendência e Paço Municipal. Seus relatos constituem importante fonte documental para a compreensão da formação histórica, institucional e religiosa da vila e do território capixaba no início do século XIX. Referência: COUTINHO, D. José Caetano da Silva. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à Capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Transcrição do original e coordenação da edição: Maria Clara Medeiros Santos Neves. Estudo introdutório: Luiz Guilherme Santos Neves. Vitória: Edição Capixaba Cultural, 2002, p. 367.



se bem que a proibição da exportação das madeiras tem atrasado muito os comércios, que só versa em algodões, e mantimentos; e só há dois senhores de engenhos, e pouco ricos. (...) Os vereadores, maios vexados e atarantados, me estavam esperando, e me acompanharam sempre todos de vara e casacos dos uniformes: a minha entrada foi às ave-marias, e fez-se muito bem na forma do costume, assistindo muito povo, e logo preguei e crismei muito. Que este povo não passará hoje de 3.000 almas.”

Figura 33 - Retrato de Dom José Caetano da Silva Coutinho (1768–1833), sexto bispo do Rio de Janeiro, pintura a óleo sobre tela pertencente ao acervo da Igreja de São Francisco de Paula.



Fonte: *Brasilis Regnum*. Retrato de Dom José Caetano da Silva Coutinho (1768–1833), sexto bispo do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/BrasilisRegnum/posts/retrato-de-dom-jos%C3%A9-caetano-da-silva-coutinho-1768-1833-sexto-bispo-do-rio-de-ja/854401865463586/>.

Acesso em: 16 mar. 2026.



Em 1816 o Príncipe Wied-Newied, Maximiliano Alexandre³¹, registrou em seu diário de bordo que:

“(…) Num pequeno vale aprazível encontramos um bosque de árvores imponentes e frondosas, tais como árvores tropicais, Co-
cos, ervas, entre elas corre o escuro riacho Iriri, atravessado por
uma pitoresca ponte feita de troncos. Tucanos e “maitacas” eram
comuns, e foram abatidos pelos nossos caçadores. (...) Vimos di-
versos pequenos brigues “veleiro de dois mastros”, ancorados no
porto de Vila Nova, o que nos levou a pensar, erroneamente, num
grande comércio local: cedo, porém, convencemo-nos do nosso
engano. Há muito pouco comércio, e aqueles navios apenas se
abrigavam do vento desfavorável. Os jesuítas reuniram aí, a prin-
cípio, seis mil índios, fundando a maior “aldeia” (...) todo o dis-
trito de Vila Nova, incluindo os colonos portugueses, não possui
mais de oitocentos habitantes, dos quais cerca de seiscentos são
índios. Embora a população tenha decrescido tanto, o comércio
aumentou desde então: com efeito, as exportações, há apenas vin-

31 Maximiliano Wied-Neuwied (1782–1867), naturalista alemão nascido em Neuwied, Alemanha, onde também faleceu, realizou, no início do século XIX, extensa viagem científica pelo Brasil, percorrendo diferentes regiões da então Capitania do Espírito Santo, entre elas a Vila Nova de Benevente. Sua expedição teve como objetivo central o estudo sistemático da biodiversidade, com a coleta de espécimes zoológicos e de mudas de plantas consideradas exóticas, posteriormente enviadas à Europa para investigações botânicas e zoológicas. Em seus relatos, registrou aspectos históricos do vilarejo, descrevendo o cotidiano da população, as formas de ocupação do território e as características do ecossistema regional, evidenciando a expressiva riqueza natural e ambiental do espaço capixaba. Entre suas observações, destaca-se a menção à lagoa denominada Nossa Senhora da Conceição, ressaltada por suas particularidades naturais e relevância paisagística. Referência: WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil. Tradução e notas de Edgar Süsssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo*. Brasília: Editora de Brasília, 1971. p. 44.



te anos atrás, não excediam de 100.000 réis, ao passo que atualmente subiram a 2.000 cruzados, só para o total de açúcar exportado. Vila Nova, propriamente, é um lugar pequeno, com algumas boas casas, mas anima-se aos domingos, porque os moradores dos arredores vão aí assistir à missa.” ROCHA, Levy. p. 44.

Figura 34 - Retrato do naturalista e explorador alemão Príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied e de seu companheiro de viagem, o indígena botocudo Joachim Quack, durante expedição pela Mata Atlântica. Pintura de Joachim Richter, 1828. Acervo do Museu de Stuttgart, Alemanha.



Fonte: Richter, Joachim. Retrato do naturalista e explorador alemão Príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied e do indígena botocudo Joachim Quack em expedição na Mata Atlântica. 1828. Museu de Stuttgart, Alemanha. Disponível em: <https://www.facebook.com/BrasilisRegnum/photos/um-principe-alem%C3%A3o-no-brasil-de-dom-jo%C3%A3o-viretrato-do-naturalista-e-explorador-a/556007695303006/>.

Acesso em: 16 mar. 2026.



Em 1818, a Vila Nova de Benevente recebeu a visita de estudos do botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire³². Em seu diário de viagem, o pesquisador registrou observações acerca da paisagem local, da organização do vilarejo e das características naturais da região. O naturalista narra suas impressões:

“Quando cheguei diante de Benevente, que se situa na margem setentrional do pequeno rio homônimo, veio buscar-me uma piroga conduzida por um negro. Embarquei com Prégent, o botocudo Firmiano e parte de minha bagagem. A piroga ‘Canoa’, estava carregada, o vento soprava forte, a maré nos arrastava e o canoeiro era inexperiente. Confesso que não pude evitar algum temor; chegamos, entretanto, sem qualquer incidente. (...) era domingo festa do Rosário. Índios mansos, negros, luso-brasileiros, enfim, grande número dos participantes da festa, formaram um círculo em torno do botânico e de seus acompanhantes, a princípio, movidos pela curiosidade e, em seguida, externando revolta contra a presença do botocudo Firmiano. O comandante do Quartel de Benevente examinou o passaporte de Saint-Hilai-

32 Auguste de Saint-Hilaire (1779–1853), naturalista francês nascido em Orléans e falecido em Turim, integrou missões científicas ao Brasil no início do século XIX com o propósito de estudar e recolher espécimes da flora e da fauna do território brasileiro. Durante sua passagem pela então Vila Nova de Benevente, atual município de Anchieta-ES, registrou observações sobre o edifício conhecido como “convento” dos padres jesuítas, descrevendo suas condições físicas, formas de utilização e inserção no cotidiano da vila. Também analisou o modo de vida da população, as atividades econômicas e a biodiversidade local. Em sua visita, esteve acompanhado por um indígena botocudo chamado Firmiano, fato que gerou apreensão entre os moradores. No âmbito científico, recolheu mudas e exemplares botânicos posteriormente enviados à França, contribuindo para o avanço dos estudos europeus sobre a biodiversidade brasileira. Seus relatos dialogam com as análises de Levy Rocha acerca da relevância dos viajantes estrangeiros como fontes históricas para a compreensão social, ambiental e cultural do Espírito Santo oitocentista.



re e procurou prodigalizar-lhe hospedagem no antigo Convento dos Jesuítas. Pouco depois, o vigário, instalado nas dependências do mesmo Convento, e que deveria ser o Pe. Felipe Gonçalves de Oliveira, visitou o insigne viajante, levando-lhe provisões e uma garrafa de vinho de Alicante. Vila Nova, ou Vila Nova de Benevente, compõe-se de cerca de 100 casas, umas cobertas de telhas e outras de palha, muitas das quais têm um andar além do térreo.” ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Editora de Brasília, 1971. p. 67.

Figura 35 - Retratos do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779–1853) que, como viajante científico percorreu o litoral do Espírito Santo no século XIX. Ao lado, registro de Firmiano, indígena botocudo, retratado pelo cientista durante suas expedições científicas pelo Brasil.



Fonte: Adaptado de *Viajantes Estrangeiros no ES – Auguste de Saint-Hilaire*, site Morro do Moreno. Colorização em aquarela com auxílio de inteligência artificial, sob orientação do autor. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br>. Acesso em: 16 mar. 2026.



No ano de 1860, a vila preparava-se para a chegada da visita do Imperador do Brasil, Dom Pedro II³³, e de sua comitiva imperial, em viagem diplomática à Província do Espírito Santo. O monarca relata, em seu diário de bordo, as impressões acerca da visita à Vila Nova de Benevente:

“As ruas da vila são regulares e há casas de sobrado, não as vendo cobertas de palhas senão no morro em que está o convento. (...) O convento está muito arruinado, sendo preciso que me mostrassem o lugar da cela onde morreu Anchieta para suspeitar que aí fosse; talvez seja o lugar mais sujo do convento; a cela é ou antes era sofrível em dimensão. (...) A casa da Câmara durante as obras está numa casa térrea. [Corri] os livros do arquivo e a data mais antiga é de 1750. Tem um registro [dos] índios dessa data. Há livro de tombo das terras que se mandou copiar em novo livro que foi aberto; mas apenas começado a escrever, não se continuando, segundo disse o secretário por ser quase ininteligível a letra do antigo livro do tombo. (...) A cadeia está no convento [e] muito arruinada; havia 6 presos numa das 2 prisões. Depois da missa, D. Pedro II visitou a escola de 1º classe do sexo masculino, provida com efeti-
vação, desde 1850: Aula de meninos de Antônio Carneiro Lisboa

33 Dom Pedro II (1825–1891), segundo e último imperador do Brasil, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, e faleceu em Paris, França, durante o exílio após a Proclamação da República (1889). Filho de Dom Pedro I e de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena, assumiu o trono ainda na infância, sendo submetido a rigorosa formação humanista e científica. Em 1843, casou-se com Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, com quem teve quatro filhos: Afonso e Pedro Afonso, falecidos na infância, e as princesas Isabel e Leopoldina. Notabilizou-se pelo incentivo às ciências, às artes e à instrução pública, realizando diversas viagens oficiais pelas províncias do Império com o intuito de conhecer as realidades regionais. Em 1860, visitou a então Vila Nova de Benevente, registrando em seu diário de viagem observações sobre o espaço urbano, as instituições locais e o cotidiano da população. Cf. ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Brasília: Editora de Brasília, 1971. p. 219–224.



Júnior. 32 matriculados – caderno de matrícula sendo a letra do professor boa – 20 e tantos de frequência. 1º lê menos mal; nada de gramática; divide mal não sabe a prova real de divisão. Há 4 anos; mas tem faltado muito. 2º lê pior; multiplica só. Há 2 anos. Sabem apenas as rezas; porém mal. Letra dos meninos sofrível. (...)” ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. p. 219–224.

Figura 36 - Desembarque do imperador Dom Pedro II na Vila Nova de Benevente, no porto que posteriormente ficou conhecido como Cais do Imperador, em 1860, durante sua viagem oficial à Província do Espírito Santo.



Fonte: Ilustração produzida com auxílio de inteligência artificial, orientada pelo autor, 2026, a partir da descrição histórica presente em: ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.

No período de 1880 a 1886, a Vila Nova de Benevente, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Assunção, recebeu a visita pastoral de Dom Pedro Maria de Lacerda³⁴, bispo da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro com *34 Dom Pedro Maria de Lacerda (1830–1890), bispo do Rio de Janeiro, exerceu jurisdição eclesiástica sobre a Província do Espírito Santo no final do século XIX. No contexto de suas visitas pastorais, percorreu diversas freguesias capixabas entre os anos de 1880 e 1890, registrando em diário observações acerca da organização religiosa, das práticas devocionais, da estrutura institucional e das condições sociais das localidades visitadas. Seus apontamentos constituem relevante fonte histórica para a compreensão da dinâmica eclesiástica e da realidade sociocultural do Espírito Santo oitocentista, incluindo a então Vila Nova de Benevente. LACERDA, Pedro Maria de. Diário das visitas pastorais à Província do Espírito Santo (1880–1890). Organização e coordenação: Maria de Lacerda. Vitória: Phoenix Cultura, 2012. p. 281.*



jurisdição eclesiástica sobre a Província do Espírito Santo. Durante sua permanência na localidade, visitou as capelas vinculadas à Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, registrando em seu diário pastoral importantes informações acerca da realidade religiosa, cultural, política e etnológica da então vila.

Em seus apontamentos, descreveu aspectos da organização urbana e institucional de Benevente, mencionando a destinação de “esmolas” — entendidas como auxílio financeiro — para melhorias no antigo Convento dos Padres Jesuítas, edifício que atualmente abriga o Santuário Nacional de São José de Anchieta. Registrou, ainda, observações sobre os serviços educacionais e a prática da catequese, bem como sobre a situação dos presos que se encontravam recolhidos na antiga residência jesuítica, anexa à Igreja Matriz. Ele descreve:

“À medida que chegávamos, fomos vendo casinhas na praia à entrada do rio, praia chamada Canto da Praia. A Vila, de longe, não se avistava e ficava do outro lado do monte e do outro lado do rio que corre além do monte. Mas quanto me pareceu belo este monte! Todo coberto de relva e aqui e acolá uma árvore copada e, em diferentes pontos, esbeltos coqueiros. Havia algum gado a pastar! Benevente! Reritiba! Reritiba! eu te saúdo! Terra escolhida por Anchieta para descansar de suas fadigas apostólicas, eu te saúdo e te envio meus mais afetuosos sentimentos da alma! Enfim, passamos defronte de uma linha de pequenas casas à margem direita do rio, na qual se acha a Vila, e entramos pela barra do rio Benevente, e o subimos um pouco. Rio largo e sereno. Paramos em um estreito cais chamado Cais do Imperador, pois ali Sua Majestade Imperial desembarcou quando cá veio e fica junto à casa do negociante português Sr. Comendador Albino Ferreira Guimarães. Ali



havia um engraçado arco de folhagem e coqueiros à distância de um e outro lado. Ali estava o vigário, vestido de pluvial e pálio, e Irmandades, e a Câmara Municipal, e vários doutores, e o Sr. Albino, de casaca e luvas brancas de pelica. Desembarquei e os padres; e logo o Dr. Cândido Borges da Fonseca, juiz de Direito interino, começou um discurso de felicitação (...) respondi que agradecia e acrescentei que me achava contente nesta terra que para mim era venerada recordação, por ser onde acabou seus dias o grande Anchieta, e esse, eu tantas vezes havia proclamado as grandezas de Anchieta, outras tantas tinha celebrado as glórias de Benevente.”

Figura 37 - Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, que exerceu jurisdição eclesiástica sobre a Província do Espírito Santo no final do século XIX.



Fonte: ESTAÇÃO CAPIXABA. D. Pedro Maria de Lacerda: biobibliografia. Disponível em: <https://estacaocapixaba.com.br/d-pedro-maria-de-lacerda-biobibliografia/>. Acesso em: 16 mar. 2026.



Na obra “Da Itália ao Brasil: História de uma Família” (1875–1894 – Imigração dos Imigrantes em Terras de Benevente e Anchieta), Orlando Moraes³⁵ escreve o panorama socioeconômico da Vila Nova de Benevente no momento da chegada dos imigrantes italianos. Em sua narrativa dele ressalta o contato mantido com os anfitriões do lugar:

“Em terra firme eles receberam um almoço bem razoável, num barracão próximo ao porto, e, enquanto aguardavam os preparativos para início da viagem até Alfredo Chaves, anunciada para aquela noite, quase todos foram andar para conhecer Benevente, outrora conhecida por Reriritiba.

Na parte baixa próximo à foz do rio, ficava o porto rústico e modesto, para pequenas embarcações e botes de pesca, com o Trapiche em destaque. A seguir, ruelas de casas razoáveis, algumas assobradadas com comércio no andar térreo. No alto do morro, de frente para o mar, a Igreja que servia de Matriz, branca e bonita, de três pequenas naves, e a Casa Paroquial ao lado, a Casa da Câmara, o Convento no qual ficava também a cadeia pública e, nos fundos, a cela de Anchieta, cujo significado o intérprete e patrício ia explicando com grande curiosidade dos habitualmente piedosos italianos. Mais para cima do morro, ou beirando o mar,

35 Orlando Moraes é autor da obra *Da Itália ao Brasil: História de uma Família (1875–1894 – Imigração dos Imigrantes em Terras de Benevente e Anchieta)*, publicada em 1981, na cidade de Vitória-ES. Na referida obra, o autor analisa o processo de imigração italiana para o sul do Espírito Santo no final do século XIX, articulando memória familiar e pesquisa histórica. O estudo apresenta descrições do contexto socioeconômico da então Vila Nova de Benevente, das condições de recepção dos imigrantes e da organização urbana local, constituindo importante contribuição para a compreensão da formação social e cultural de Benevente e Anchieta. MORAES, Orlando. *Da Itália ao Brasil: História de uma Família (1875–1894 – Imigração dos Imigrantes em Terras de Benevente e Anchieta)*. Vitória-ES, 1981. p. 43–44.



algumas casinhas de palha, a vegetação, os coqueiros, as castanheiras, as conchas na areia branca da praia, tudo era motivo de interesse. Em um botequim, eles conheceram várias novidades: pé de moleque, cocada, quindim, coco, banana, cana, arroz doce, bolo de aipim, farinha de mandioca e peixe frito (calunga e peroá), que experimentavam e aprovavam ou não, inclusive a cachaça, que iria constituir, mais tarde, elemento indispensável em sua mesa, substituindo o vinho do norte da Itália. Viram também alguns índios mansos, vagabundeando pelas ruas, e negros escravos dando duro em suas tarefas. Mas foram as negras, (...), lavando roupa na beira do rio, que constituiu o maior espanto, especialmente para as mulheres italianas com seu senso próprio de recato. No início da noite, mortos de cansaço, acomodaram -se como possível no barracão ao lado do trapiche, para dormir um pouco e aguardar o embarque na madrugada do dia seguinte, em canoas e pranchões, com destino a Alfredo Chaves.” MORAES, Orlando. *Da Itália ao Brasil: História de uma Família (1875–1894 – Imigração dos Imigrantes em Terras de Benevente e Anchieta)*, p. 43.

Os relatos produzidos por viajantes ilustres que percorreram a então Vila Nova de Benevente ao longo do século XIX, bem como por imigrantes italianos que ali se estabeleceram, constituem fontes documentais de enorme relevância para a compreensão e a valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Anchieta. Ao realizarem itinerários pela vila - observando o traçado urbano, os edifícios religiosos e administrativos, o porto, as práticas comerciais e as dinâmicas sociais, tais visitantes registraram, de maneira sistemática, o panorama sociocultural e econômico da localidade, em distintos momentos históricos.



Suas anotações dão a ver, não apenas a materialidade do espaço: igrejas, residências, cais e demais equipamentos públicos, compreendidos como expressão simbólica do patrimônio, na perspectiva de Françoise Choay, mas evidenciam, sobretudo, os modos de vida, as relações interétnicas, as práticas de sociabilidade, o cotidiano do trabalho e as manifestações culturais, desvelando a identidade dos moradores da então Vila Nova de Benevente, os beneventinos. Destacam-se, ainda, referências às práticas alimentares e aos costumes culinários, como o consumo de peixes locais, farinha de mandioca, arroz-doce, bolo de aipim, cocadas, frutas tropicais e bebidas, a exemplo da cachaça, elementos que consolidam a interação entre diferentes matrizes culturais na constituição do patrimônio imaterial regional.

Figura 38 - Representação do panorama socioeconômico da Vila Nova de Benevente no período da imigração italiana (1875–1894). Cena ilustrativa do cotidiano na zona portuária, evidenciando a interação entre imigrantes italianos recém-chegados e a população local, com destaque para as práticas comerciais, circulação de mercadorias e dinâmicas sociais que caracterizavam o espaço urbano de Benevente, atual Anchieta-ES.



Fonte: *Elaboração própria, com base em MORAES, Orlando. Da Itália ao Brasil: História de uma Família (1875–1894 – Imigração dos Imigrantes em Terras de Benevente e Anchieta).*



Nesse sentido, tais narrativas ultrapassam o caráter meramente descritivo e assumem dimensão patrimonial, na medida em que preservam memórias, representações e percepções, as quais contribuem para a reconstituição histórica do território. Para os estudos do Patrimônio Histórico, tais registros configuram-se como instrumentos de interpretação e de salvaguarda, oportunizando o reconhecimento de permanências, transformações e significados atribuídos aos bens culturais ao longo do tempo. Assim, os escritos desses viajantes e dos imigrantes consolidam-se como suportes fundamentais para a construção da memória coletiva e para o fortalecimento das políticas de preservação e de educação patrimonial no município de Anchieta.

Da Vila à Cidade: A Consolidação Urbana de Anchieta-ES

Ao longo da segunda metade do século XIX, a então Vila Nova de Benevente experimentou um processo gradual de crescimento demográfico, dinamização econômica e reorganização político-administrativa. O fortalecimento das atividades portuárias, a circulação de mercadorias, a ampliação das relações comerciais e a consolidação de estruturas institucionais locais contribuíram para que a vila alcançasse maior projeção no cenário provincial. Inserida no contexto mais amplo das transformações do Império brasileiro, marcado por debates abolicionistas, reorganização do trabalho e redefinições no campo político, Benevente passou a reunir condições que justificaram sua elevação à categoria de cidade.



Figura 39 - Postal do centro urbano da cidade de Anchieta-ES, tendo ao fundo o Santuário Nacional de São José de Anchieta e, em primeiro plano, a Rua Costa Pereira e o Hotel Anchieta. Releitura em aquarela gerada por inteligência artificial (IA), orientada pelo autor, 2026.



Fonte: Disponível em: <http://www.culturamaratimba.blogspot.com>. Acesso em: 19 mar. 2026.

Esse processo culminou em 02 de dezembro de 1887, quando, em sessão solene da Câmara Municipal, foi executada a Lei nº 6, de 12 de agosto de 1887, elevando oficialmente a vila à categoria de cidade e, atribuindo-lhe o nome de Anchieta, em homenagem ao Padre José de Anchieta (São José de Anchieta), personagem central da formação histórica e religiosa da localidade. Conforme registrado em ata³⁶:

36 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Fundo Governadoria. Série Acyoli. Livro 134. Anchieta (antigo Benevente): assuntos eclesiásticos e outros [Correspondência recebida pelo Presidente da Província e pela Câmara Municipal]. Manuscrito em tinta ferrogálica. Período: 1872–1889. Vitória, ES. Documento paleografado por Ivan Petri Florentino, historiador e museólogo, Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Anchieta-ES, conforme Portaria nº 9.722/2021, de 02 de agosto de 2021. A paleografia íntegra o acervo documental da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad. A partir do estudo paleográfico da ata lavrada, verificou-se que o feriado de elevação da cidade foi oficialmente transferido para o dia 02 de dezembro, anteriormente celebrado em 12 de agosto.*



“Aos dois dias do mês de Dezembro do ano de mil oito centos oitenta e sete, às nove horas da manhã, no Paço da Câmara Municipal onde se achava reunida a Câmara, composta dos Srs. vereadores André Leal José Garcia Luiz, João Ferreira de Souza Nogueira e Capitão Herculano Ferreira da Silva, sob a Presidência do Sr. Alferes Manoel dos Passos Martins, foi pelo Sr. Presidente aberta a sessão e disse que sendo sido elevada à Categoria de cidade a antiga Vila de Benevente, sob a denominação de Anchieta, pela patriótica Assembleia Provincial do biênio de 1886-1887, cuja Lei fora sancionada pelo Exmº Sr. Dr. Antônio Leite Ribeiro d’ Almeida, atual Presidente desta Província, achara-se designado o dia de hoje para ser oficialmente instalada a Cidade e a presente sessão era para esse fim. Continuando disse o Sr. Presidente, que sentia grande prazer por ter a providencia ou o acaso o colocado naquela cadeira, porquanto já na idade em que se divisa o marco final da vida, nada tinha a legar a seus filhos, senão o precioso:- legado, que a elevação da pátria deles a Cidade se efetuou durante a sua presidência e fazendo o histórico da elevação da antiga aldeia de Iiritiba à Vila de Benevente e desta Cidade de Anchieta, lembrou com saudosas recordações os serviços prestados pelo virtuoso Padre José de Anchieta, concluindo declarando instalada a Cidade de Anchieta. (...) Voltando de novo ao salão a Câmara, senhoras e cidadãos, o Sr. Presidente de novo abriu a sessão. - Pediu a palavra o Sr. Doutor José Horácio da Costa, orador da Sociedade Urania que lhe sendo concedida, ocupou a tribuna para esse fim destinada, e disse que a Sociedade Urania não poderia ficar indiferente ao grandioso ato da instalação desta Cidade e lamentou que, embora não fosse completo o regozijo, contudo desejava que pudesse



felicitar também a terminação do cativo que pudesse declarar que não existia mais escravo na sua Pátria e tratando da instrução, terminou exaltando a Municipalidade pelo auspicioso fato que se comemorava e pedia que a Municipalidade pugnasse pela abolição e se desvelasse pela instrução popular base da felicidade social. Sendo-lhe entregue pelo Presidente, duas cartas de liberdade, que em regozijo, foram passadas (Poupadas) pelos Srs. Manoel dos Passos Martins e Exm^o Sra. Da. Felicidade Garcia, as suas escravizadas Catharina e Isabel, ele as entregando as libertadas, proferia algumas palavras as mesmas e exaltou o procedimento daqueles cidadãos. - Seguiu-se com a palavra o ilustrado Doutor Montaury de Aguiar Leitão que proferiu um longo e bem elaborado discurso análogo ao ato, sendo ambos os oradores saudados com aplausos durante o correr dos discursos e calorosamente felicitados ao terminá-los. - O Sr. Presidente, usando da palavra, disse, que a Câmara de interior acordo com as palavras que sobre a extinção do elemento servil, acabaram de proferir os ilustrados oradores desejara libertar uma escravizada e assim convidara o Sr. Amancio Pinto Pereira, para entre as pessoas presentes agenciar a quantia suficiente, o que feito foi libertada a escrava Durcelhina do Antônio Carneiro Lisboa, que declarou aceitar a quantia que se agenciasse, caso não chegasse a que tinha concordado com a Câmara, e neste ato passou a referida carta que pelo Sr. Presidente foi entregue a libertanda. - Para esta liberdade concorreu o Exm^o. Sr. Visconde de S. Salvador ou Matosinhos com a quantia de cem mil reis e um anônimo com a de cinquenta mil reis. - Ninguém mais pedindo a palavra o Sr. Presidente depois de agradecer às Exmas., senhoras, e mais cidadãos presentes.



A ata de elevação da cidade de Anchieta configura-se como um documento de relevante valor histórico-cultural, constituindo-se como fonte que permite compreender diferentes dimensões do processo de organização administrativa e política local. Sua redação formal e laudatória expressa modos específicos de registro e de representação do poder público, nos quais a solenidade do ato oficial se configura como elemento de formalização institucional e de consolidação da nova condição urbana.

A evocação da antiga aldeia e da Vila de Benevente, culminando na Cidade de Anchieta, revela uma narrativa linear de progresso, na qual o passado missionário é mobilizado como fundamento identitário. Ao rememorar os “serviços prestados pelo virtuoso Padre José de Anchieta”, o discurso presidencial estabelece uma continuidade histórica entre a experiência jesuítica colonial e a modernidade urbana oitocentista. O passado religioso, nesse sentido, é convertido em capital simbólico para consolidar a autoridade política local e conferir legitimidade histórica à nova cidade.

Outro aspecto central do documento é a presença explícita do debate abolicionista. Em dezembro de 1887, o Império encontrava-se nos estertores do regime escravista. O pronunciamento do orador da Sociedade Urânia explicita a consciência de que a elevação à cidade não seria plenamente celebrada, enquanto subsistisse o cativo. A defesa da instrução popular como fundamento da felicidade social articula-se ao ideário liberal e civilizatório, que já vinculava progresso urbano a educação e à liberdade.

A libertação pública de pessoas escravizadas durante a sessão solene revela o entrelaçamento entre política local e causa abolicionista. Contudo, a



dinâmica financeira que viabiliza tais alforrias é um demonstrativo de que a liberdade ainda era mediada por relações de poder e por iniciativas paternalistas das elites. O gesto, embora simbólico e significativo, não rompe completamente com as estruturas sociais herdadas do regime escravista, mas antes evidencia sua transição gradual.

A presença de autoridades, oradores, sociedade letrada e contribuições de figuras tituladas indica que a cidade se afirmava, não apenas como unidade administrativa, mas como espaço de sociabilidade política e cultural. A cerimônia pública, com seus discursos e aplausos, constrói um ritual cívico que marca a passagem da vila à cidade como evento fundador da identidade urbana.

Assim, a ata de 02 de dezembro de 1887 deve ser interpretada como texto fundador da modernidade anchietaense. Ela articula memória, poder e expectativa de progresso, inserindo a localidade nas transformações estruturais que marcaram o final do Império brasileiro. Ao declarar instalada a Cidade de Anchieta, o poder municipal inaugura não apenas uma nova categoria jurídica, mas um novo horizonte sociopolítico, no qual se entrelaçam tradição religiosa, aspirações abolicionistas e projeto de consolidação urbana.

Em 17 de abril de 1890, foi instituída, pelo Governo Provincial, a Comarca de Benevente, por meio do Decreto nº 20, sendo instalada em 22 de maio do mesmo ano. Seu primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Luiz Manoel Mendes Velloso, nomeado para exercer a função na referida comarca. Posteriormente, a cidade consolidou sua autonomia municipal, em 19 de dezembro de 1892, data que passou a integrar o calendário cívico local como marco de sua organização político-administrativa.



No início do século XX, a cidade de Anchieta apresentava características urbanas, ainda vinculadas ao traçado colonial, com casas térreas e sobrados, ruas estreitas e sistema de iluminação pública realizado com lampiões abastecidos a querosene ou óleo de peixe. Conforme já mencionado anteriormente, no campo econômico destacava-se, para o incremento das atividades comerciais, a utilização de uma locomotiva popularmente denominada “Maria-Fumaça”, responsável pelo transporte entre a localidade de Jabaquara, onde funcionava uma usina de produção de açúcar e aguardente, com extensas plantações de cana-de-açúcar, e o porto da cidade de Anchieta, que passou a ser conhecido como Porto de Cima.

Tal dinâmica evidência a permanência de estruturas produtivas agroexportadoras e remete aos vestígios históricos ainda presentes desde o período da antiga Vila Nova de Benevente. Em 1901, foi assinado o Decreto nº 20, datado de 23 de dezembro, instituindo, oficialmente, as armas do Município de Anchieta, cujo teor se transcreve a seguir:

“DECRETO Nº 20 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1901

O povo do Município de Benevente do Estado do Espírito Santo, por seus representantes:

Art.1º Fica desde já adotado como armas do Município o desenho que com este baixa, aprovado em sessão do dia 20 do corrente.

Art.2º O desenho de que trata o artigo antecedente é representado por um escudo que deve ser de cor amarela, tendo no centro um livro com a inscrição (19 de dezembro de 1892, Benevente) data comemorativa da autonomia dos Municípios do Estado do Espírito Santo, encimado por um círculo que deve ser de cor azul, com uma estrela ao centro representando o Município de Be-



nevente, circulado por um arco contendo vinte e oito estrelas representando os municípios do Estado e ladeado por dois ramos sendo direita cana e o da esquerda café representando a produção agrícola do Município.

O Secretário Geral que faça publicar, imprimir e correr.

Paço do Governo Municipal de Benevente, em 23 de maio de 1901, décimo terceiro ano da República e décimo da autonomia do Município.

José Miranda Fraga Sobrinho, Vice-Presidente - Octaviano Manoel de Oliveira, Governador - Carneiro Lisboa Júnior, Governador - Agostinho Ginelli, Governador - Álvaro Leão Barbosa, Secretário Geral”.

In: Arquivos da Prefeitura Municipal de Anchieta.

A instituição das armas municipais insere-se no contexto republicano de afirmação simbólica das autonomias locais, evidenciando a necessidade de consolidação de uma identidade político-administrativa própria. A heráldica adotada revela elementos centrais da economia regional, como a cana-de-açúcar e o café, além de destacar a data da autonomia municipal como marco identitário.

No ano de 1927, durante o governo de Florentino Avidos no Espírito Santo, tiveram início as obras da nova Câmara Municipal de Anchieta. No ano seguinte, em 1928, foi comemorada a inauguração do novo prédio da Câmara do Município, reforçando o processo de modernização institucional e administrativa. Nesse mesmo período, registrou-se o retorno dos padres e irmãos jesuítas da Companhia de Jesus, ordem à qual pertencera São José de Anchieta, fundador da cidade. Tal retorno ocorreu por iniciativa de Dom Helvécio



Gomes de Oliveira³⁷, cuja atuação foi decisiva para a rearticulação da presença jesuítica na localidade, reafirmando os vínculos históricos entre a memória religiosa e a identidade municipal.

Com a elevação da antiga aldeia à categoria de vila e, posteriormente, de vila à condição de cidade, estruturou-se progressivamente a organização administrativa e territorial do município. A criação de distritos constituiu medida fundamental para a consolidação do poder local, possibilitando a instalação de cartórios de ofícios e de registros civis, elementos indispensáveis à formalização jurídica das relações sociais e à ordenação do espaço administrativo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1892, já havia a formação de distritos oficialmente constituídos no o município

37 Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1876–1960) e Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1874–1955), naturais de Anchieta (ES), foram filhos de Maria Mattos de Oliveira (1844–1932) e José Gomes de Oliveira (século XIX–1887), família de expressiva relevância histórica, religiosa e educacional para o município. Dom Helvécio, formado em instituições no Brasil e na Europa, com estudos em Roma, destacou-se como Bispo de São Luís do Maranhão e, posteriormente, Arcebispo Metropolitano de Mariana (MG), desenvolvendo importantes ações nas áreas administrativas, educacional, cultural e urbana em Anchieta-ES, como a fundação de instituições de ensino e a valorização do patrimônio religioso local e a edificação da sede própria da Câmara e posteriormente da prefeitura Municipal de Anchieta-ES. Seu irmão, Dom Emanuel, educado em colégios salesianos, teve atuação marcante na área educacional, sendo Bispo de Goiás e, posteriormente, seu primeiro Arcebispo, além de responsável pela criação de diversas instituições de ensino e pela consolidação da Universidade Católica de Goiás, o que lhe conferiu o título de “Bispo da Instrução”. Ambos contribuíram também para iniciativas religiosas e culturais em Anchieta, como a idealização de monumentos e instituições educacionais. Seus pais, por sua vez, exerceram papel fundamental na formação moral, religiosa e educacional da família: Maria Mattos destacou-se pela forte religiosidade e dedicação à educação dos filhos, enquanto José Gomes de Oliveira atuou como agricultor, militar da Guarda Nacional e agente do desenvolvimento local. Tal trajetória familiar evidencia a inter-relação entre fé, educação e organização social no contexto histórico de Anchieta (ES). Fonte: Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, Anchieta (ES).



de Anchieta. Tal estrutura administrativa articulava-se ao contexto mais amplo de reorganização territorial da Província, posteriormente denominado Estado do Espírito Santo, sobretudo, no período de intensificação dos fluxos migratórios, especialmente, com a chegada de imigrantes europeus à antiga Vila Nova de Benevente, então pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Assunção.

Figura 41 - Primeiro brasão do município de Anchieta-ES (1892).

Primeiro brasão do município de Anchieta-ES, datado de 1892, localizado no frontão do edifício da antiga Câmara Municipal de Anchieta-ES. Ilustração em aquarela produzida com o uso de inteligência artificial, orientada pelo autor, com base na descrição oficial do brasão, conforme o Decreto nº 20, de 23 de dezembro de 1901. Ressalta-se que a denominação “Benevente”, originalmente presente no brasão, foi posteriormente substituída por “Anchieta”, em referência à elevação da localidade à categoria de cidade, ocorrida em 2 de dezembro de 1887.



Fonte: Elaboração do autor, 2026, com base no Decreto nº 20, de 23 de dezembro de 1901.

Conforme registro histórico disponibilizado pelo IBGE, pela Lei Municipal de 07 de dezembro de 1892 foram criados os distritos de Iiritiba e Jabaquara, ambos anexados ao município. Na divisão administrativa de 1911, o território municipal era composto por três distritos: Benevente, Iiritiba e Jabaquara. Posteriormente, por meio da Lei Municipal n.º 1.307, de 30 de dezembro de 1921, o município de Benevente foi rebatizado como Anchieta.



Figura 42 - Conjunto arquitetônico colonial do século XIX, com residências em pedra e cal, pau a pique e coberturas em telhas francesas e coloniais; ao centro, a primeira Câmara Municipal de Anchieta (ES), posteriormente sede da Prefeitura e atual Casa da Cultura Angelina Lopes Assad. Registro fotográfico (1946). Aquarela, 2026, gerada por inteligência artificial a partir de fotografia em preto e branco, sob orientação do autor.



Fonte: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Importa destacar, entretanto, que a elevação da então vila à categoria de cidade ocorreu anteriormente, em 02 de dezembro de 1887, durante sessão solene da Câmara Municipal, ocasião em que foi executada a Lei n.º 6, de 12 de agosto de 1887. Esse ato legal não apenas consolidou a elevação administrativa, como também atribuiu à localidade a denominação de Anchieta, em homenagem ao Padre José de Anchieta.

Na divisão administrativa de 1933, o município passou a ser constituído pelos distritos de Anchieta (anteriormente Benevente), Iiritiba e Jabaquara, configuração que se manteve nas delimitações territoriais de 31 de dezembro



de 1936 e 31 de dezembro de 1937. Tal organização administrativa permaneceu inalterada no quadro territorial vigente, entre 1944 e 1948, bem como nas divisões estabelecidas em 1º de julho de 1955 e 1º de julho de 1960.

Posteriormente, conforme disposto no Artigo n.º 235 da Lei Orgânica Municipal, o distrito de Iiritiba passou a denominar-se Alto Pongal. Desse modo, na divisão territorial de 1995, o município passou a ser composto pelos distritos de Anchieta, Alto Pongal (ex-Iiritiba) e Jabaquara, mantendo essa configuração até o ano de 2017 (IBGE, Histórico do Município de Anchieta-ES).

A permanência desses três distritos ao longo de sucessivas reorganizações administrativas evidencia uma notável estabilidade territorial, ao mesmo tempo em que revela processos de ressignificação toponímica, como no caso de Iiritiba, posteriormente denominado Alto Pongal. Essas alterações não devem ser compreendidas apenas como mudanças formais de nomenclatura, mas como expressões de transformações socioculturais e identitárias, vinculadas à dinâmica demográfica, à presença da imigração e à consolidação das comunidades locais.

A organização distrital, nesse sentido, representou não apenas um mecanismo de administração burocrática, mas também um instrumento de integração territorial e de afirmação política do município no contexto estadual. Ao institucionalizar seus distritos, Anchieta consolidava sua estrutura jurídico-administrativa, fortalecendo as bases do poder municipal e acompanhando o movimento mais amplo de modernização administrativa, o qual marcou a transição do período do Império para a República.



Nesse mesmo contexto de reorganização administrativa e de ordenamento do espaço urbano, outras demandas públicas passaram a ocupar a pauta das autoridades locais, dentre elas, a necessidade de criação de um local adequado para os sepultamentos. A organização de um espaço específico, destinado às práticas funerárias na antiga Vila Nova de Benevente, constituiu uma preocupação recorrente das autoridades civis e eclesiásticas ao longo do século XIX. Até as últimas décadas daquele período, os enterramentos eram realizados no denominado Campo Santo, localizado no pátio interno da antiga residência dos padres e irmãos jesuítas, espaço contíguo ao conjunto da Igreja Matriz.

As limitações estruturais desse local já eram apontadas em documentos da época, como em carta encaminhada ao Governo da Província, no ano de 1866, em que o vigário da freguesia, Padre Manoel Pires Martins, relatou as condições precárias do cemitério³⁸ então existente, descrevendo-o como uma área circunscrita pelas paredes do antigo convento e por uma das paredes da matriz, medindo aproximadamente setenta e seis palmos de comprimento por cinquenta e cinco de largura.

Segundo o religioso, o espaço comportava cerca de oitenta sepulturas e, quando estas se encontravam ocupadas por sepultamentos recentes, os enterramentos eram realizados no adro da igreja. O vigário ainda ressaltou que, além de

*38 A preocupação humana com o destino dos mortos remonta aos períodos mais remotos da história. Conforme observa Maria Encarnação Beltrão Sposito, ainda no período paleolítico — marcado pelo nomadismo e pela ausência de fixação permanente do homem ao território — já se identificam manifestações de respeito e cuidado com os mortos, evidenciadas pela criação de locais destinados ao sepultamento. Segundo a autora: “os mortos foram os primeiros a ter uma moradia permanente: uma caverna, uma cova assistida por um monte de pedras, um túmulo coletivo (...) a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos”. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 12.*



exíguo, o local encontrava-se exposto à irreverência pública e à entrada de animais, que ali buscavam abrigo contra as intempéries, situação que evidenciava a necessidade urgente de providências para a criação de um cemitério apropriado.

Figura 43 - Ilustração produzida por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026. Representação dos espaços destinados aos sepultamentos ao longo do tempo. A primeira imagem retrata a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, datada do século XVI até a segunda metade do século XIX. A segunda imagem apresenta o espaço em configuração posterior, com registro fotográfico de 1901. A terceira imagem, datada de 1932, evidência a presença da capela mortuária, onde se encontra sepultada Dona Maria Mattos de Oliveira.



Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad. Imagens antigas de Anchieta-ES. Acesso em: 19 de março de 2026.

Diante dessas dificuldades, ao longo das décadas seguintes intensificaram-se as discussões acerca da implantação de um cemitério público definitivo para a localidade. Já em 1881 cogitava-se a construção de um novo espaço funerário, precedida da análise de área considerada adequada para tal finali-



dade. Essa iniciativa ganhou encaminhamento formal na 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Benevente, realizada em 4 de março de 1886, sob a presidência do vereador Hermes J. A. Rangel, quando foi instituída uma comissão técnica encarregada de emitir parecer sobre a viabilidade da instalação do cemitério público na chamada Chácara do Perereca.

A comissão foi composta pelo Dr. Heliodoro José da Silva, pelo agrimensor Augusto Roberto Wallerstein Pacca e por Ludovico Francisco de Paula, conforme registrado na Ata da sessão e divulgado no periódico *Regeneração – Órgão Municipal*, publicado em Benevente em 7 de março de 1886.

Como resultado desse processo administrativo e deliberativo, iniciaram-se em 1895 as obras de construção do Cemitério Municipal da cidade de Anchieta, inaugurado no ano seguinte, 1896, momento em que cessaram os sepultamentos no antigo Campo Santo. No interior do novo cemitério encontra-se ainda a capela mortuária particular, onde repousam os restos mortais de Dona Maria Mattos, mãe de Dom Helvécio Gomes de Oliveira e Dom Emanuel Gomes de Oliveira, personagens de grande relevância na história religiosa brasileira.

Ao longo do século XX, o município de Anchieta, no litoral sul do Estado do Espírito Santo, passou por importantes transformações institucionais, urbanas e educacionais, que contribuíram para a consolidação de sua estrutura administrativa e para a ampliação de seus serviços públicos. Nesse processo, destacam-se iniciativas voltadas à organização das instituições civis, ao fortalecimento da educação e à implantação de equipamentos urbanos que acompanharam o desenvolvimento social e cultural da cidade.



No contexto administrativo e institucional, destaca-se a inauguração da Delegacia Civil, nas primeiras décadas do século XX, como marco relevante para a estruturação da segurança pública no plano local. Nesse contexto, o edifício que atualmente abriga a Casa da Cultura Angelina Lopes Assad desempenhou múltiplas funções ao longo da história administrativa do município. Construído nas primeiras décadas do século XX, o imóvel sediou, entre 1928 e 1990, a Intendência Municipal e a Câmara de Vereadores, além de configurar-se como espaço de sociabilidade, sendo amplamente utilizado para a realização de bailes e eventos festivos.

Figura 44 - Casa da Cultura Angelina Lopes, Anchieta-ES. Assentada no centro histórico do município de Anchieta-ES.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Posteriormente, o edifício passou a abrigar a sede do Poder Executivo do Município, consolidando-se como a primeira Prefeitura de Anchieta e afirmando-se como um dos principais marcos patrimoniais edificados no local, cumprindo salientar que a institucionalização da figura do prefeito no Brasil ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas, no contexto das reformas político-administrativas do período, formalizadas por meio do Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, que reorganizou a administração municipal brasileira, substituindo gradativamente a estrutura das intendências pelo modelo executivo centrado na figura do prefeito.

Nesse sentido, a trajetória funcional do referido edifício expressa, de forma material, as transformações institucionais ocorridas no país ao longo do século XX, refletindo a transição das formas de administração local e reafirmando sua relevância no conjunto do patrimônio histórico-cultural do município.

No campo educacional e religioso, um acontecimento significativo ocorreu em 24 de fevereiro de 1932, quando, a convite de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, chegaram à cidade as primeiras Irmãs Carmelitas da Congregação da Divina Providência, oriundas de Mariana, em Minas Gerais. A presença das religiosas tinha como objetivo a fundação de um estabelecimento de ensino destinado à formação educacional feminina.

A instituição recebeu inicialmente o nome de Colégio Dom Emanuel, em homenagem a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, irmão de Dom Helvécio. Posteriormente, passou a denominar-se Colégio Maria Mattos de Oliveira, em memória de Dona Maria Mattos, falecida em 24 de março de 1932. Conside-



rado um marco na história da educação regional, o colégio tornou-se uma das primeiras instituições de ensino feminino, em regime de internato no Estado do Espírito Santo, acolhendo alunas provenientes não apenas de Anchieta, mas também de outras localidades capixabas.

Figura 45 - Ilustração em aquarela gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026, a partir de fotopintura. Retrata Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Maria Mattos de Oliveira e Dom Emanuel Gomes de Oliveira.



Fonte: Jornal A Gaivota. 1844–1944. Homenagem a D. Maria Mattos de Oliveira no primeiro centenário de seu nascimento.

Nos primeiros anos de funcionamento, o colégio instalou-se provisoriamente nas imediações da Fazenda de São Martinho, reunindo já nas primeiras turmas dezenas de estudantes. Entre 1932 e 1936, a direção da instituição esteve sob a responsabilidade da Madre Maria do Carmo, que deu continuidade ao trabalho educacional iniciado pela Madre Zélia. O desenvolvimento institucional do colégio culminou com o lançamento da pedra fundamental de sua sede definitiva, em 12 de junho de 1938, cuja construção se estendeu até o ano de 1940.



O Colégio Maria Mattos de Oliveira foi fundado pelos beneméritos Dom Helvécio Gomes de Oliveira e seu irmão, Dom Emanuel Gomes de Oliveira. A inauguração do novo edifício ocorreu no mesmo ano, em meio às comemorações do IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, reforçando os vínculos históricos entre Anchieta e a tradição jesuítica. Cabe recordar que, alguns anos antes, em 1934, o município já havia celebrado o IV Centenário do Nascimento de São José de Anchieta, ocasião em que foi instituído o feriado municipal, em 19 de março, sendo por decreto, em 02 de outubro de 1963, durante a administração do prefeito Moacyr Carone Assad (in memoriam).

Ainda no campo educacional, merece destaque a criação do Grupo Escolar Coronel Gomes de Oliveira, cuja fundação foi iniciativa de Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Em 26 de abril de 1936, foi lançada a pedra fundamental da instituição, destinada inicialmente à educação dos meninos da cidade. O nome do grupo escolar homenageava José Gomes de Oliveira, pai de Dom Helvécio, que possuía a patente de tenente-coronel. Após funcionar provisoriamente em diferentes locais, o estabelecimento ganhou sede própria e foi oficialmente inaugurado em 12 de junho de 1938, na Praça da Bandeira, no centro da cidade, em cerimônia que contou com a presença de autoridades civis, militares e religiosas, além de numerosos moradores da comunidade anchietense.

Outro empreendimento relevante para o desenvolvimento urbano e social da cidade foi a construção do Hotel Anchieta, em 1940, também idealizado por Dom Helvécio Gomes de Oliveira. O estabelecimento foi concebido com a finalidade de hospedar famílias de alunas internas do Colégio Maria



Mattos, bem como visitantes que se deslocavam à cidade por motivos administrativos, judiciais ou religiosos. Em 1950, o hotel foi adquirido por Thiago Bezerra Leite, em negociação viabilizada com o apoio de Maneco Duarte, que financiou o empreendimento.

A partir de então, o hotel passou a ser administrado pela família Bezerra Leite, que desempenhou papel relevante na recepção de autoridades e visitantes, além de sediar eventos sociais e cerimônias importantes da sociedade local. Destacava-se, à época, pelo requinte de suas instalações e pela qualidade de seus serviços, tornando-se referência de hospitalidade na região.

No campo da preservação histórica, outro acontecimento significativo ocorreu em 1943, quando o Complexo Arquitetônico Jesuítico de Reritiba, atual Santuário Nacional de São José de Anchieta, foi oficialmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob o processo nº 229-T-40, com registro na seção do Livro do Tombo Histórico. O conjunto arquitetônico, erguido no século XVI sob a liderança do padre José de Anchieta, com a participação de indígenas Tupiniquins da antiga Aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Reritiba, passou então a ser reconhecido como monumento histórico, artístico e arquitetônico de relevância nacional.

No que se refere às formas de mobilidade e transporte na região, até meados da década de 1940 o deslocamento entre as margens da foz do rio Benevente e outras localidades litorâneas era realizado por meio de embarcações tradicionais, como pirogas, sumacas e balsas, pequenas embarcações adaptadas à navegação costeira e fluvial.



Figura 46 - Pintura a óleo sobre tela intitulada *Vista panorâmica da cidade de Anchieta*, 1941. Fotografia: Ivan Petri Florentino, 2023.



Fonte: Museu Nacional de São José de Anchieta, Centro de Documentação Pe. Murillo Moutinho, S.J., Anchieta-ES, Santuário Nacional de São José de Anchieta.

Esse cenário começou a se transformar a partir da construção de infraestruturas viárias. Em 16 de novembro de 1952, foi inaugurada a primeira ponte, ligando as margens do Rio Benevente, denominada Ponte Cônego Barros, em homenagem ao Cônego Raymundo Pereira de Barros, primeiro padre diocesano a exercer o cargo de prefeito do município, entre os anos de 1948 e 1950. Na ocasião da inauguração, ocupavam cargos de destaque o presidente da República Getúlio Vargas, o governador do Espírito Santo José dos Santos Neves e o prefeito municipal Jairo da Rocha Pimentel.

No início da década de 1950, iniciativas empreendedoras também contribuíram para ampliar as possibilidades de integração regional. Percebendo as dificuldades enfrentadas pela população em relação ao trans-



porte público, Thiago Bezerra Leite implantou, em 1953, uma linha de transporte conhecida como “jardineiras”, que estabelecia ligação entre a capital Vitória e a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, passando por Anchieta. Posteriormente, o sistema foi modernizado com a substituição das jardineiras por ônibus, originando a Empresa Denicoli, nome escolhido em homenagem à sua esposa. Tal iniciativa contribuiu significativamente para facilitar o acesso da população a serviços médicos, administrativos e educacionais, favorecendo o crescimento urbano e o desenvolvimento socioeconômico do município.

Dados demográficos indicam que, no Censo de 1960, o município de Anchieta possuía 9.962 habitantes, número que se ampliaria nas décadas seguintes. No mesmo ano ocorreu o falecimento de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, figura de grande relevância para a história religiosa e educacional da cidade. Em 1963, por meio da Lei nº 1.919, de 31 de dezembro, o Estado do Espírito Santo passou por nova reorganização administrativa, passando a contar com 53 municípios e 200 distritos.

Na década de 1960, Anchieta também foi palco de eventos religiosos de repercussão nacional. Em 9 de junho de 1965, o município recebeu a visita do Núncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastião Baggio, durante as celebrações da festa dedicada ao Venerável Padre José de Anchieta. Na ocasião, autoridades civis e religiosas formalizaram um pedido pela beatificação e canonização do chamado Apóstolo do Brasil. No mesmo dia foi inaugurado o Museu Nacional Padre José de Anchieta, instalado no complexo arquitetônico jesuítico. Posteriormente, em 22 de junho de 1980, em Roma, ocorreu a cerimônia de beatificação de José de Anchieta, presidida



pelo Papa João Paulo II (posteriormente canonizado como São João Paulo II), na presença do Superior-Geral da Companhia de Jesus, Padre Pedro Arrupe, além de diversas autoridades civis e religiosas.

O crescimento demográfico do município prosseguiu nas décadas seguintes. Conforme dados do Censo de 1970, Anchieta contava com 11.352 habitantes, refletindo um gradual processo de expansão urbana e de desenvolvimento econômico. Nesse período, o município preparava-se para receber a empresa Samarco Mineração S.A., cuja instalação em território anchietense foi oficializada no ano de 1977.

Nesse contexto, a cidade de Anchieta-ES passou a receber trabalhadores oriundos de outras regiões, especialmente mineiros, atraídos pelas oportunidades de trabalho oferecidas pela mineradora. Diante dessa demanda, tornou-se necessária a criação de espaços destinados à moradia desses trabalhadores, sendo implantada a denominada Vila Residencial Samarco. Atualmente, essa área encontra-se inserida em zona urbana, dotada de pavimentação asfáltica e infraestrutura consolidada.

Importa destacar que, anteriormente, o local era caracterizado por vegetação nativa de restinga, associada à presença de coqueirais e de espécies frutíferas nativas, além de situar-se nas imediações do Rio Una, que deságua no mar. Nesse ecossistema, observava-se a ocorrência de recursos naturais, como peixes, caranguejos e guaiamuns, além de aves e de outros animais silvestres, compondo um ambiente de significativa relevância ecológica e de subsistência para as populações locais. A área integrava a região da Ponta dos Castelhanos, território historicamente vinculado à ancestralidade indígena Tupiniquim.



Figura 47 - Cidade de Anchieta, Espírito Santo. Ilustração em aquarela gerada por inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026, a partir de cartão-postal do artista Álvaro Conde (1939), intitulado Canto da Praia e parte nova da cidade.



Fonte: Acervo particular, Anchieta-ES, 2026.

Na cultura popular, o bairro permaneceu na memória coletiva com a denominação de “Vila Rica”, expressão que evidencia processos de apropriação social e de ressignificação do espaço. No âmbito do patrimônio cultural, os edifícios públicos construídos ao longo do século XX constituem importantes testemunhos materiais da trajetória histórica do município. Essas construções, que abrigaram instituições administrativas, educacionais e religiosas, configuram-se como expressões significativas do patrimônio edificado, entendido como conjunto de bens materiais que preservam as marcas das práticas sociais, políticas e culturais de uma comunidade ao longo do tempo.



No início do século XXI, o município de Anchieta continuou a ampliar e a consolidar suas instituições públicas, acompanhando o crescimento urbano e administrativo da cidade. Nesse contexto, destaca-se a inauguração da nova sede da Câmara Municipal de Anchieta, em junho de 2009, resultado de um projeto idealizado durante a legislatura 2004–2008, período em que presidia o Poder Legislativo o vereador Jocelém Gonçalves de Jesus (in memoriam).

Com a nova sede própria, o plenário passou a receber a denominação de Urias Simões dos Santos, em homenagem a uma personalidade de relevância para a história política local. Tal conquista representou um marco institucional para o legislativo municipal, considerando que, ao longo de sua trajetória, a Câmara funcionou por sessenta e sete anos no antigo Paço Municipal, entre 1928 e 1995, edifício que posteriormente também sediou a Prefeitura Municipal de Anchieta. Somente em 1995 o poder executivo passou a ocupar sede própria, no atual Centro Administrativo Edival José Petri, localizado na Rodovia do Sol.

No contexto da consolidação da devoção popular e do reconhecimento oficial pela Igreja Católica Apostólica Romana, destaca-se que, em 3 de abril de 2014, o Papa Francisco, membro da Companhia de Jesus, canonizou o Beato José de Anchieta por meio do processo denominado equipolente, fundamentado no conjunto de sua trajetória, virtudes e obras, conferindo-lhe o título de Santo e reconhecendo-o como o “Apóstolo do Brasil”. Tal modalidade de canonização dispensa a comprovação formal de milagres, considerando a relevância histórica e espiritual já amplamente reconhecida pela tradição e pela fé dos fiéis.



Figura 48 - Imagem de São José de Anchieta, localizada no Santuário Nacional de São José de Anchieta, Anchieta-ES. Fotografia de Ivan Petri Florentino (2024), com ilustração em aquarela gerada por inteligência artificial (IA) sob orientação do autor, 2026.



Em continuidade a esse processo de reconhecimento e de fortalecimento de sua devoção, no ano de 2015, durante a 53ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), São José de Anchieta foi proclamado Co-Padroeiro do Brasil, juntamente com Nossa Senhora Aparecida. Esses marcos evidenciam não apenas a institucionalização de seu culto, mas também a permanência de sua memória no contexto religioso e cultural brasileiro.



Na esfera da preservação do patrimônio histórico e cultural, merece destaque o processo de restauração e readequação da Casa da Cultura do município, iniciado em 9 de junho de 2008, data em que também se comemorava o Dia Nacional de São José de Anchieta. O edifício, construído nas primeiras décadas do século XX, passou por um cuidadoso processo de recuperação arquitetônica, que buscou preservar e valorizar os elementos artísticos de sua composição estética, marcada pelo estilo eclético.

Durante as intervenções foram restaurados diversos elementos originais do prédio, dentre eles o Brasão do município, localizado no frontão da edificação; além da descoberta de pinturas em afresco no friso do segundo pavimento, apresentando as cores da bandeira municipal — vermelho, branco e verde.

Após a conclusão das obras, o espaço passou a denominar-se Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, em homenagem à professora, musicista, teatraloga e compositora que se destacou pela intensa atuação na vida cultural da cidade, incentivando a formação musical e teatral de gerações de jovens anchietenses.

O reconhecimento institucional do espaço cultural ampliou-se nos anos seguintes. Em 4 de abril de 2022, a Casa da Cultura Angelina Lopes Assad passou a integrar o Cadastro Nacional de Museus, sistema vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal ligada ao Ministério do Turismo. O registro foi efetuado sob o Código Identificador nº 6.45.13.1691, atendendo aos critérios estabelecidos pelo Estatuto de Museus (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009), instrumento jurídico que regulamenta a organização e o funcionamento das instituições museológicas no Brasil.



A valorização do patrimônio histórico municipal avançou ainda mais em 2024, quando foi homologada a Resolução nº 01, de 15 de outubro de 2024, do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Anchieta (COMCULT), que aprovou o tombamento definitivo do imóvel público onde funciona a Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, bem como de todo o seu acervo museológico.

A decisão foi oficializada pelo Decreto nº 6.582, de 4 de novembro de 2024, passando o bem cultural a contar com proteção legal do patrimônio municipal. O tombamento incluiu também o inventário de aproximadamente 168 objetos de bens móveis, reconhecidos como parte integrante da memória histórica e cultural do município.

Em continuidade às políticas de preservação do patrimônio cultural local, foi igualmente reconhecido o valor histórico do antigo Hotel Anchieta, importante referência da memória urbana da cidade. Por meio do Decreto nº 6.726, de 7 de janeiro de 2026, foi homologada a Resolução nº 01, de 14 de novembro de 2025, também aprovada pelo COMCULT, que determinou o tombamento definitivo do imóvel atualmente denominado Centro Cultural Thiago Bezerra Leite, preservando assim um dos espaços emblemáticos da sociabilidade e da hospitalidade na história do município.

Além do patrimônio material, representado por seus edifícios históricos, a cidade de Anchieta preserva igualmente relevantes expressões do patrimônio cultural imaterial, que se manifestam por meio de lendas, tradições e práticas populares transmitidas ao longo das gerações. Entre essas manifestações, destaca-se a Jaraguá, figura tradicional do imaginário cultural local, cuja origem remonta aos saberes ancestrais dos povos originários que habitavam a antiga Aldeia de Reritiba, especialmente os Tupiniquins.



Figura 49 - Indumentária da Jaraguá. Acervo de Museologia da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, Anchieta-ES. Fotografia de Ivan Petri Florentino (2026), com ilustração em aquarela gerada por inteligência artificial (IA) sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, Anchieta-ES, 2026.

Associada às narrativas históricas desse território, a palavra Jaraguá possui origem na língua Tupi e pode ser interpretada como “senhor do vale”, sendo também popularmente conhecida como “o bicho que pega”. Trata-se, portanto, de um conhecimento ancestral, o qual integra o universo simbólico indígena, posteriormente ressignificado ao longo do processo histórico.

A tradição oral indica que essa narrativa foi incorporada, em certa medida, ao processo de inculturação promovido pelos missionários jesuítas, que utilizaram elementos simbólicos e narrativos das culturas indígenas como estratégia pedagógica no contexto da catequese, promovendo adaptações e novos significados às práticas culturais locais.



A representação da Jaraguá manifesta-se por meio de uma indumentária característica, tradicionalmente confeccionada com musgo retirado do manguezal, associada ao uso de máscara ou cabeça de animal, geralmente de cavalo ou burro. Na contemporaneidade, a figura tornou-se parte integrante das festividades populares do município, especialmente durante o período carnavalesco, quando personagens caracterizados percorrem as ruas da cidade, interagindo com o público e mesclando elementos de temor simbólico, ludicidade e pertencimento cultural.

A compreensão dessas manifestações culturais permite reconhecer o passado como elemento fundamental para a construção da identidade social de uma comunidade. A história, nesse sentido, constitui um campo de interpretação das experiências humanas ao longo do tempo, revelando processos, permanências e transformações que marcam a trajetória de uma sociedade. A memória social e cultural torna-se, assim, um elemento essencial para a preservação das referências simbólicas e materiais que constituem o patrimônio histórico de uma cidade. Nesse sentido, a Educação Patrimonial assume papel fundamental na valorização dessas referências culturais, ao possibilitar que indivíduos e comunidades compreendam o significado histórico de seus bens culturais e reconheçam sua importância para a construção da identidade coletiva. Por meio desse processo educativo, torna-se possível fortalecer o sentimento de pertencimento e incentivar práticas de preservação que assegurem a continuidade da memória histórica das comunidades.

Nessa abordagem, os patrimônios históricos e culturais configuram-se como instrumentos fundamentais para uma Educação Patrimonial voltada ao resgate da memória afetiva, permitindo que os sujeitos estabeleçam vínculos simbólicos e emocionais com o passado e com os lugares de sua vivência.



Figura 50 - Vista urbana com inserção do mar no espaço urbano de Anchieta-ES. Neste contexto, destacam-se a Rua Costa Pereira e a Rua Francisco Lacerda. Observa-se, ainda, a presença de um poste de iluminação e da residência de Dona Rosinha, assim conhecida popularmente. Fotografia de 1901. Releitura em ilustração gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Disponível em: <http://www.culturamaratimba.blogspot.com>. Acesso em: 19 mar. 2026.

A reflexão sobre memória e patrimônio cultural constitui, portanto, elemento essencial para a compreensão dos processos históricos que moldam a identidade de uma sociedade. Conforme assinala Jacques Le Goff, a memória coletiva representa um dos pilares estruturantes das sociedades, pois é por meio dela que os grupos humanos constroem referências simbólicas, capazes de estabelecer vínculos entre passado, presente e futuro. A memória, nesse sentido, não se limita à simples recordação de acontecimentos pretéritos, mas configura-se como um campo dinâmico de significados, no qual se preservam e se reinterpretem os testemunhos da experiência humana ao longo do tempo.

Françoise Choay, ao refletir sobre a constituição do patrimônio na modernidade, destaca que os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, assumem a função de mediadores entre as gerações, permitindo que os vestígios



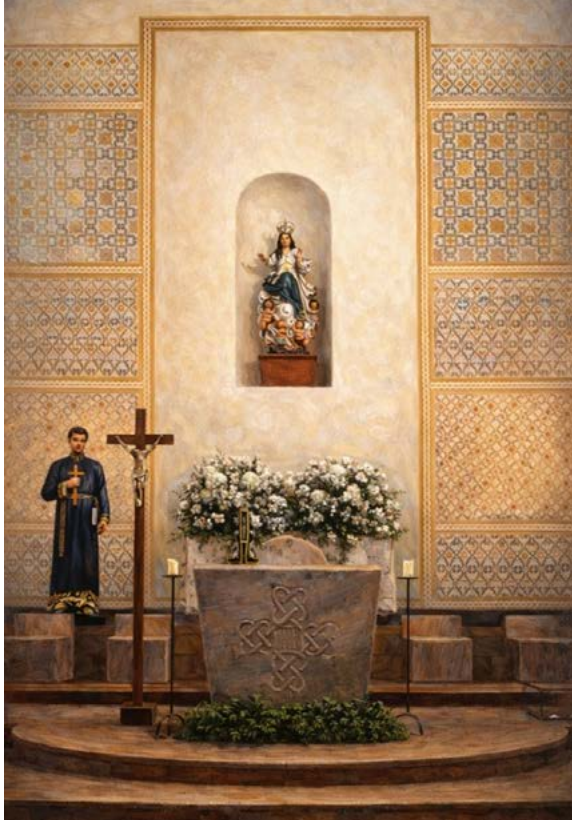
do passado permaneçam como referências vivas no espaço social do presente. Assim, a preservação do patrimônio histórico e cultural ultrapassa a dimensão da conservação física dos monumentos, constituindo-se também como um processo de valorização da memória social e de reconhecimento das trajetórias coletivas que deram origem às comunidades contemporâneas.

A contribuição teórica de Lev Vygotsky permite compreender que o indivíduo se constitui de forma indissociável do meio histórico e cultural em que está inserido. Para o sociólogo, o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural, sendo a aprendizagem um processo que se estrutura nas relações estabelecidas entre os sujeitos e o contexto sociocultural. E nessa perspectiva, a construção do conhecimento e da identidade está diretamente vinculada às experiências históricas compartilhadas, o que reforça a relevância da Educação Patrimonial como prática formativa que integra memória, cultura e formação social.

Inserida nesse contexto, a cidade de Anchieta apresenta uma configuração sociocultural marcada pela diversidade. O município possui sessenta (60) comunidades, distribuídas entre as áreas do interior, da sede e do litoral, cada qual portadora de especificidades etnológicas, as quais expressam diferentes trajetórias históricas. Tais singularidades, contudo, convergem para a constituição de uma identidade coletiva que fundamenta o reconhecimento da cidade como “Cidade Relíquia”. Esse tecido social é constituído por múltiplas heranças ancestrais, destacando-se as matrizes indígena, afrodescendente, luso-brasileira e ítalo-brasileira, cujas influências permanecem vivas nas práticas culturais, nos saberes tradicionais e nos costumes cotidianos. Assim, o patrimônio local manifesta-se tanto em sua dimensão imaterial quanto no conjunto edificado, histórico e cultural.



Figura 51 - Interior do altar-mor do Santuário Nacional de São José de Anchieta, Anchieta-ES. Pintura em afresco, com influência de pontilhismo indígena, executada com técnica de coloração por meio de tintas de origem mineral (tintas da terra). Fotografia de 2024, de autoria de Ivan Petri Florentino. Ilustração (releitura) gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Acervo particular de Ivan Petri Florentino (2024).

Nessa perspectiva, o estudo da formação histórica do município configura-se como um exercício de análise das diversas camadas de memória que estruturam o território e a cultura local. Tal reflexão orienta o capítulo intitulado “Anchieta-ES: Das Raízes Indígenas à Formação do Povo Anchietaense”, que se



propõe a examinar o processo de constituição social e cultural do município. A análise parte da presença originária dos povos indígenas da antiga Reritiba (Rerigtibá), articulando-se às transformações advindas da atuação missionária jesuítica, do processo de colonização e das dinâmicas sociais desenvolvidas ao longo do tempo. Abaixo um fragmento do “Auto da Assunção”:

(...) Reritiba (Tupiniquim)³⁹

Reritiba, meu país,
aldeia das boas gentes,
mandam-se aqui meus parentes
para ver a Mãe feliz.
Esta igreja nos arrasa
com pintura que enfeitiça
por esta alma, que se abrasa,
deixei ontem minha casa
para aqui ouvir a missa.

Desse modo, busca-se compreender como essas diferentes matrizes históricas contribuíram para a conformação da identidade e da memória coletiva do povo anchietense.

39 Ato IV – Três representantes de tribos apresentam-se para recepcionar e contemplar a Tupansy. Trata-se de um fragmento do Auto do dia em que levaram uma imagem à aldeia de Reritiba, popularmente conhecido como “Auto da Assunção”, de autoria de São José de Anchieta. A obra foi encenada por ocasião da inauguração e dedicação da Missão de Nossa Senhora da Assunção, na aldeia de Reritiba, em 15 de agosto de 1590. Referência: ANCHIETA, José de. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 248. Edição organizada pelo Pe. Viotti.



Capítulo III - Roteiro itinerante como estratégia para educação patrimonial, história e cultura

A Educação Patrimonial constitui-se como um campo interdisciplinar que articula história, cultura, memória e identidade, assumindo papel fundamental na formação crítica dos sujeitos e no fortalecimento do sentimento de pertencimento às comunidades. Nesse contexto, o roteiro itinerante emerge como uma estratégia pedagógica que possibilita a mediação direta entre os sujeitos e os bens patrimoniais, promovendo experiências educativas ancoradas no território, na vivência e na leitura crítica da paisagem histórica e cultural.

O Roteiro Itinerante como Estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura em Anchieta-ES configura-se como um desdobramento do projeto de pesquisa de Mestrado intitulado Anchieta-ES, Cidade Patrimônio: o Ensino da História e Cultura, desenvolvido no âmbito da Universidade do Vale do Cricaré (UNIVC). A proposta fundamenta-se na compreensão de que a Educação Patrimonial constitui um campo formativo capaz de articular história, cultura e território, reconhecendo o ser humano como personagem ativo da história presente. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo demonstrar, por meio da história e da educação patrimonial, a importância de conhecer a diversidade dos bens culturais que envolvem o ser humano, compreendidos



em suas dimensões materiais e imateriais, enquanto expressões das relações sociais, dos modos de vida e das experiências históricas construídas ao longo do tempo no município de Anchieta, sul do Espírito Santo.

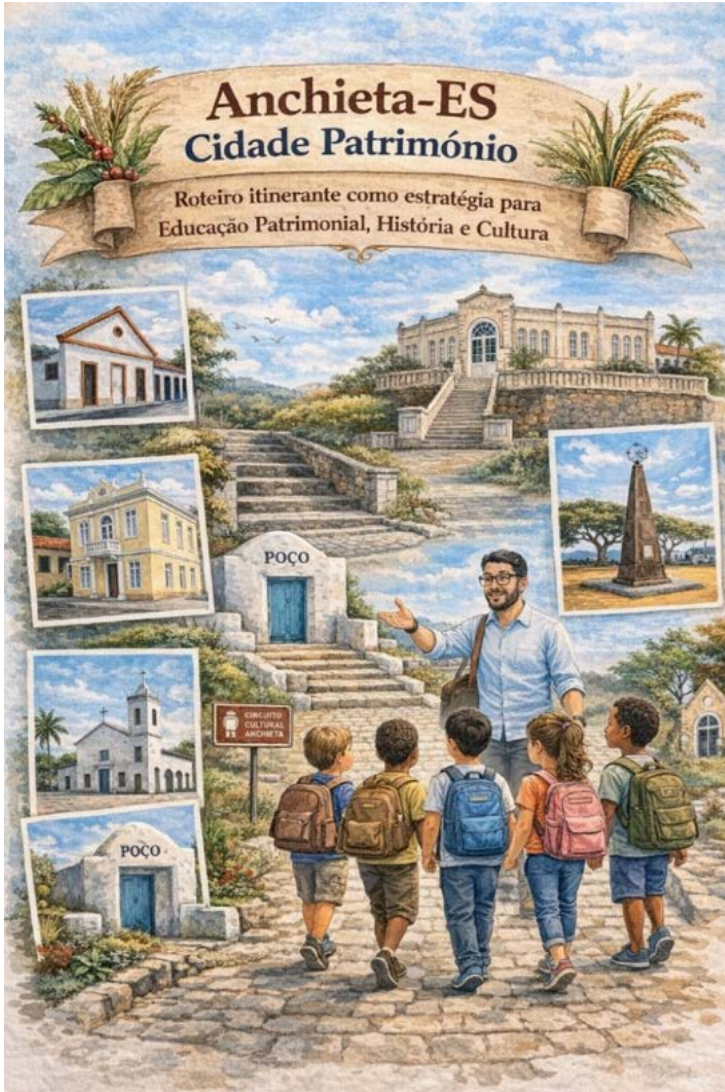
A pesquisa parte da seguinte problemática: quais mecanismos podem ser utilizados para que a sociedade de Anchieta reconheça o patrimônio histórico e cultural como parte do meio educacional, promovendo pertencimento e memória afetiva por meio da Educação Patrimonial? Como resposta a essa questão, propõe-se a elaboração de um roteiro itinerante voltado à Educação Patrimonial, concebido como instrumento pedagógico para fomentar a preservação, a identidade sociocultural e a valorização do legado histórico local.

O Roteiro Itinerante como Estratégia para a Educação Patrimonial, Histórica e Cultural, proposto para a cidade de Anchieta, parte da necessidade de conhecer, interpretar e valorizar a história local por meio de seus patrimônios históricos e culturais. Propõe-se um material de apoio didático-pedagógico, destinado aos professores da educação básica, como subsídio metodológico para o ensino-aprendizagem, tendo a Educação Patrimonial como eixo estruturante.

Ao utilizar a historiografia de Anchieta como itinerário formativo, o roteiro articula fontes históricas diversas - monumentos, documentos, manifestações culturais, artes e personagens - como estratégias de um processo de ensino-aprendizagem orientado para as futuras gerações. Trata-se de um contributo para a formação de sujeitos históricos críticos, conscientes e comprometidos com a salvaguarda do patrimônio cultural.



Figura 52 - Ilustração gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026. Representação dos patrimônios históricos e culturais que integram o roteiro itinerante como estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura.



Fonte: Autor, 2026, Anchieta-ES.

Educação Patrimonial e a contribuição de Maria de Lourdes Horta

Figura 53 – Ilustração dos ramos de café e cana-de-açúcar, representativos da base agrícola da antiga Vila Nova de Benevente e do município de Anchieta-ES no início do século XX, presentes no Brasão municipal (1892) e no frontão da Casa de Cultura Angelina Lopes Assad. Imagem gerada por inteligência artificial, sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Autor, 2026, Anchieta-ES.

Maria de Lourdes Parreiras Horta⁴⁰, constitui uma das principais referências no campo da Educação Patrimonial no Brasil, sendo responsável por sistematizar conceitos e metodologias que contribuíram para a consolidação dessa área no âmbito educacional e cultural. Para a autora, a Educação Patrimonial

40 Maria de Lourdes Parreiras Horta, museóloga, educadora e pesquisadora, é uma das principais referências no campo da Educação Patrimonial no Brasil, tendo contribuído significativamente para a consolidação teórica e metodológica dessa área, especialmente no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Destaca-se sua obra Guia básico de educação patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), que apresenta os fundamentos conceituais e práticos dessa metodologia, orientando professores, estudantes e profissionais na utilização dos bens culturais e do meio ambiente histórico como fontes de conhecimento. A partir de experiências desenvolvidas em diferentes contextos do país, o guia propõe estratégias para a identificação, valorização e apropriação do patrimônio cultural, evidenciando seu potencial como instrumento pedagógico e de formação cidadã, bem como sua inserção nos currículos da educação formal.



deve ser compreendida como um processo educativo contínuo, sistemático, interdisciplinar e participativo, que utiliza o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, possibilitando a construção de sentidos, o fortalecimento da memória social e o exercício da cidadania cultural.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial ultrapassa uma abordagem meramente informativa ou contemplativa dos bens culturais, assumindo um caráter formativo e crítico. Conforme Horta (1999), não se trata apenas de transmitir conteúdos sobre bens tombados, mas de promover a formação de sujeitos capazes de interpretar, problematizar e ressignificar o patrimônio cultural, como produção histórica e social. Assim, o patrimônio deixa de ser entendido como algo estático, passando a ser reconhecido como um campo dinâmico de disputas simbólicas e de construção de identidades.

A autora enfatiza ainda a relevância de práticas pedagógicas que privilegiem a experiência direta com os bens culturais, tais como visitas mediadas, percursos interpretativos e roteiros educativos. Tais estratégias possibilitam a articulação entre teoria e prática, contribuindo para a construção do conhecimento histórico de forma contextualizada e significativa (HORTA, 2000). Nesse sentido, a aprendizagem ocorre por meio da vivência, da observação e da interação com o espaço social e cultural.

Ao ampliar essa discussão, torna-se fundamental dialogar com o pensamento de Edgar Morin, cuja teoria da complexidade contribui para compreender o patrimônio cultural como um fenômeno multidimensional. Morin (2000) defende a necessidade de uma educação que supere a fragmentação do conhecimento, promovendo a articulação entre diferentes saberes. Aplicada à



Educação Patrimonial, essa perspectiva permite compreender o patrimônio não apenas como objeto histórico, mas como um sistema complexo que envolve dimensões culturais, sociais, econômicas, simbólicas e afetivas.

Sob essa abordagem teórica, Jacques Le Goff apresenta importantes reflexões ao destacar a centralidade da memória na constituição das sociedades. Para o autor, a memória não é neutra, mas seletiva e socialmente construída, estando diretamente relacionada aos processos de poder e de identidade. A Educação Patrimonial, ao trabalhar com a memória coletiva, contribui para a valorização de narrativas locais e para a democratização do acesso à história, rompendo com visões hegemônicas e excludentes.

Outro referencial fundamental é Lev Vygotsky, cuja teoria sociointeracionista destaca o papel do meio social na formação do indivíduo. Para Vygotsky (1991), o conhecimento é construído por meio das interações sociais e culturais, sendo mediado pela linguagem e pelas experiências vividas. Nesse sentido, o patrimônio cultural configura-se como um importante mediador no processo educativo, pois possibilita ao sujeito compreender sua inserção histórica e social.

A partir desse diálogo teórico, é possível afirmar que a Educação Patrimonial representa um movimento de transição do conhecimento informal - adquirido nas vivências cotidianas, nas tradições e nas memórias comunitárias - para o conhecimento formal, sistematizado no âmbito escolar e acadêmico. Esse processo não implica a substituição de um pelo outro, mas a integração entre saberes, valorizando as experiências locais e promovendo sua problematização crítica no espaço educativo.



Dessa forma, a Educação Patrimonial consolida-se como um campo interdisciplinar que articula memória, identidade, cultura e educação, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a preservação e valorização do patrimônio cultural.

O conceito de roteiro educativo e sua importância

O roteiro educativo, no contexto da Educação Patrimonial, pode ser definido como um percurso planejado, estruturado e mediado pedagogicamente, que articula diferentes bens culturais - materiais e imateriais - com objetivos educativos previamente definidos. Trata-se de uma estratégia didático-metodológica que possibilita a leitura do território como espaço de produção de sentidos, memórias e identidades.

Historicamente, os roteiros educativos ganham maior relevância no Brasil a partir da década de 1980, no contexto de ampliação das políticas de preservação cultural e de valorização do patrimônio como instrumento pedagógico. Embora o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tenha desempenhado papel importante nesse processo, é fundamental destacar que a consolidação dos roteiros educativos também se dá por meio de práticas pedagógicas inovadoras desenvolvidas em escolas, museus e comunidades.

Autores como Choay (2001) contribuem para essa discussão ao refletirem sobre a construção social do patrimônio e de sua transformação em objeto de valorização cultural. Para Choay o patrimônio é uma invenção moderna, que adquire novos sentidos ao longo do tempo, sendo constantemente reinterpretado pelas sociedades. Nesse sentido, os roteiros educativos



possibilitam essa reinterpretação, ao promover o contato direto com os espaços e os bens culturais.

Do ponto de vista pedagógico, os roteiros educativos dialogam diretamente com a perspectiva de Lev Vygotsky, ao favorecerem a aprendizagem mediada pela experiência e pela interação social. Ao percorrer um território, o estudante não apenas observa, mas interpreta, questiona e constrói significados, estabelecendo relações entre o passado e o presente.

Figura 54 – Ilustração do bairro Porto de Cima, em Anchieta-ES, local onde se situava o núcleo central da antiga Vila Nova de Benevente e da cidade no início do século XX. Ilustração em aquarela, gerada por inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, no ano de 2026, elaborada a partir de fotografia da capa do livro *L'Avventura di Anchieta*, de Armando Cardoso, datada da década de 1980. A imagem representa, nesse contexto, parte dos patrimônios que integram o roteiro proposto.



Fonte: Autor, 2026, Anchieta-ES.



Além disso, ao considerar a teoria da complexidade de Edgar Morin, os roteiros educativos permitem uma abordagem integrada do conhecimento, rompendo com a fragmentação disciplinar e promovendo uma leitura mais ampla e contextualizada da realidade. O território passa a ser compreendido como um sistema complexo, onde diferentes dimensões se inter-relacionam.

Assim, o roteiro itinerante configura-se como uma estratégia fundamental para a Educação Patrimonial, pois possibilita a articulação entre teoria e prática, entre conhecimento formal e informal, e entre sujeito e território. Ao transformar a cidade em espaço educativo, os roteiros contribuem para a construção de uma aprendizagem significativa, crítica e contextualizada.

Fundamentação legal da Educação Patrimonial

Figura 55 – Montagem ilustrativa elaborada pelo autor, composta por patrimônios edificados inseridos na historiografia do município de Anchieta-ES, bem como pela representação do autor no manuseio de fontes documentais. Imagem produzida por meio de inteligência artificial, sob orientação e curadoria do autor, 2026.



Fonte: autor, 2026.



A Educação Patrimonial encontra respaldo em diversos dispositivos legais e normativos, que reconhecem a preservação e a valorização do patrimônio cultural como um direito coletivo e um dever compartilhado entre o Estado e a sociedade. Tal compreensão está intrinsecamente vinculada à noção de cidadania cultural, na qual o acesso, a fruição e a salvaguarda dos bens culturais constituem dimensões fundamentais da vida social.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens de natureza material e imaterial, os quais constituem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Nesse sentido, estabelece-se uma responsabilidade compartilhada entre o poder público e a comunidade na proteção, promoção e transmissão desses bens às gerações futuras, reforçando o princípio da gestão participativa e da corresponsabilidade social.

No campo educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirma a valorização da cultura, da diversidade e das identidades locais como princípios estruturantes do processo de ensino-aprendizagem. Tal diretriz dialoga diretamente com os pressupostos da Educação Patrimonial, ao reconhecer o território, a memória e as práticas culturais como elementos pedagógicos essenciais para a formação crítica e cidadã dos sujeitos. As diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) consolidam a Educação Patrimonial como uma prática estratégica para a preservação dos bens culturais, enfatizando seu caráter formativo, social e político. Essas diretrizes orientam ações educativas que promovem a sensibilização, o reconhecimento e o envolvimento das comunidades na proteção do patrimônio, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos identitários e do pertencimento sociocultural.



Além disso, as Cartas Patrimoniais, como a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1979), constituem referenciais fundamentais no campo da preservação do patrimônio cultural em âmbito internacional. Tais documentos estabelecem princípios, conceitos e diretrizes, que orientam as práticas de conservação, restauração e gestão dos bens patrimoniais, destacando a importância da autenticidade, da integridade e da função social do patrimônio. Essas cartas reforçam, ainda, a necessidade de integração entre preservação, educação e participação social, ampliando a compreensão do patrimônio como um bem coletivo e dinâmico.

Nesse contexto, a gestão pública assume papel central na formulação e implementação de políticas de salvaguarda, sendo responsável por garantir a proteção, a valorização e a difusão do patrimônio cultural, especialmente no que se refere ao patrimônio edificado. Tal atuação deve estar pautada em princípios democráticos, participativos e inclusivos, assegurando não apenas a conservação material dos bens, mas também a preservação das memórias, saberes e práticas culturais que lhes conferem relevância social e histórica.

Para Jacques Le Goff, a memória constitui um elemento fundamental na relação entre passado e presente, sendo constantemente reelaborada a partir das dinâmicas sociais e culturais (LE GOFF, 1990, p. 426). Nessa perspectiva, a legislação patrimonial pode ser compreendida como um instrumento de construção da memória coletiva, na medida em que seleciona, legitima e atribui valor a determinados bens culturais. Assim, a Educação Patrimonial assume papel essencial ao problematizar tais processos, contribuindo para a construção de uma abordagem mais crítica, inclusiva e socialmente referenciada da história.

O Roteiro Itinerante em Anchieta-ES

ANCHIETA- ES, CIDADE PATRIMÔNIO: ROTEIRO ITINERANTE COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA E CULTURA



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ (UNIVC)
Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Linha de Pesquisa: Educação e Inovação

Mestrando: Ivan Petri Florentino

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Márcia Moreira de Araújo

Produto Educacional: ANCHIETA- ES, CIDADE PATRIMÔNIO; ROTEIRO ITINERANTE COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA E CULTURA
São Mateus-ES, 2026.



**ACESSE O VÍDEO
ATRAVÉS
DO QR CODE**



O roteiro itinerante proposto em Anchieta-ES, enquanto estratégia pedagógica voltada à Educação Patrimonial, à História e à Cultura, configura-se como uma prática educativa fundamentada nos princípios da Educação Patrimonial. Ao articular teoria e prática por meio da leitura do território como espaço educativo, essa proposta favorece a construção de conhecimentos contextualizados e significativos. Nesse contexto, promove a valorização das experiências vividas e contribui para o resgate da memória afetiva, possibilitando aos sujeitos reconhecerem-se como parte integrante da história e da cultura local. Além disso, o roteiro estratégico está voltado não apenas ao público escolar, mas também aos visitantes e moradores do município, ampliando seu alcance social, educativo, cultural e histórico, e fortalecendo o vínculo da comunidade com seu patrimônio. Cumpre destacar que o Roteiro Itinerante como Estratégia para Educação Patrimonial, História e Cultura apresenta uma duração média de quatro horas, tempo este planejado de modo a possibilitar a adequada mediação dos conteúdos, a apreciação dos bens patrimoniais e a construção de uma experiência educativa significativa, pautada na articulação entre teoria e prática no contexto do território.

Enquanto estratégia pedagógica voltada à Educação Patrimonial, à História e à Cultura, o roteiro itinerante inicia-se no Centro Cultural Thiago Bezerra Leite, localizado na Avenida Governador Carlos Lindenberg. Nesse espaço, realiza-se uma explanação introdutória acerca da historiografia da cidade de Anchieta, abordando o processo de formação histórica, social e cultural do município, bem como os conceitos fundamentais de patrimônio histórico e cultural.



A partir desse ponto, o percurso segue pela Rua Costa Pereira, considerada a primeira via urbana que ligava o porto à antiga Vila, posteriormente cidade de Anchieta. Neste trecho, são discutidos os processos de urbanização, circulação de mercadorias e pessoas, e a importância do porto para o dinamismo econômico e sociocultural local.

O roteiro continua pela Rua Comendador Ramos, marcada por seus casarios históricos, e pela Praça dos Imigrantes, local simbólico da memória da elevação da Vila Nova de Benevente. Neste espaço, são abordados os tipos de construções residenciais, a arquitetura urbana, o papel do porto e o desembarque de figuras ilustres, como naturalistas, bispos e o Imperador Dom Pedro II com sua comitiva.

Seguindo pela Rua Presidente Vargas, chega-se à Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, onde é apresentada a história da primeira Câmara e Prefeitura com sede própria, edificada no final de 1927 e inaugurada em 1928. Atualmente, o espaço abriga objetos, documentos e registros que narram a história e a formação etnológica da população anchietense.

O percurso prossegue pela Ladeira Jacinto Mattos, um dos arruamentos mais antigos da aldeia de Rerigtibá, existente desde o século XVI. No local, é rememorada a apresentação do Auto da Assunção, escrito por São José de Anchieta em 15 de agosto de 1590, para a consagração da missão e a chegada da imagem de Nossa Senhora de Reritiba.

No Bairro João XXIII, encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Penha, edificada no século XIX pela população local, mediante solicitação à Intendência da Vila de Benevente. Nesse ponto do roteiro, são abordados aspectos históricos, artísticos e religiosos, com destaque para os afrescos no arco do



cruzeiro do presbitério, ornamentados por querubins que refletem uma estética popular e mestiça característica da região.

O roteiro segue pelo Poço do Coimbra, principal fonte de abastecimento de água da antiga aldeia de Rerigtibá, da Vila Nova de Benevente e, posteriormente, da cidade de Anchieta. São resgatados relatos de antigos apanhadores de água e lavadeiras que utilizavam o Chafariz dos Reis Magos, localizado logo abaixo do poço, para a lavagem de roupas. Atualmente, o local integra o Circuito Cultura e Fé do município. Uma expressão popular anchietense sintetiza o valor simbólico desse espaço: “Quem bebeu da água do Coimbra, não esquece jamais!”

Prosseguindo pela Rua Governador Cristiano Dias Lopes, o roteiro alcança o Santuário e Museu Nacional de São José de Anchieta, um dos mais antigos conjuntos arquitetônicos do Brasil. Iniciado em 15 de agosto de 1579 e concluído em 1590, o local preserva a memória dos povos originários Tupiniquins, da Companhia de Jesus e da atuação jesuítica na aldeia de Reritiba, bem como da edificação da antiga Missão de Nossa Senhora da Assunção, atual Santuário. Destaca-se ainda a importância do Museu Nacional de São José de Anchieta para a sociedade e para a nação, enquanto espaço de salvaguarda da memória, da história e da cultura brasileira.

O roteiro é finalizado com a visita ao Colégio Maria Mattos, cuja historiografia remonta ao século XX. Considerado o primeiro colégio interno feminino do Estado do Espírito Santo, que teve sua pedra fundamental lançada em 1938 e sua construção concluída em 1940, por iniciativa de Dom Helvécio Gomes de Oliveira. A instituição esteve sob a administração educacional das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, presentes em Anchieta desde 1932.



Dessa forma, reforça-se a importância de se trabalhar o roteiro itinerante como instrumento pedagógico, cultural e histórico, capaz de integrar educação, memória e identidade. Sua aplicação contínua contribui significativamente para a formação de sujeitos conscientes do valor do patrimônio, ao mesmo tempo em que fortalece o sentimento de pertencimento dos moradores e enriquece a experiência dos visitantes. Assim, o roteiro consolida-se como uma prática essencial para a preservação, valorização e difusão do patrimônio histórico e cultural de Anchieta-ES, promovendo uma educação viva, contextualizada e socialmente comprometida.



Apêndice

Conhecendo os patrimônios históricos e culturais de Anchieta, município do Espírito Santo, inserido no Roteiro Itinerante como Estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura em Anchieta-ES.

Hotel Anchieta: Centro Cultural Thiago Bezerra Leite

O Hotel Anchieta, de arquitetura pomposa, localizado de frente para o mar de Anchieta, onde o Rio Benevente deságua no litoral, em área caracterizada como berçário de vidas marinhas, guarda em sua memória parte significativa da história do município. Construído por Dom Helvécio Gomes de Oliveira, em 1940 e, posteriormente, adquirido e administrado pela tradicional família Bezerra. Trata-se do primeiro hotel da região, edificado com a finalidade de hospedar as famílias das alunas internas do Colégio Maria Mattos.

O Hotel Anchieta é fruto da visão empreendedora de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo da Arquidiocese de Mariana-MG e filho ilustre da cidade de Anchieta-ES. Em 1950, o empreendimento foi adquirido pelo Sr. Thiago Bezerra Leite, que, ao perceber a problemática da ausência de transporte público no município, inaugurou uma linha de “jardineiras”, interligando a capital, Vitória, à cidade de Cachoeiro de Itapemirim, também



no Espírito Santo. Tal iniciativa possibilitou à população o acesso a serviços essenciais, especialmente hospitalares, inserindo a cidade de Anchieta em um novo patamar de crescimento urbano e progresso sociocultural. O referido monumento localiza-se no centro da cidade de Anchieta, na Avenida Governador Carlos Lindemberg.

Figura 1 – Patrimônio histórico, cultural e artístico: Hotel Anchieta – Centro Cultural Thiago Bezerra Leite, Anchieta–ES. Ilustração em composição pictórica, elaborada a partir de registro fotográfico, em técnica de aquarela, com mediação de recursos de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Florentino, Ivan Petri. Anchieta–ES, 2025.



Casarios

O sítio histórico da Cidade de Anchieta guarda em seus prédios re-líquias da arquitetura e da cultura de várias temporalidades históricas, componentes da formação da identidade do povo anchietense. Arquitetu-ra que segue uma linha de dois pavimentos de alvenaria de pedra e de tijo-los, contemplando divisórias, paredes, de pau a pique, também conhecida como taipa de mão, taipa de sopapo, bem comum na cultura das constru-ções entre o século XVI e XIX.

Algumas, como o caso do antigo armazém da firma Antunes e Cia Ltda, localizada na Rua Comendador Ramos, com portas de Pinho de Riga, madeira tirada dos caixotes em que chegavam, embalados da Ingla-terra, maquinários para economia cafeeira, além de outros produtos im-portados, oriundos da Europa e do Oriente. Os casarios que se apresentam tangíveis atualmente, muitos foram modificados, mas são salvaguardados em edificações em muros de pedra e cal, onde o tempo histórico nos re-vela os vestígios históricos culturais da Antiga Vila Nova de Benevente a cidade de Anchieta.

Tanto na sede do município, como nos seus distritos e comunidades, é possível encontrar os vestígios deixados pelos colonizadores, um belo conjunto arquitetônico jesuítico, composto de casas e galpões dos perí-odos coloniais, do Império e da República, e também as típicas arquiteturas praianas, com destaque para as construídas nos anos 30 a 70, onde pare-des das casas apresentam linhas mais retas, varandas e estilos artísticos, bem como mosaicos de formas geométricas e muita variação nas cores.



Atualmente, é possível contemplar e remontar a história pela arquitetura de imóveis dos antepassados. Basta percorrer as antigas ruas Comendador Ramos, Costa Pereira, Governador Dias Lopes, Duque de Caixas, Av. Anchieta, Getúlio Vargas e Av. Carlos Lindemberg, para se revisitar o passado e recompor a história dos lugares.

Figura 2 – Antigo armazém da firma Antunes e Cia. Ltda. – antigos proprietários: Sr. Hilkias Antunes e Ivo Antunes. Ilustração elaborada em composição pictórica, a partir de registro fotográfico, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).



Monumento da Imigração Italiana: 'Piazza Degli Immigrant'

Localizado no sítio histórico da cidade de Anchieta, na Rua Comendador Ramos, bairro Porto de Cima, encontra-se um dos monumentos que preservam e evocam a memória da Imigração Italiana no município. O referido marco histórico remete à chegada dos primeiros italianos e demais imigrantes europeus, no contexto da antiga Vila Nova de Benevente, criada em 1755, e do processo que culminou na elevação de Anchieta-ES à categoria de cidade, em 1887.

Nesse espaço histórico ocorreram, entre os anos de 1875 e 1894, os desembarques de imigrantes italianos, os quais aportaram no antigo Porto de Cima. A partir desse ponto de chegada, esses grupos foram direcionados às áreas destinadas à colonização agrícola, estabelecendo-se em terras pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Vila Nova de Benevente, contribuindo de forma significativa para a formação socioeconômica e cultural da região.

O monumento, configurado em forma de obelisco alusivo à imigração, apresenta em placas fixadas em sua estrutura os sobrenomes de um expressivo número de famílias imigrantes, as quais desembarcaram na localidade. Esse registro nominal constitui importante instrumento de preservação da memória coletiva, ao conferir visibilidade histórica aos sujeitos que participaram do processo de ocupação e de desenvolvimento territorial.

Sua base é composta por uma Rosa dos Ventos, elemento que indica os pontos cardeais e colaterais, remetendo às rotas marítimas percorridas durante o deslocamento transatlântico. No topo, encontra-se uma escultura metálica, representando um globo terrestre com a delimitação dos continentes, acompanhada



por uma seta indicativa, que rememora a travessia desde o continente europeu até o desembarque em território brasileiro, assim como o posterior direcionamento às colônias ou territórios de povoamento, nesse caso, na Vila Nova de Benevente.

O monumento foi inaugurado em 21 de dezembro de 1996, sob a denominação italiana “Piazza degli Immigranti” (Praça dos Imigrantes), reunindo duzentos e setenta e um (271) sobrenomes de origem italiana pertencentes às famílias que desembarcaram no antigo Porto de Cima da Vila Nova de Benevente no século XIX. Assim, constitui-se como um marco de memória histórica e referência identitária da presença ítalo-brasileira no município de Anchieta.

Figura 3 – Patrimônio histórico e cultural: Obelisco da Imigração Italiana, Anchieta–ES. Ilustração elaborada em composição pictórica, a partir de registro fotográfico, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: *Gerência Municipal de Comunicação Social – Prefeitura Municipal de Anchieta–ES, 2025.*



Casa da Cultura Angelina Lopes Assad

A Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, localizada dentro do conjunto do casario histórico da cidade de Anchieta, funciona num dos mais significativos edifícios históricos da cidade. Construído por ação de D. Helvécio Gomes de Oliveira, então arcebispo de Mariana-MG, na segunda metade do ano de 1927.

Foi inaugurado em 1928 para abrigar como nova instalação à Câmara Municipal da Cidade de Anchieta que, até então, funcionava numa das alas da antiga Igreja Matriz e residência jesuítica, no atual Santuário Nacional de São José de Anchieta, e que na década de 30 passou a funcionar como sede Administrativa Municipal, prefeitura até 1990.

O prédio, construído com dois pavimentos, reproduz em sua arquitetura os padrões sociais e artísticos no Brasil dos séculos XIX e XX. Seu estilo arquitetônico é conhecido como Ecletismo, pois demonstra em um só padrão de exuberância, que eleva todas as artes, enaltecendo o papel do homem e a busca da virtude. Situada na rua Getúlio Vargas, bairro Porto de Cima. Tombada pelo decreto N°.6.582, de 04 de novembro de 2024, como Patrimônio Histórico e Cultural Municipal e todo seu acervo museal.

A Casa da Cultura Angelina Lopes Assad desenvolve um rico trabalho como difusor da história do Município por meio do seu Projeto de Educação Patrimonial: “Conhecendo e valorizando minha história”. A instituição recebe grupos de alunos locais, turistas e pesquisadores de outras



idades, oferecendo visita guiada ao sítio histórico da cidade de Anchieta, revelando as raízes profundas que nos unem afetivamente a nossa história. É nossa principal instituição dedicada à cultura no Município, isto é, toda voltada para a preservação e valorização da identidade cultural, garantindo a preservação dos legados e a promoção dos patrimônios históricos.

Figura 4 – Patrimônio histórico e cultural: Casa da Cultura Angelina Lopes Assad, Anchieta–ES. Ilustração elaborada em composição pictórica, a partir de registro fotográfico, em técnica de aquarela, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Gerência Municipal de Comunicação Social – Prefeitura Municipal de Anchieta–ES, 2008.



Ladeira Jacinto Mattos

A Ladeira Jacinto Mattos é um dos primitivos arruamentos da aldeia de Rerigtibá, já existindo desde o século XVI. O espetáculo, o auto da Assunção de 1590, preparado por José de Anchieta para a chegada da imagem de Nossa Senhora da Assunção, a missão de Nossa Senhora da Assunção faz referência a esse acesso, sendo durante séculos uma importante via de comunicação para a aldeia primitiva, para Vila Nova de Benavente e para a atual cidade de Anchieta.

Figura 5 – Patrimônio histórico e cultural: Ladeira Jacinto Mattos, Anchieta–ES. Ilustração elaborada em composição pictórica, a partir de registro fotográfico, em técnica de aquarela, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Florentino, Ivan Petri. Anchieta–ES, 2025.



A Ladeira Jacinto Mattos passou por várias modificações durante o século XX, mas sem perder seu significado e percurso. Sua denominação atual, Ladeira Jacinto Mattos, foi concedida em meados do século XX. Uma via com característica portuguesa que ligava a Vila ao Porto, onde muitas personalidades históricas utilizaram como percurso, a exemplo da comitiva de Dom Pedro II, no ano de 1860.

Ainda hoje, seu acesso nos alegra a mirada, em face à riqueza do nosso manguezal, sua biodiversidade, que dialogam com o Riomar.



Capela de Nossa Senhora da Penha

Situada no município de Anchieta, ao sul do Estado do Espírito Santo, a Capela de Nossa Senhora da Penha é o segundo monumento patrimonial de importância histórica, artística, religiosa e cultural do município, uma herança proveniente da população que habitou a antiga Vila Nova de Benevente no século XIX. Como um pedido da população à intendência, Câmara Municipal da Vila de Benevente, e em devoção à Padroeira do Estado, a obra teve início em 1873 e foi finalizada em 1883.

Figura 6 – Patrimônio histórico, artístico, cultural e religioso: Capela de Nossa Senhora da Penha, Anchieta–ES. Ilustração elaborada em composição pictórica, a partir de registro fotográfico, em técnica de aquarela, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Acervo particular. Anchieta–ES, 2025.



Na tradição popular anchietense, sua história foi o pagamento de uma promessa devido a um surto de malária no vilarejo. Na edificação, foram utilizados os próprios recursos naturais da região de Benevente com a técnica de alvenaria de pedra sobre pedra e argamassa de óleo e cal de ostra. Hoje, muitos devotos atribuem milagres à Virgem da Penha, padroeira do Estado do Espírito Santo.

No dia 8 de setembro, a cidade de Anchieta comemora a chegada da imagem de Nossa Senhora da Penha, que foi trazida da Europa à Vila Nova de Benevente. Nesse dia, a liturgia da Igreja Católica Apostólica e Romana celebra a Natividade de Nossa Senhora. Sua localização está num espaço elevado acima do Santuário Nacional de São José de Anchieta, no Bairro João XXIII, popularmente conhecido como Morro da Penha.



Poço do Coimbra

Localizado nas proximidades da antiga missão da aldeia de Rerigtibá, atualmente Santuário Nacional de São José de Anchieta, na rua Governador Cristiano Dias Lopes, na ladeira do Coimbra, encontra-se o poço do Coimbra, que foi construído no século XVII. Conhecido como fonte de mergulho de Cacimba, evidencia a técnica de construção denominada de “pedra sobre pedra” para nascentes de Cacimba, e com cúpula de tijolos maciços em formato de cúpula de berço. Foi perfurado manualmente para captar água do lençol freático. Foi construído pelos irmãos e padres jesuítas com a finalidade de abastecer a localidade.

Figura 7 – Patrimônio histórico, cultural e religioso: Poço do Coimbra, Anchieta–ES. Ilustração elaborada em composição pictórica, a partir de registro fotográfico, em técnica de aquarela, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Folha Vitória. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/museu-igrejas-e-escola-saiba-como-aproveitar-o-melhor-do-circuito-historico-e-religioso-de-anchieta/>. Acesso em: 11 abr. 2026.



O estilo da edificação provém das construções jesuíticas do século XVI e XVIII. Além disso, a fonte de mergulho jesuítica era um dos principais fluxos da água para alimentar o Rio Una, que garantia água para as terras anexas a missão aos sertões, onde se encontravam outros núcleos humanos vinculados a ação da Companhia de Jesus. Sua denominação é referente à colonização portuguesa.

Coimbra, é uma homenagem à então, capital de Portugal, nos tempos do Brasil colônia, demonstrando a forte influência nas capitânicas colonizadas e nas missões jesuíticas, de influência portuguesa. O poço do Coimbra foi o principal recurso para abastecimento da população da aldeia de Rerig-tibá, Vila Nova de Benevente e da Cidade de Anchieta. Há muitos relatos de antigos apanhadores de água e de lavadeiras que utilizavam o chafariz dos Reis Magos, logo abaixo do poço, para lavagem de roupas.

Atualmente está inserido no circuito Cultura e Fé do Município de Anchieta, uma das expressões populares anchietense é: “Quem bebeu da água do Coimbra, não esquece jamais!”



Santuário Nacional de São José de Anchieta

O Santuário Nacional de São José de Anchieta é uma das construções religiosas mais antigas do Brasil. Iniciada no dia 15 de agosto de 1579 e concluída em 1590, tendo por recursos os materiais que a natureza favoreceu: pedra de recife do mar ou rio, cal de ostra e óleo de baleia. Sua técnica segue prática milenar usada em Portugal, conhecida com o nome de construção, pedra e cal ou pedra sobre pedra. Foi edificada por São José de Anchieta e pelos indígenas tupiniquins os primeiros habitantes da aldeia de Rerigtibá, atual cidade de Anchieta-ES.

Figura 8 – Patrimônio histórico, artístico, cultural e religioso: Santuário Nacional de São José de Anchieta, Anchieta–ES. Ilustração elaborada em composição pictórica, a partir de registro fotográfico, em técnica de aquarela, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 1943.



Fonte: Gerência Municipal de Comunicação Social – Prefeitura Municipal de Anchieta–ES, 2025.



O conjunto arquitetônico jesuítico é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN) no Livro do Tombo Histórico – Ato 0229-T-40, N° de inscrição 2.2.2, vol. 1, Fol. 037. 21 de setembro de 1943, é composto pela Igreja de Nossa Senhora da Assunção e pela antiga residência onde viveu e morreu o “Apóstolo do Brasil”, onde hoje funciona o Museu Nacional São José de Anchieta, fundado em 1965, e atualmente conhecido pela nova nomenclatura, pedagogia museal, de Centro de Interpretação São José de Anchieta.

Soma-se ao complexo um sítio arqueológico onde, supostamente, seria a continuação da residência do Padre José de Anchieta e dos primeiros Jesuítas que residiam desde os tempos da fundação da Missão de Nossa Senhora da Assunção, 1579, formando em quadra, o monumento nacional, com mais de 445 anos, é uma identidade cultural do povo Anchietaense e da nação. Localizado na Praça do Santuário, Centro, Av. Anchieta-ES.



Colégio Maria Mattos

Em 24 de fevereiro de 1932, trazidas por iniciativa do Arcebispo de Mariana–MG, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, filho ilustre da cidade de Anchieta–ES, chegaram à cidade as primeiras Irmãs Carmelitas da Divina Providência. No ano de 1938 foi lançada a pedra fundamental do edifício do Colégio Maria Mattos, sendo a obra concluída no ano de 1940. A instituição educacional tornou-se o primeiro internato do Estado do Espírito Santo, destinado a moças, sob a administração das Irmãs Carmelitas da Divina Providência. Sua arquitetura, composta por dois andares, conserva, no pavimento térreo, o espaço pedagógico e, no piso superior, as dependências internas do internato. O edifício foi construído por Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana–MG. O Colégio Maria Mattos encerrou suas atividades educacionais no ano de 1999.

Figura 9 – Registro do Colégio Maria Mattos, na década de 1960. Ilustração em releitura pictórica elaborada a partir de fonte iconográfica, com o auxílio de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória–ES, 2023.



Inicialmente, o colégio recebeu o nome de Colégio Dom Manoel Gomes de Oliveira, em homenagem ao irmão de Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Após o falecimento de sua mãe, a instituição passou a denominar-se Maria Mattos de Oliveira. No dia 14 de fevereiro de 2023, as estruturas do antigo Colégio Maria Mattos passaram a integrar oficialmente o patrimônio do município de Anchieta, por meio de protocolo de desapropriação realizado pela administração municipal. O imóvel está situado na Avenida Anchieta, Centro, bairro João XXIII.



Considerações finais

O desenvolvimento do Roteiro Itinerante como Estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura em Anchieta-ES evidenciou o potencial do patrimônio histórico e cultural como instrumento pedagógico capaz de promover aprendizagens significativas, articuladas ao território, à memória coletiva e à identidade sociocultural.

Ao compreender a cidade como um espaço educativo ampliado, a pesquisa reafirma a Educação Patrimonial como um campo metodológico que ultrapassa a dimensão contemplativa dos bens culturais, atribuindo-lhes sentido educativo, social e formativo. Nesse contexto, o patrimônio deixa de ser percebido apenas como vestígio do passado para se constituir como elemento ativo na construção do conhecimento histórico e na formação cidadã.

A partir da problemática que norteou o estudo - relacionada aos mecanismos capazes de fomentar o reconhecimento do patrimônio como parte do meio educacional -, o roteiro itinerante apresentou-se como uma estratégia eficaz para aproximar a sociedade anchietaense de sua própria história.

Ao percorrer monumentos, espaços urbanos, edificações históricas e lugares de memória, o roteiro possibilita a vivência direta dos bens culturais, favorecendo o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e



da memória afetiva. Essa aproximação contribui para a compreensão do ser humano como sujeito histórico ativo, inserido em um processo contínuo de produção, ressignificação e preservação do patrimônio cultural.

A utilização da historiografia de Anchieta-ES como eixo estruturante do roteiro permitiu integrar diferentes fontes históricas - materiais e imateriais -, tais como monumentos, documentos, manifestações culturais, tradições populares e personagens históricos.

Essa abordagem favorece uma leitura plural do passado, respeitando a diversidade cultural e étnica que compõe a formação do município. Ao mesmo tempo, fortalece a identidade do povo anchietense ao reconhecer o patrimônio como herança coletiva, construída socialmente e transmitida entre gerações.

Do ponto de vista educacional, o roteiro itinerante configura-se como uma estratégia de apoio didático-pedagógico para professores da educação básica, possibilitando o desenvolvimento de práticas de ensino contextualizadas, interdisciplinares e alinhadas às diretrizes da Educação Patrimonial. Ao fomentar a preservação e a valorização do legado histórico local, o estudo contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel na salvaguarda do patrimônio cultural e comprometidos com a construção de uma sociedade que reconhece e respeita sua memória coletiva.

Considera-se que a pesquisa atinge seus objetivos ao propor o patrimônio histórico e cultural de Anchieta-ES como um relevante instrumento de ensino-aprendizagem voltado às futuras gerações. Ao articular educação, história e cultura, o roteiro itinerante consolida-se como uma



estratégia pedagógica significativa, reafirmando a cidade como um espaço de memória viva, no qual o passado dialoga com o presente e projeta perspectivas para o futuro. Nesse sentido, evidencia-se a Educação Patrimonial como uma prática essencial para o fortalecimento da identidade sociocultural, da cidadania e do compromisso com a preservação do patrimônio, contribuindo, de forma efetiva, para a formação de sujeitos críticos e socialmente engajados.

Conhecendo os patrimônios históricos e culturais do município de Anchieta-ES inserido no Roteiro Itinerante como Estratégia para a Educação Patrimonial, História e Cultura em Anchieta-ES.



Referências

ANCHIETA (ES). Secretaria Municipal de Educação. *Proposta curricular: ensino fundamental – anos iniciais – área de Ciências Humanas: componente curricular História*. Anchieta: SEME, 2022.

ASSUNÇÃO, Felipe. *Maria Tupansy*, 2022. 208 p. ISBN 978-65-5504-153-8.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO PADRE MURILLO MOUTINHO. *Acervo do Santuário Nacional de São José de Anchieta*. Anchieta, ES.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CUNHA, Maria José de. *Os jesuítas no Espírito Santo (1549–1759): contatos, confrontos e encontros*. Évora: Universidade de Évora, 2016.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000. Fac-símile da edição de 1879.



DEVASSA da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GONÇALVES, Emília. *Anchieta: cidade dos sonhos*. Vitória-ES, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2026.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



FONTES DIGITAIS

CULTURA MARATIMBA. *Imagens antigas de Anchieta-ES*. Disponível em: <http://culturamaratimba.blogspot.com/2009/08/imagens-antigas-de-anchieta-es.html>. Acesso em: 11 abr. 2026.

FOLHA VITÓRIA. *Museu, igrejas e escola: saiba como aproveitar o melhor do circuito histórico e religioso de Anchieta*. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/geral/museu-igrejas-e-escola-saiba-como-aproveitar-o-melhor-do-circuito-historico-e-religioso-de-anchieta/>. Acesso em: 11 abr. 2026.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: [inserir data].

FONTES DOCUMENTAIS E ACERVOS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). *Acervo documental*. Vitória–ES, 2025. Consultas online.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Acervo bibliográfico e documental*. Rio de Janeiro, 2025. Consultas online.

CASA DA CULTURA ANGELINA LOPES ASSAD. *Acervo documental*. Anchieta–ES, 2025.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Acervo documental*. Superintendência do Estado do Espírito Santo, 2025. Consultas online.



Os autores

Ivan Petri Florentino e a Prof.^a Dra. Márcia Moreira de Araújo, orientadora de pesquisas em nível de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Universidade Vale do Cricaré (UNIVC), São Mateus–ES.



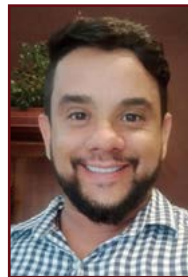
Fonte: Registro fotográfico de Ivan Petri Florentino, 02 dez. 2025.

Ilustração: Composição pictórica em técnica de aquarela, elaborada a partir de matriz fotográfica, com mediação de recursos de inteligência artificial (IA), sob orientação do autor, 2026.



Ivan Petri Florentino

Nascido na cidade de Anchieta-ES, é mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVIC), na linha de pesquisa Educação e Inovação, com ênfase em Patrimônio Histórico e Cultural no ensino da História do município de Anchieta-ES. Graduado em História pelo Centro Universitário São Camilo de Lellis-ES e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba-MG, possui especializações em História do Brasil, Gestão Integradora, Gestão em Museologia, Curadoria, Museologia e Gestão de Exposições.



Atuou como professor nas redes municipal, estadual e privada nos municípios de Anchieta e Piúma (ES), ministrando as disciplinas de História, Geografia, Artes, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso. Exerceu a função de Professor Tutor on-line nos cursos de Graduação em Pedagogia, Geografia e História da Universidade de Uberaba (UNIUBE), no período de 2013 a 2016. Possui experiência em gestão de acervos museológicos e documentais, publicações, patrimônio histórico e cultural, bem como no desenvolvimento de ações culturais, educativas e patrimoniais. Atuou como Historiador do Museu Nacional de São José de Anchieta-ES (2007–2012), Museólogo do Museu e Santuário Nacional de São José de Anchieta (2019–2024), sendo responsável pela montagem do Centro Documental Pe. Murillo Moutinho, S.J., além de Historiador da Casa da Cultura Angelina Lopes Assad (2017–2018). Atualmente, exerce a função de Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural do município de Anchieta-ES, no âmbito da gestão municipal (2021–2028).



Márcia Moreira de Araújo

Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)-RJ. Pesquisadora do NIPEEA-UFES-ES. Professora e orientadora de pesquisas a nível de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Universidade Vale do Cricaré- São Mateus - ES. Possui graduação em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2002) e Pedagogia pela UNIG-RJ. Mestrado em Educação pelo PPGE - Universidade Federal do Espírito Santo (2010) e doutorado em Educação PPGE- Universidade Federal do Espírito Santo (2016). Educadora efetiva da rede municipal de educação de Piúma (desde 1991) e Professora/bióloga da rede estadual de educação - SEDU-ES. Temas de interesse: Educação ambiental - ensino de biologia - diversidade cultural - interseccionalidade - investigação científica - práticas educativas - inclusão, protagonismo do estudante e mediação do educador - Novas tecnologias na educação.



ISBN: 978-65-6013-202-3

DIÁLOGO
EDITORIAL